

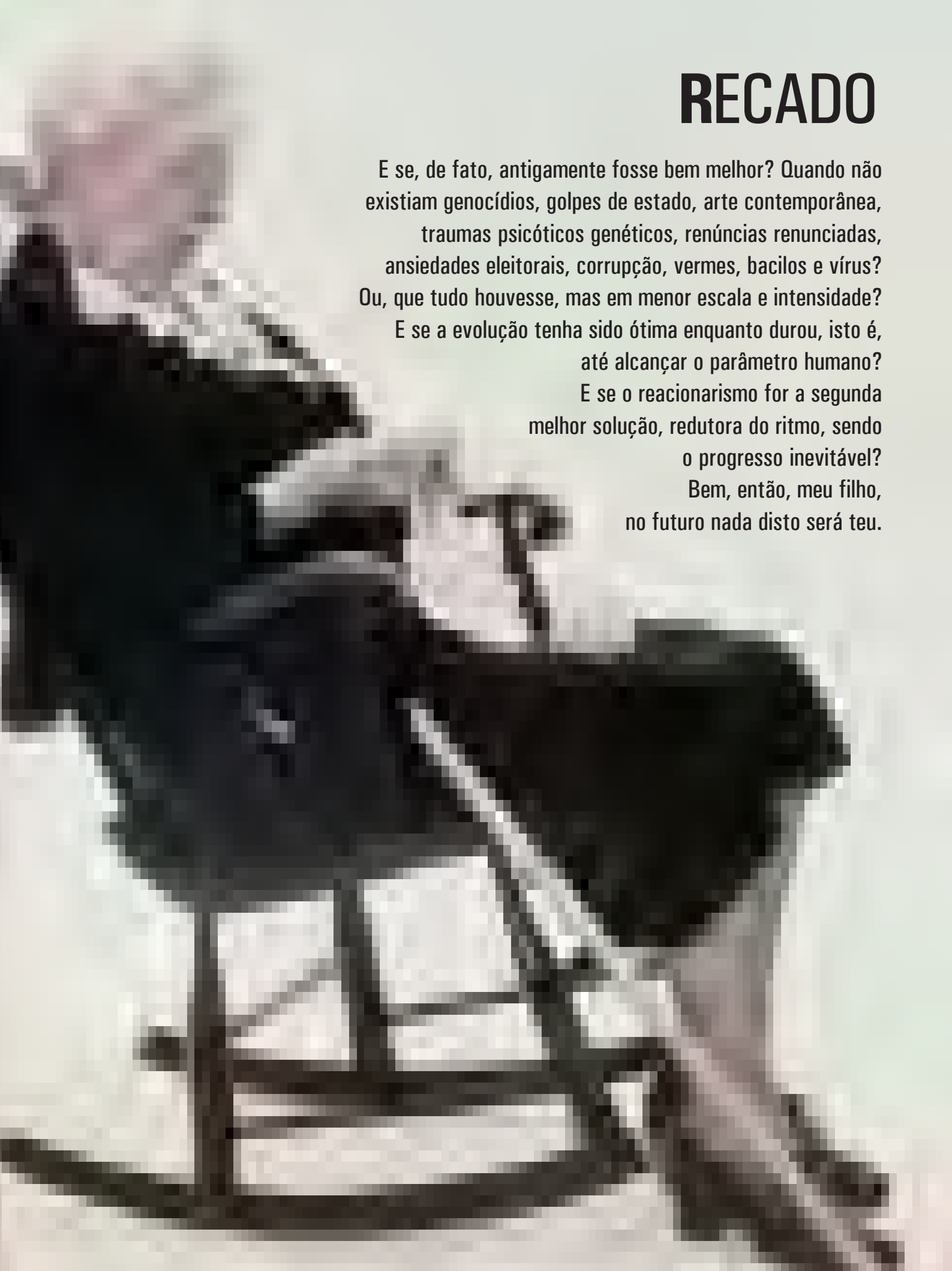
# RECADO

E se, de fato, antigamente fosse bem melhor? Quando não existiam genocídios, golpes de estado, arte contemporânea, traumas psicóticos genéticos, renúncias renunciadas, ansiedades eleitorais, corrupção, vermes, bacilos e vírus? Ou, que tudo houvesse, mas em menor escala e intensidade?

E se a evolução tenha sido ótima enquanto durou, isto é, até alcançar o parâmetro humano?

E se o reacionarismo for a segunda melhor solução, redutora do ritmo, sendo o progresso inevitável?

Bem, então, meu filho,  
no futuro nada disto será teu.



# 1964: O ANO QUE CONTINUOU CONSTRUINDO



FAZIA DIAS CLAROS E QUENTES NAQUELE PRIMEIRO ANO DA DÉCADA DE SESSENTA. O CALOR NÃO ERA TANTO COMO O DE HOJE, MAS O SUFICIENTE PARA QUE O AR-CONDICIONADO CENTRAL DO PRÉDIO DA RIO BRANCO, NÚMERO 81 — O PRIMEIRO INSTALADO NO RIO DE JANEIRO — LEMBRASSE UM CLIMA DE MONTANHA. ESTAMOS NO QUINTO ANDAR DO EDIFÍCIO ERGUIDO SOBRE UMA AGÊNCIA DO BANCO MERCANTIL DE SÃO PAULO, QUASE ESQUINA COM A AV. PRESIDENTE VARGAS. O CONJUNTO DE SALAS É AUSTERO, PAREDES BRANCAS, MÓVEIS SECURIT. NO ÚLTIMO DOS QUARTOS, CHAMADO DE SALA DO FUNDO, AS JANELAS SE ABREM PARA UM CENÁRIO ARBORIZADO, LOCAL ONDE HOJE MENORES ABANDONADOS SE REÚNEM PARA CHEIRAR COLA DE SAPATEIRO, A PRAÇA PIO X. A VISTA PARA A IGREJA DE NOSSA SENHORA DA CANDELÁRIA INSPIRA A PROXIMIDADE DE DEUS. É NESSE AMBIENTE MONÁSTICO, ONDE ESTÃO DISTRIBUÍDAS APENAS SEIS MESAS DE TRABALHO, QUE UM DISCRETO PROFESSOR DA UNIVERSIDADE DE HARVARD PLANEJA A REFORMA DO ESTADO BRASILEIRO E DAS INSTITUIÇÕES NACIONAIS. O PROFESSOR ATENDE POR MR. GORDON. ALIÁS, MR. LINCOLN GORDON.

**S**alto para março de 2002. O engenheiro e professor dos cursos de Pós-Graduação da Fundação Getúlio Vargas, Luiz Fernando da Silva Pinto, revela: “O futuro embaixador dos Estados Unidos no Brasil, Lincoln Gordon, em meio ao tumultuado governo Jânio Quadros, trabalhou durante vários meses na Consultec, como supervisor da Universidade norte-americana do Projeto Harvard, um mosaico de estudos multidisciplinares sobre o ambiente institucional e o planejamento necessário para desobstrução das amarras que limitam o tratamento liberal da atividade empresarial brasileira”.

Não, Luiz Fernando da Silva Pinto — ou LF, conforme alcunha carinhosa do também jovem engenheiro da Consultec, Mario Henrique Simonsen — não tem dúvida, o Projeto Harvard foi o embrião do Plano de Ação Econômica Governamental (PAEG), que reformulou o Estado de ponta a ponta depois do golpe militar de 1964. E o que LF tem a ver com isso? Antes que se esqueça, Luiz Fernando é o atual presidente da Consultec, herdeiro direto do fundador da empresa, o legendário Mário Abrantes da Silva Pinto. LF é o guardião de mais de centenas de milhares de horas da maquinação encefálica dos mais famosos policratas da época. São mais de 900 projetos, na sua esmagadora maioria inéditos, que poderiam muito bem repassar a limpo a trajetória nacional contemporânea.

**MÁRIO DA SILVA PINTO**



## **FADE OUT EM LUIZ FERNANDO, MOVIMENTO DE CÂMERA, E CLOSE NA CONSULTTEC.**

A empresa está presente em 1º entre as 10 mais disseminadas teorias conspiratórias que explicam o Movimento de 64. Independente do que seja imaginário ou realidade, a consultoria idealizada por Roberto Campos e fundada por Lucas Lopes, Mário da Silva Pinto e Jorge Oscar de Mello Flores foi o think tank mais ativo durante toda a década de sessenta. Para alguns, uma congregação de “mephistocratas” ou tecnocratas satânicos, dedicados tão-somente à conspiração e à conquista na marra do Estado. Na visão de outros, foi uma catedral do planejamento, que viabilizou a produção intelectual de um amplo arco de projetistas, incluindo alguns notáveis pensadores estruturalistas e esquerdizantes.

## **NOVO CORTE, PAUSA PARA OS CRÉDITOS.**

Publicando quatro versões distintas sobre a criação e os objetivos da Consultec, INSIGHT-INTELIGÊNCIA contribui para o funeral das certezas absolutas sobre seu monolitismo, intenções e papel histórico. Estão escalados, salomonicamente, para dividir a opinião do leitor, Leôncio Basbaum, René Dreifuss, Jorge Oscar de Mello Flores e Roberto Campos.

## **LOCUTOR EM OFF E UM MOVIMENTO DE CÂMERA EM TRAVELLING SOBRE A AV. RIO BRANCO.**

A incrível história do planeta Consultec e sua órbita de segredos não fica circunscrita ao onipresente Mr. Gordon e à novidade do Projeto Harvard. Um mirabolante enredo que inclui a Fundação Salim Farah Maluf, mantida pela família do ex-governador Paulo Maluf, e um plágio, não proposital, ressalte-se, do Índice de Desenvolvimento Humano, que rendeu um Prêmio Nobel de Economia ao hindu Amartya Sen, é apresentada como uma cena extra. Detalhe, o episódio vem avalizado por uma nota elaborada exclusivamente para INSIGHT-INTELIGÊNCIA pelo ator convidado, Julian Chacel, ex-diretor do Instituto Brasileiro de Economia (Ibre) que acompanhou de perto todas essas coincidências (pé de página: ah, as eternas coincidências).

## **O CENÁRIO É A ANTIGA SEDE DO MINISTÉRIO DO EXÉRCITO, NA AV. PRESIDENTE VARGAS. LOCUTOR EM OFF. A ORDEM É O CÂMERA IR ABRINDO O ÂNGULO AOS POU-COS. ATENÇÃO, FILMANDO!**

Quanto a Lincoln Gordon, plenipotenciário embaixador

da eterna controvérsia sobre a disposição do governo norte-americano em intervir militarmente na soberania nacional — a chamada “Operação Brother Sam” —, sobressai a intrigante omissão desse seu trabalhinho em toda a bibliografia sobre o período, incluindo seus próprios livros. Toda essa gente, todos esses relatórios, toda essa articulação, tudo sumiu.

**FOCO EM UMA FOTO DE ÉPOCA DE MR. GORDON SENTADO EM UMA MESA ENTULHADA DE PAPÉIS. SUA EXPRESSÃO NÃO É DE CANSAÇO, MAS, PELO CONTRÁRIO, DE VIGOR, DISPOSIÇÃO PARA O TRABALHO. CLOSE NO ROSTO DO HOMEM.**

Não foi pouca coisa, a missão do professor. Toda a parafarnália de projetos do que viria a ser o Brasil quatro anos depois seguiu na bagagem de Mr. Gordon direto para Harvard. **(UM OUTRO LOCUTOR INTERROGA EM OFF, COM VOZ GRAVE)** Ou seria o Departamento de Estado norte-americano? Sua função seria de agente infiltrado? Mr. Gordon teria então primeiro planejado os pilares do futuro arcabouço institucional e depois retornado, em agosto de 1961, com o cargo formal de embaixador, para executar o projeto, tramando e apoiando o golpe de Estado? **(VOLTA O LOCUTOR TITULAR, EM OFF É CLARO)** Apesar de ter sido contratado sob os auspícios da Universidade, o ilustre economista de Harvard, durante esse mesmo período, era integrante de um grupo de trabalho para América Latina, que, sob o comando de Adolfo Berle Jr., ex-embaixador no Brasil, deveria formular recomendações como subsídio ao programa da Aliança para o Progresso. **(FALA O OUTRO LOCUTOR, COM SUA VOZ DE BARÍTONO)** Mr. Gordon, é claro, fez muito, muito mais do que isso.

**FADE OUT NO PROFESSOR E CÂMERA ABRINDO NO SIMPÁTICO SEMBLANTE DE LF, QUE SORRI. O LOCUTOR PROSSEGUE.**

O benefício da minimalização de tantas dúvidas está em mãos de Luiz Fernando da Silva Pinto. Na entrevista que se segue, LF não só coloca uma nova roupagem na História do Brasil, como também estimula, com seus silêncios e frases incompletas, algumas das mais inquietantes deduções sobre o papel dessa elite empresarial e tecnocrática e sua aliança com o Império. Em tempo: os anagramas construídos por LF, que pontuam esta entrevista, têm efêmera duração, pois o próprio está debruçado sobre a redação de um livro — “Rio



Branco – 40 anos” — que pretende esmiuçar a saga da Consultec com a transparência das grandes obras. É bom que se ressalte que, nos últimos oito anos, este mesmo personagem foi quatro vezes finalista do Prêmio Jaboti, na categoria administração. Entre outras surpresas, o autor pretende detonar o que seria uma grande confusão histórica, o propalado embricamento com objetivos golpitas, entre os “conspiradores densos e os projetistas eminentemente politécnicos”, segundo seus próprios dizeres. LF garante que todos entenderão o porquê da Consultec ter sido o “melhor mau negócio do Brasil”. Que as revelações sejam bem-vindas!

**FOCO NA AV. RIO BRANCO, COM UM ZOOM DE CÂMERA, SUBINDO ATÉ AO CÉU DA BAÍA DA GUANABARA. COMEÇA A ENTREVISTA.**

**INSIGHT-INTELIGÊNCIA** – Era uma vez, uma empresa de consultoria chamada Consultec, um professor de Harvard chamado Lincoln Gordon e um país às vésperas de fatos eferescentes... Que história é essa?

**LUIZ FERNANDO DA SILVA PINTO** – A sua indagação refere-se ao final de 1959 e início de 1960, se não me engano. Eu entrei na Consultec no fim de 60 e esse episódio já tinha sido concluído. Era muito moleque na época, muito menino, tinha uns 20 anos. Mas creio que possa ter algum subsídio. Quando Roberto Campos saiu do BNDE, junto com meu pai, Mário Abrantes da Silva Pinto, e o Lucas Lopes deixou o Ministério da Fazenda, eles fundaram o Consultec, na Av. Rio

MARIO HENRIQUE SIMONSEN



Branco, no décimo oitavo andar. Logo depois, desceram para o quinto andar. E foi neste último, que ficamos por mais vinte anos — na Rio Branco, 81, 5º andar. Para ser preciso, o começo é em setembro de 59. A figura central naquele momento, e que depois continuou sendo uma figura emblemática para a Consultec, sempre foi Roberto Campos. Quer dizer, nunca foi possível separar Roberto Campos e a Consultec. Roberto não só era um indivíduo intelectualmente extraordinário, como também, durante sua passagem pela iniciativa privada, foi um estupendo catador de projetos de consultoria. Todos os primeiros projetos da Consultec foram obtidos por ele, sendo que papai colaborou em vários.

**INSIGHT-INTELIGÊNCIA** – Daria para lembrar quem era a equipe? Quem a constituiu núcleo original da Consultec?

**L.F.** – Lucas Lopes, Roberto Campos, Jorge Oscar de Mello Flores, Mário Abrantes da Silva Pinto, João Batista Pinheiro, José Luís Santos, Miguel Osório de Almeida, Luiz Paulo Lindenberg Set, Geraldo Holanda e vários outros.

**INSIGHT-INTELIGÊNCIA** – Roberto Campos então era o grande sócio?

**L.F.** – Não! O Dr. Roberto nunca foi sócio da Consultec. Ninguém acredita até hoje, mas ele jamais foi acionista da Consultec. Ele idealizou a empresa meio que como um cabide para pendurar todos aqueles economistas do Itamarati que estavam deixando o BNDE. Para não destruir aquele núcleo de planejamento, ele bolou a consultoria. Como era o personagem mais proeminente do grupo, começou a trazer os projetos. É claro que era amigo de todos. Foram encomendados, portanto, diversos projetos, sendo que na altura do trigésimo

— e aí eu não sei se foi Harvard que nos procurou ou se foi o Roberto que trouxe a demanda, com seus acessos — fomos contratados por essa universidade americana para desenvolver um conjunto de estudos. O primeiro coordenador contratado para este megaprojeto foi o próprio Roberto Campos. Mas, quando ele se desliga em 61, para assumir função na embaixada do Brasil em Washington, o coordenador da parte brasileira passa a ser meu pai, Mário da Silva Pinto.

**INSIGHT-INTELIGÊNCIA** – E por onde andava Mr. Gordon?

**L.F.** – Vamos por etapas. Em abril de 61, eu tenho certeza que o Roberto já não estava mais. O projeto desde seu início contou com um representante da Harvard, na Rio Branco 81, desenvolvendo e supervisionando uma série de trabalhos que eram a contrapartida de Harvard — o professor Lincoln Gordon. Ele era um sujeito ilustre, mas não era muito conhecido por estas bandas, aliás, acho que pouca gente o conhecia no início. Disse-me o Mario Henrique Simonsen, que foi quem me levou para Consultec aos 20 anos (“Simonsen tinha 25 anos e nós o chamávamos pelo apelido de Dragão) que o papai voltava da cidade, dirigindo o seu Chevrolet Belair 1950, sempre levando ele e o Lincoln Gordon, que era um sujeito falante e de conversa extremamente interessante. O Lincoln Gordon ia do hotel para a Consultec, e de lá de novo para o hotel.

**INSIGHT-INTELIGÊNCIA** – O que era esse tal Projeto Harvard?

**L.F.** – Este projeto, a meu ver, foi uma das contribuições mais marcantes da Consultec naquele início dos anos 60. Era praticamente um plano de governo. A Consultec tinha diversas premissas. Algumas muito engraçadas, interessantes. Primeira: conceitos são sempre mais importantes do que preconceitos. Segunda: que o governo seria sempre um grande catalisador, não só de ações públicas como de ações privadas. Terceira: que tinha que se pensar em modernidade e modernização de uma forma a buscar um upgrade em relação ao melhor padrão internacional. Quarta (e isso acho que foi uma contribuição precursora da Consultec): é que qualquer que fosse a estrutura, tinha que conviver com fluxo de caixa auto-sustentável. Daí vem toda uma teoria do Simonsen que ele projetava através da análise do custo marginal. Todas as nossas contribuições tinham que ser sempre auto-sustentáveis. Além disso, pode-se dizer dos princípios da Consultec que o capital estrangeiro era muito mais que uma motivação financeira, uma forma de adentrar conhecimentos dentro do

país que de outra maneira nós demoraríamos muito tempo pesquisando. Lembro uma vez, conversando com o Mário Pinto, em que ele disse: “Olha, vamos deixar a organização estrangeira entrar. Se ela liderar, não só contribuir, treinar engenheiros, economistas, administradores, advogados brasileiros, também tem direito a lucro. Se ela for extremamente lucrativa, e se algum dia nós verificarmos que pode agredir a segurança nacional, nós a desapropriaremos e pagaremos o que devermos ao capital estrangeiro com seu próprio fluxo de caixa”.

**INSIGHT-INTELIGÊNCIA** – Curioso, o senso comum a respeito da Consultec era de uma instituição estadofóbica.

**L.F.** – Bobagem! A idéia central era de que eles viessem, e se em algum momento agredissem a segurança nacional, faríamos uma avaliação, com base em arbitragem internacional, e aquele valor a ser pago sairia dos recursos gerados pelo fluxo de caixa. Essa era a idéia! Finalmente, não se poderia deixar de pensar em capital humano. Agora, quando se fala em capital humano, nesse início de milênio, como se fosse uma trivialidade, isso me dá coceiras na memória. É interessante observar que, no início dos anos 60, quarenta anos atrás, já se enfatizava a questão do capital humano. Os superiores da Consultec achavam absolutamente impossível o governo desenvolver uma série de atividades econômicas, porque seria igualmente impossível desenvolver solitariamente o capital humano. Eles achavam que o Estado tinha que cartalizar o processo e depois sair para fiscalizar e cobrar performance. Eu sempre ouvia o mesmo discurso: mas como é que o governo quer ter uma empresa eternamente estatal? Mas como é que o governo poderá ser, ao mesmo tempo, juiz e executor? Como é que poderá fiscalizar a si mesmo? Eu acho que se nós pudéssemos reunir todos eles, hoje, inclusive os mais encarniçadamente liberais, eles continuariam defendendo que não existe melhor catalisador do que o governo, especialmente o governo federal.

**INSIGHT-INTELIGÊNCIA** – Mas, voltemos a Harvard.

**L.F.** – Sim, a empreitada era vultosa. Como disse, na realidade eu não estava ainda na Consultec. Mas, quem tocava o projeto, junto com meu pai, era o Simonsen, no esplendor dos seus 24, 25 anos. Ele era um faz-tudo intelectual. O maior projetista que eu já conheci. E estava trabalhando diretamente com o Lincoln Gordon. Na verdade, havia uma legião de notórios especialistas diretamente envolvidos no projeto. Técnicos de todas as colorações e matizes, inclusive ideológi-

cas. O estudo sobre a “Atividade Empresarial no Brasil”, por exemplo, foi feito pelo Juvenal Osório, que era identificado com um pensamento estruturalista e nacional-desenvolvimentista do BNDE. O relatório sobre o “Estado e a Economia na Evolução Brasileira”, foi produzido pelo Hélio Jaguaribe, que era do grupo do Iseb e não tinha nada a ver com o pensamento do Roberto Campos e do Lucas Lopes, do núcleo duro fundador da consultoria. O projeto da “Indústria Automobilística Brasileira” ficou a cargo do Eros Erosco, também um estruturalista. Portanto, tinha gente de ambos os lados. O incrível é que algo tão compartilhado tenha desaparecido nas brumas da História, sem nenhuma referência bibliográfica, pelo menos que eu saiba.

**INSIGHT-INTELIGÊNCIA** – E o conceito geral? Qual era a grande linha?

**L.F.** – Nas súmulas que eu estou lhe dando, já que os projetos eram feitos para os contratantes e não podiam ser divulgados, estão todos os temas dos relatórios. Eles estão todos guardados no acervo da Consultec, que é um portfólio enormemente ampliado do que, naquela época, nós costumávamos chamar do “armário dos livros verdes da sala do Lucas Lopes”. Mas, não considerávamos que isso fosse algo sigiloso, um segredo de Estado. Tanto que sempre publicamos essas súmulas na lista de projetos da Consultec, divulgada publicamente. Aliás, uma ressalva: três dos trabalhos foram editados em livros depois e colocados à venda na Livraria Cosmos, ali na Rua do Rosário, com o nome Harvard na capa ou nos créditos. São os estudos do Arlindo Lopes Corrêa —

OCTAVIO GOUVÊA DE BULHÕES



que viria a ser presidente do Mobral —, sobre a “Educação e Desenvolvimento Econômico no Brasil”, e o do papai, sobre “Controle do Comércio Externo e o Desenvolvimento Econômico do Brasil”. Havia também um relatório setorial sobre a indústria farmacêutica, que era um dos estudos paralelos e também foi publicado. Mas o resumo do conjunto é o que está aqui na súmula. E eu vou ler para você:

*“Projeto Harvard – Estados Unidos, 1960/63*

*Este trabalho teve como escopo determinar, por um lado, até que ponto a deficiência de atividade empresarial teria constituído empecilho ou fator positivo para o desenvolvimento mais rápido da economia brasileira e, por outro lado, qual tem sido o papel desempenhado pela empresa privada, nacional ou estrangeira, e pela empresa governamental. A segunda parte é uma minuciosa análise da evolução brasileira das atividades agrícolas, pecuárias, extrativas, manufatureiras, de serviços de utilidade pública e dos intermediários financeiros. Em anexo, apresentou-se o “background” institucional que limita o tratamento liberal da atividade empresarial brasileira, indicando as normas jurídicas, tributárias, cambiais e trabalhistas.”*

Nesse resumo parece que se tem uma idéia da extensão, mas sua amplitude é uma coisa impressionante.

**INSIGHT-INTELIGÊNCIA** – Olhando as súmulas e o título dos relatórios, dá para ver que toda as grandes guinadas contidas no PAEG estão abraçadas pelo projeto. Ou não?

**L.F.** – Eu não quero ser leviano e fazer essa afirmação.

**ROBERTO CAMPOS**



Mas posso dizer que os subsídios fundamentais e os primeiros ensaios das principais reformas adotadas pós-64 estão contidos no conjunto de estudos. E mais: alguns deles, tais como o “Sistema Tributário Brasileiro”, de Octavio Gouvêa de Bulhões, e o “Controle de Preços na Economia Brasileira”, de Mario Henrique Simonsen, estão completamente refletidos no PAEG.

**INSIGHT-INTELIGÊNCIA** – Fica evidente que havia uma preocupação em desenhar um escopo institucional do Brasil. Qual era a preocupação? Primeiro, da modernização da economia, da modernização da indústria, a questão do capital humano, a reforma tributária. Enfim, são todas discussões muito modernas no sentido de atuais. Então, o que se percebe é que o desenho que estava se desenvolvendo na Consultec era um desenho de consultoria tentando construir um escopo institucional para o Brasil, o que até então não existia. Esse escopo na verdade é um projeto de governo! O que é muito estranho! Porque aquela consultoria, que deveria ter como principal objeto projetos de natureza infra-econômica, se destina a fazer projetos de reconstrução do Estado!

**L.F.** – Não. O objetivo dos técnicos da Consultec era o planejamento e modernização, sem qualquer ingerência no plano político.

**INSIGHT-INTELIGÊNCIA** – Mas, não foi o que fizeram seus fundadores.

**L.F.** – Eu falo dos técnicos, e alguns deles também fundadores. A sensação que as pessoas da Consultec tinham é que Juscelino havia rompido com toda uma parte da economia auto-sustentada, e entrou num projeto avassalador inflacionário. Quer dizer: ali, ao ver deles, não surgiria nada de bom. Desde o começo falava-se sobre os efeitos perversos da inflação, que sacrificava socialmente a toda a sociedade. Ao ver da elite, para que o Brasil pudesse ir para frente, tinha naquele momento que ser repensado como um todo! Tinha que ser repensado como um todo! Não éramos nós que pensávamos assim, era o país. Ali, foi um laboratório, onde se fez projetos de encomenda sobre quase tudo. Ressalto que sem distinções ideológicas, estadofóbicas ou reducionistas do racionalismo científico. Nesse caso de Harvard, as perguntas da época eram, entre outras, o que existe realmente de importante, o que não existe de importante na economia brasileira? Podemos conviver com a inflação? Não podemos conviver com a inflação? Qual o papel do governo? O que é uma meta econômica bem-sucedida; o que não é



uma meta bem-sucedida? Temos ou não temos que prestar atenção em logística? Todos sabiam que, naquele tempo, qualquer mudança microeconômica exigia o repensamento do governo. E daí, surgiu essa oportunidade de se trabalhar para Harvard.

**INSIGHT-INTELIGÊNCIA** – Mas, vamos fazer um raciocínio linear. Roberto Campos sai do BNDE. Entra em contato com Harvard, ou vice-versa. Monta a Consultec. Dos Estados Unidos vem, como coordenador do projeto, o professor Lincoln Gordon. Faz-se a conspiração civil e militar contra o governo Jango. O então embaixador Lincoln Gordon é um dos principais interlocutores dos conspiradores. Dá-se o golpe. Campos vira ministro todo-poderoso. O plano de Harvard é a base do projeto de governo. E os quadros técnicos que produziram o plano de Harvard vão para o governo. É irresistível ser seduzido pela teoria conspiratória da História.

**L.F.** – Nem todos os quatro técnicos da Consultec foram para o governo (silêncio).

**INSIGHT-INTELIGÊNCIA** – Dando asas à imaginação, não parece que Harvard, em pleno Kennedysmo, Guerra Fria, Aliança para o Progresso etc., tenha sido utilizada como biombo. Ou, como se diz na linguagem de hoje, como “laranja” do verdadeiro contratante?

**L.F.** – Vou falar do que sei. Harvard sempre teve interesse pelo processo de desenvolvimento mundial, especialmente pela América Latina. Mesmo porque a América Latina pertence às Américas. Harvard sempre teve um interesse focado na América do Sul. E tenho impressão de que Roberto Campos, sabendo exatamente desse interesse que a Universidade tinha pelo processo de desenvolvimento — e com a comunidade internacional olhando meio de lado para aquele processo de reformas do Brasil —, tenho a impressão de que não foi difícil para o Roberto, com seu prestígio, mostrar que um estudo deste naipe seria interessante.

**INSIGHT-INTELIGÊNCIA** – Não acreditamos em bruxarias, mas...

**L.F.** – Muita gente também não acredita em coincidências, mas... Fizeram uma enorme confusão depois entre a Consultec e o Ipes, que era uma organização constituída por alguns dos fundadores da Consultec. Só posso afirmar que a Consultec não conspirou. Mas, voltando ao Projeto Harvard, ele foi, na realidade, um grande laboratório para que Simonsen construísse uma visão ampla de todo o arca-

bouço institucional. Então, o Simonsen — como vocês bem conhecem, inclusive até escreveram um livro sobre ele — era um gigante, densamente inteligente, quase um gênio. E que teve uma equipe maravilhosa trabalhando com ele. Mario vira então o subcoordenador. Meu pai, Mário Pinto, operaria a parte técnica relacionada à engenharia e meio físico, e o Simonsen o meio econômico e financeiro. Quando veio o movimento de 1964, e o Campos vai para o Ministério do Planejamento, surge o PAEG. Então, ninguém melhor do que Simonsen ao meu ver, e Roberto também, por dedução lógica, para desenvolver o meio de campo, ajudar a redigir o PAEG, fazer todo um conteúdo de planejamento. É claro que outras experiências acadêmicas do Mario Henrique, na Confederação Nacional da Indústria, foram muito úteis, mas não tenho a menor dúvida de que este projeto de Harvard foi extremamente proveitoso ao Mário Henrique para entender este Brasil grande! E o Mario saiu dali com uma condição ímpar para escrever o PAEG, o que ele fez quase sozinho, diga-se de passagem.

**INSIGHT-INTELIGÊNCIA** – Mas a posição do Lincoln Gordon no projeto, é estranha. Afinal, supervisionar políticas macroeconômicas dessa extensão... Não era o mister dele. Depois do projeto, até pode ser. Ou seja: a presença dele não é neutra, tanto que logo depois ele é indicado para embaixador no Brasil.

**L.F.** – Do ponto de vista acadêmico, seria um grande intelectual pensando o Brasil. Outras conclusões é melhor que o tempo responda. É até onde eu posso ir.

**INSIGHT-INTELIGÊNCIA** – Mas o que se reproduz na América Latina é esse modelo. Talvez só a Universidade de Oxford, que teve uma grande história na América Latina, tenha sido tão propositiva. Não se conhece nenhuma outra universidade que tenha financiado um projeto tão ambicioso de mudanças para o país! Não é isso? E detalhado, não é? Pontual! Tributário, construção naval, farmacêutica, mercado de capitais... Como uma instituição internacional influencia um país? É como se ela quisesse realmente mudar o Brasil! Ou seja: Harvard fez o PAEG cinco anos antes!

**L.F.** – Não, não foi Harvard. Foram os brasileiros...

**INSIGHT-INTELIGÊNCIA** – Os brasileiros contratados por Harvard!

**L.F.** – Independente do que tenha havido em 64, existia um grupo da elite brasileira que pensava seriamente na modernização do país, no fluxo de caixa auto-sustentável. Ou

LINCOLN GORDON



o Brasil entrava nessa estrada modernizante/modernizadora ou surgiriam problemas perversos no decorrer da História. Quando Campos saiu do BNDE, saiu com um grupo de assessores. Então, ficaram todos com uma série de dificuldades financeiras. Como resolver isso? Fizemos uma firma de consultoria. Consultoria em qualquer lugar do mundo, eu não conheço nenhuma firma de consultoria, talvez exista alguma em algum lugar, no céu talvez, em que as pessoas procuram a consultoria. De modo geral, a gente corre atrás, engendra a própria demanda. A meu ver, o Projeto Harvard, até onde eu posso ir, deve ter se originado por um termo de referência inteligente apresentado pelo Roberto e discutido com Harvard. Sei que vários dos temas foram sugeridos não só pelo Roberto, como pelo meu pai, pelo próprio Mario Henrique Simonsen. E discutidos com Harvard também. Foram todos discutidos com Harvard, partindo da consultoria. Não existe esta fantasia conspiratória. A meu ver a Consultec foi um núcleo de pessoas extremamente inteligentes e preparadas que resolveu a todo custo se preocupar com a necessidade de um Brasil moderno. Quer dizer: não vejo como aliar o Projeto Harvard a um movimento conspiratório. Nunca vi esses tais empresários do Ipes! O Flores (Jorge Oscar de Mello Flores) não! O Flores era da Consultec, sempre foi um dos chefes, digamos... Mas, lá ele era um engenheiro hidráulico, dos melhores, diga-se de passagem.

**INSIGHT-INTELIGÊNCIA** – O Dr. Jorge era notoriamente um conspirador. Uma atuação, aliás, que ele nunca es-

condeu. É sobre sua atividade underground, digamos assim, que ele fala em 99% da sua biografia, “Na periferia da História”. A teia que une personagens dessa época parece emaranhar até o infinito. O Dr. Jorge Oscar de Mello Flores, por exemplo, que era o presidente do Chase Manhattan, no Brasil, nessa época, sediava no banco o Jack Wyant, que era membro dos conselhos de entidades empresariais e sabidamente por Deus e o mundo o mais renomado agente da CIA no Brasil. O Jack Wyant era um dos principais interlocutores do Lincoln Gordon no país. Aliás, nenhuma novidade, no seu último livro — *Brazil's Second Chance* — está lá um enorme agradecimento do Lincoln Gordon ao Jack Wyant. Este último, por sinal, não aparece no Dicionário do CPDOC. De repente, até Mr. Wyant poderia estar colaborando com o Projeto Harvard.

**L.F.** – Não... O Dr. Flores era o presidente. Eu fiquei na Consultec, sei lá, quarenta e poucos anos! Nunca vi uma conspiração de empresários! Aliás, quando nós tínhamos alguma decisão administrativa de maior envergadura, nós telefonávamos para o Dr. Jorge Flores. Eu nunca o vi, depois de 1961, mais do que três vezes na Consultec.

**INSIGHT-INTELIGÊNCIA** – Esses projetos foram cambiados formalmente ao governo brasileiro a título de contribuição ou alguma coisa assim?

**L.F.** – Não... Isso também não... Mas tem uma coisa: a Consultec sempre divulgou a sua relação de projetos – projeto um, dois, três, quatro, cinco, seis..., todos com suas súmulas.

**INSIGHT-INTELIGÊNCIA** – Voltando ao onipresente Mr. Gordon, ele depois retornou à Consultec?

**L.F.** – Não, não... Ele trabalhou na Consultec somente em 1960, numa sala, numa das últimas salas da Consultec, que dava para a Candelária na época, durante oito meses, nove meses ou qualquer coisa próxima. Era um projeto muito grande para a época. E em qualquer projeto grande, você tem uma contrapartida. Uma pessoa que acompanha o projeto por parte do contratante. O que eu acho notável, não só no Projeto Harvard como em outros projetos que saíram de lá, é que esse pensar grande da Consultec foi útil ao país! Tenho agora, a minha interpretação da trajetória da Consultec, é uma coisa estranha. Todos esses episódios foram ruins foi ruim econômica e financeiramente para ela. A Consultec, desenvolvida pelos seus pioneiros — Lucas Lopes, Mário Pinto, Simonsen e outros — sempre pensou a frente! Uma vez disse

a papai: “Olha, o problema é que a Consultec, desde a sua origem, pensa que é o Ministério do Planejamento do Brasil. E ela não é! Ela é uma firma de consultoria. E nós sempre trabalhamos como se fôssemos...”

**INSIGHT-INTELIGÊNCIA** – Um agente político...

**L.F.** – Como se nós fôssemos um órgão público planejando o Brasil e fazendo o Brasil pensar grande! Então, isso não só gera inimigos, como, comercialmente, é desinteressante. Por quê? O nosso foco é pensar grande, pensar como se tivéssemos, no Brasil, um governo como gostaríamos. Seja no setor de cimento, seja na indústria farmacêutica, seja na siderurgia. E daí as brigas ontológicas que ocorriam da Consultec, eventualmente, com órgãos do governo federal. Quer dizer: a Consultec sempre achava que tinha que pensar acima! A História é brincalhona! A História é sempre brincalhona! O que ocorreu na prática, pelo menos na minha impressão, é que o núcleo técnico da Consultec — e mesmo o Roberto Campos, que era um grande colaborador — nunca foi chamado para conspirar no pós-61. Nem o próprio Campos, nem o próprio Mario Henrique. Até onde posso ir, nenhum deles foi chamado para conspirar! O que não quer dizer que não quisessem. Mas, eu estou falando do pessoal que trabalhava *full time* na Consultec, a turma presente. Esses nunca foram chamados para conspirar. Mas o que acontece de irônico no processo é que quando surge a Revolução, apesar do Mario Simonsen, do Mario Pinto — o Roberto já estava nesta época em Washington — não terem conspirado realmente, eles tinham feito uma empresa — como eu posso dizer? — que era o melhor nicho em planejamento, em modernidade, em modernização do país e do Estado. Então eu acho que, naquela época, então, eles precisaram da Consultec. Eles precisaram da inteligência da Consultec. Da inteligência do Campos, então nem se discute! O que aconteceu mesmo é que, desde 59, durante cinco anos, mais do que ninguém fora de governo, a Consultec vinha estudando loucamente estes temas. Vinha não só com o Projeto Harvard, mas com também com dezenas de outros estudos. A Bolsa de Valores, em 61; o transporte rodoviário no Brasil, coordenado por José Luiz Bulhões Pedreira...

**INSIGHT-INTELIGÊNCIA** – A Consultec, por ironia da História, teria sido usada...

**L.F.** – Não, não... Eu repito que coincidências existem. O que eu acho de irônico no processo todo é o seguinte: haviam conspiradores superdensos atuando em todas as entidades

da sociedade civil. E no momento em que o governo cai, que ocorre o Movimento de 64, ela era uma pequena empresa, com gatos pingados, na Rio Branco 81, quinto andar, que tinha estudado o Brasil mais do que ninguém, pagando um preço de exclusão de uma série de contratos com o hegemônico setor público da época justamente por ter tido, no seu embrião, colaboração e relacionamentos notoriamente estreitos com as autoridades nomeadas. Uma coisa que muito me influenciou à época, em 64, e que mostra que a Consultec não participou de qualquer conspiração, é que nenhuma das pessoas da Consultec foi chamada para ocupar um posto importante no governo, não considerando o Campos, que não era do quadro e já tinha ido embora para Washington. O Campos nunca mais voltou à Consultec. A última vez que o Campos foi à Consultec foi em maio de 61. Depois nunca mais voltou lá! E, de repente, surge um novo governo. E, aí, qual não é a surpresa daqueles que assumem o novo governo? Porque o Campos estava fora desde 61, o Campos estava fora! Ele não vinha acompanhando o que estava acontecendo na Consultec, não estava acompanhando o que acontecia na Consultec. De repente, as pessoas olham, as pessoas que assumem o governo olham e vêem que grande parte do Brasil, que estava surgindo, estava estudado naquela traineira. Era naquela traineira! Isso, a meu ver, foi uma surpresa! Eram dez, oito técnicos!

**INSIGHT-INTELIGÊNCIA** – Nesse grupo está também o José Luiz Bulhões?

**L.F.** – Ele não era da Consultec. Fez alguns trabalhos



JORGE OSCAR DE MELLO FLORES

para nós, como diversos outros notórios especialistas. Também não participou do Projeto Harvard. Na mesma época, em 61, estava desenvolvendo um trabalho do sindicato de transportes.

**INSIGHT-INTELIGÊNCIA** – Mas você há de convir, olhando agora as súmulas, que os projetos não eram nenhuma pérola de isenção, havia sim um fio condutor. Tomemos, por exemplo, a apresentação do que foi o estudo do Simonsen. *“O trabalho mostra que a intervenção do governo da maneira que era realizada, na formação dos preços, dos bens, serviços e fatores de produção vinha sendo francamente nociva à economia brasileira. Pesquisaram-se as causas desse insucesso, dando ênfase às tentativas frustradas de combate à inflação, ao mito dos subsídios, ao critério dos custos históricos, à confusão entre lucros inflacionários e monopolísticos, e à influência do hipernacionalismo xenófobo”*. Ora, hipernacionalismo xenófobo...

**L.F.** – Era a linguagem da época. (silêncio)

**INSIGHT-INTELIGÊNCIA** – E deu dinheiro, a Consultec?

**L.F.** – Eu me lembro perfeitamente que em 62, 63, a Consultec já tinha muitas dificuldades financeiras. A Consultec sempre teve dificuldades financeiras muito sérias até hoje! Nunca deixou de ter dificuldades financeiras! Em quarenta anos, quarenta e três anos, quarenta e dois de história, ela só teve dois ou três anos felizes. Todos os outros foram muito problemáticos.

**INSIGHT-INTELIGÊNCIA** – Então, como é? O princípio não era de que tinha que haver uma geração de caixa auto-sustentável. (Risadas)

**L.F.** – Pois é... Ela não cobrava nada a muita gente do governo, não cobrava taxa de sucesso! O Mário Pinto só cobrava hora técnica; se o projeto fosse aprovado ele achava que não era correto a gente ter 1%, 2%, 3% do valor do projeto e nem participação em sociedade!

**INSIGHT-INTELIGÊNCIA** – Perdeu-se uma fortuna aí!

**L.F.** – Pode parecer ingênuo, mas tinha um sonho por detrás de tudo isso.

**INSIGHT-INTELIGÊNCIA** – De volta ao nosso link, o Mr. Gordon...

**L.F.** – Eu reafirmo que ele não era ligado ao grupo técnico. Apesar de todos gostarem dele. Acho que só o Mario Henrique e o Roberto criaram relações pessoais com ele. Meu pai, somente o reencontrou, depois de 60, no casamento da Sandra, filha do Roberto Campos, muitos e mui-

tos anos depois. Quando surge a Revolução, não lembro... eu morava com meu pai. Eu morei com meu pai até os vinte e oito anos de idade. Nunca Mário Pinto foi convidado para uma reunião conspiratória! Nunca, nunca! O Simonsen nunca foi convidado para uma reunião conspiratória! Nada! Não havia conspiração! O que houve, o que foi a surpresa, é que quando Mário chega, logo depois, chamado pelo grupo que assume o poder — na época ele foi para o EPEA, Escritório de Pesquisa Econômica Aplicada, embrião do atual Ipea — e senta junto aos luminárias que o Campos tinha convidado (o Reis Velloso era o superintendente do EPEA) — ele demonstra aquela bagagem colossal. Na verdade, o Mario Henrique, que tinha sido o tocador de piano, já tinha aprimorado o Projeto Harvard; tinha aprimorado, como posso dizer, o projeto de controle de preços; o projeto da Bolsa de Valores; o processo do desenvolvimento econômico, nas conversas com José Luiz Bulhões Pedreira; em construção naval, com José Cruz Santos; e por aí vai...

**INSIGHT-INTELIGÊNCIA** – Lucas Lopes era ativo no que você chama de grupo técnico?

**L.F.** – Lucas Lopes teve presença em quinze, vinte projetos da Consultec!

**INSIGHT-INTELIGÊNCIA** – Mas não nesse projeto especialmente?

**L.F.** – Não.

**INSIGHT-INTELIGÊNCIA** – Ele era muito amigo do Lincoln Gordon?

**L.F.** – Muito amigo! Todos eram amigos do Lincoln Gordon! Todos eram amigos! Papai ficou muito camarada de Lincoln Gordon! Mas tudo, repito, restrito àqueles poucos meses.

**INSIGHT-INTELIGÊNCIA** – Fica parecendo até que nós estamos sendo recorrentes ou então queremos conduzir o assunto, mas é que esse ponto é muito importante, já que nos parece um achado histórico. Por exemplo: uma coisa que fica muito interessante nisso aí, é que quando Lincoln Gordon chega ao Brasil, chega como um agente credenciado para ser não só o embaixador no Brasil, mas um interlocutor político diferenciadíssimo, porque ele tinha trabalhado no diagnóstico e nas soluções! Talvez poucos personagens compreendessem tanto o país quanto ele, naquele momento.

**L.F.** – É verdade! Mas, eu me lembro perfeitamente de papai falando para o Simonsen: Mario Henrique, nós pre-

cisamos divulgar isso! Vamos divulgar! Isso precisa ser mostrado.

**INSIGHT-INTELIGÊNCIA** – Por que não foi? Até pelo lado de Harvard, porque para uma instituição de pesquisa o regime correto seria a divulgação.

**L.F.** – (Silêncio) Quando eu olho para trás, me dá muita pena, pois a Consultec montou um dream team. Ela preparava tão bem as pessoas e perdia porque não conseguia pagá-las e retê-las.

**INSIGHT-INTELIGÊNCIA** – O melhor pagamento era a vida pública!

**L.F.** – Pois é... Perdia... As pessoas iam ser ministros, presidentes de instituições. Eu fui, e outros foram. E papai se orgulhava, e todos nós nos orgulhávamos, de preparar pessoas competentes. O Henrique Flanzer foi secretário-geral do Ministério do Planejamento, o Simonsen foi ministro duas vezes, o Arlindo foi presidente do Mobral, presidente da LBA etc.

**INSIGHT-INTELIGÊNCIA** – Ir ocupando o governo permanentemente não parece ser tão mal.

**L.F.** – A partir de 64 veio uma orientação do governo Castelo Branco que era a seguinte: já que a Consultec foi fundado pelo Campos, e o Campos é nosso ministro do Planejamento, nenhum projeto será contratado junto à Consultec.

**INSIGHT-INTELIGÊNCIA** – Isso já em 64?

**L.F.** – É. Foi um sufoco. A gente esteve para fechar por duas ou três vezes. Aí, veio o pessoal do Costa e Silva, que odiava o pessoal do Castelo, e disseram: já que a Consultec é ligada ao Castelo nada de projetos para eles. Continuou com Garrastazu Médici. No Geisel não, mas ela já tinha apanhado de 64 até 74, já tinha sido tão surrada, que não era mais possível recuperar toda a substância perdida. Outras firmas de consultoria vieram surgindo. A Consultec foi uma firma muito desgostada pela esquerda...

**INSIGHT-INTELIGÊNCIA** – E maltratada pela direita.

**L.F.** – E maltratada pela não-esquerda, como quiser! E brutalmente maltratada! E até hoje ela é uma instituição que só pensa na modernização do país, apesar de hoje ela ser mínima! Um outro fato, é que ela nunca foi um monólito. Existiam as relações da Consultec e a própria Consultec. Muita alegria foi resultado desse entrelaçamento entre os dois grupos, mas também muita tristeza, muita mágoa.

**INSIGHT-INTELIGÊNCIA** – Esses projetos todos da Consultec devem constituir uma memória enorme!

MAURO THIBAU



**L.F.** – São novecentos projetos sem cortar o ritmo. É uma aula seriíssima, uma aula magna sobre fluxo de caixa auto-sustentado, é pioneira em balanço social no país. O primeiro grande trabalho sobre poluição fomos nós, sobre lixo industrial, indústria naval, automóvel, mineração, o que você quiser, menos em telecomunicações.

**INSIGHT-INTELIGÊNCIA** – Não dá para divulgar isso, LF? Afinal, é a História do Brasil.

**L.F.** – Nós não podemos divulgar, já que foram todos feitos para terceiros. Talvez no futuro, através de uma fundação... Agora, independente do contratante desejar ou não, nós publicávamos a relação de projetos. Agora, se o cliente autorizasse, era outra coisa. Lembro que no projeto de Pecuária de Leite, uma menina que queria tirar o mestrado ou doutorado, consultou o cliente, nos telefonou e nós liberamos. O projeto sobre Controle de Preços, eu pessoalmente atendia a uns trinta telefonemas de pesquisadores internacionais, nacionais querendo esse trabalho. Tirei pelo menos umas vinte cópias, vinte e cinco cópias do trabalho do Controle de Preço. O Mario Henrique tirava mais uma cópia para o pesquisador que vinha atrás do trabalho. Nós não tínhamos nenhum óbice em ajudar o pesquisador, desde que o cliente autorizasse. Essa lista é absolutamente pública. E está atualizada até hoje! Absolutamente atualizada!

**INSIGHT-INTELIGÊNCIA** – No livro que você pretende escrever, vamos ver alguns desses segredos?

**L.F.** – Vai se chamar “Rio Branco, quarenta anos!”

**INSIGHT-INTELIGÊNCIA** – Você devia detalhar toda essa história. Aliás, também podia colocar uma placa lá na Consultec: aqui se pensou o Brasil! (Risadas)

# O IDH É NOSSO, VOCÊ SABIA?

**A CAIXA DE PANDORA DA CONSULTEC PROSEGUE SENDO EXPLORADA NESSAS CENAS ADICIONAIS. A CÂMERA PASSEIA POR FOTOS DE ROBERTO MALUF E PAULO MALUF, DO HINDU AMARTYA SEN, CRIANÇAS NO SENEGAL, CRIANÇAS NA CAATINGA NORDESTINA, PRÉDIO DA ONU. A CÂMERA VOLTA A FOCAR A IMAGEM DE L.F. CORTE PARA O PROFESSOR PIGARREAR. PREPARAR PARA O RETORNO DA ENTREVISTA. ATENÇÃO, FILMANDO!**

**LUIZ FERNANDO DA SILVA PINTO** – A Consultec sempre dava muita liberdade às pessoas. Ou seja: nós podíamos utilizar a Consultec para trabalhos externos, desde que não fossem conflitantes com projetos de interesse da empresa, de interesse dos clientes. E desde que fossem comprometidos com o pensar grande! Existem muitas histórias inéditas. Em 1984, desenvolvi uma pesquisa, para uma instituição de São Paulo (Fundação Salim Farah Maluf), chamada Social Inadiável. Isso virou um livro que foi publicado em três mil volumes. O que mostra como a Consultec, e seus colaboradores, sempre pensaram grande. Naquela época, em 1984, foi um estudo sobre condicionamento social, em que eu dava uma nota para os países entre 1960 e 1970. Sendo que ao Brasil dei até 1940. Eu utilizei mortalidade infantil, expectativa de vida de zero a um, um a quatro, ensino básico, primário, o correspondente ao ginásio e ao científico antigos, intensidade universitária e grau de alfabetização. Trabalhei esses parâmetros e consegui desenvolver uma nota social. Isso foi feito em 1984. O trabalho, coordenado pelo Amartya Sen para a ONU, seis anos depois tem várias semelhanças com esse trabalho que realizou na Consultec. Tenho um amigo muito engraçado que diz: “Luís Fernando, você é muito safado! Você escreveu isso em 1984, você tinha um bruxo que fazia você navegar no túnel do tempo. Você foi até 1990, pegou a idéia do Amartya Sen e voltou para 1984!”

**INSIGHT-INTELIGÊNCIA** – Mas isso está sobejamente comprovado?

**L.F.** – Não! Está extremamente similar! Fico numa posição muito delicada para discutir isso porque um economista depois disso ganhou o Prêmio Nobel. O importante

é que só existem duas grandes famílias de indicadores aceitos globalmente em todo o mundo, em termos econômico-sociais. A primeira são os grandes agregados em decorrência de Breton Woods, é o PIB, e por aí vai. A outra parte do Indicador de Desenvolvimento Humano, que ficou conhecido como desenvolvido pela ONU. Quer dizer: são os dois grandes indicadores, duas famílias de indicadores que vão nortear políticas globais daqui para frente. O que eu quero dizer é que a Consultec, o ambiente Consultec, em 1984, possibilitou que fosse feita uma coisa muito parecida com o que o IDH, seis anos antes do IDH. Lembro que tão logo o livro ficou pronto, em 1984, o Simonsen já morava na Vieira Souto, no 350. Eu levei o livro para o Simonsen dar uma olhada. Já impresso. E ele falou o seguinte — o Simonsen quando gostava das pessoas, e a gente era muito íntimo — ele dizia: “Queres ouvir o quê?” Eu falei: põe uma ópera do Wagner... E ele: “Tudo bem! Você vai ouvir e vou ler seu livro”. E ele ficou lendo o livro durante uma hora e meia, coisa e tal. No final ele virou-se para mim, olhou e falou: “L.F., você não tem a menor idéia da importância disso que você fez! Você não tem a menor idéia!” Anos mais tarde um ilustre professor da Fundação Getulio Vargas, Julian Chacel, fez um trabalho no jornal do Tribunal de Contas do Estado, mostrando exatamente a origem desses indicadores de condicionamento social. De qualquer forma isso mostra que o Brasil, nesse capítulo, como em outros, saiu na frente na montagem de um indicador. Não estou tirando o mérito dos outros, mas nós fizemos o nosso em 1984. Esse pensar além sempre foi importante para a Consultec. O livro “O Social Inadiável”, foi distribuído para deputados, senadores, bibliotecas do mundo inteiro. Inclusive, se não me engano, para a própria biblioteca da ONU, de onde saiu o IDH. Mas não havia nenhum interesse comercial. Não tive nenhuma renda decorrente deste trabalho. A mensagem que fica é de que o país só pode ir para frente se grupos de pessoas pensam grande sistematicamente. A meu ver isso é o que ajuda a criar, a construir um país. É isso que faz as universidades sérias pensar grande. Num determinado

momento toda aquela bagagem científica vai ser utilizada por alguns. Acho que essa foi a mensagem da Consultec.

**INSIGHT-INTELIGÊNCIA** – Então surrupiaram a nossa patente do IDH.

**L.F.** – (*Silêncio*)

**CORTE PARA O TOPO DO PRÉDIO NÚMERO 41, DA AV. RIO BRANCO. A CÂMERA VAI DESCENDO LENTAMENTE O EDIFÍCIO, COMO SE O ESTIVESSE DESPINDO. CLOSE NA PORTARIA. O PERSONAGEM ENTRA NO PRÉDIO. ELE VIRA-SE PARA A CÂMERA. CLOSE NO SEU ROSTO. JULIAN CHACEL COMEÇA A FALAR.**

“Num pequeno livro intitulado “O Social Inadiável”, Luís Fernando da Silva Pinto, nos propunha, no início da década de 1980, um conjunto de variáveis que, devidamente articuladas por relações numéricas, resultassem na construção de indicador de condicionamento e avanço social de regiões e países. Talvez por ter sido financiado pela Fundação Salim Farah Maluf, a repulsa ao nome Maluf no mundo acadêmico brasileiro, de nítido viés esquerdista, tenha feito que, à época, a proposta metodológica de Luís Fernando para rever conceitos de desenvolvimento não tenha tido maior repercussão.

E, no entanto, seu conteúdo é conceitualmente muito similar ao da construção do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) das Nações Unidas, hoje tão celebrado por todos. Luís Fernando seleciona sete variáveis para a construção do seu indicador: expectativa de vida ao nascer, a mortalidade infantil de 0 a 1 ano, a mortalidade infantil de 1 a 4 anos, a taxa de alfabetização, nível de intensidade do ensino primário, nível de intensidade do ensino secundário e nível de intensidade do ensino superior. Saúde e Educação são os grandes vetores dessa construção.

Com dados do Banco Mundial, das Nações Unidas e da Unesco, colhidos entre 1978 e 1983, a construção do indicador, sintetizado num número através de um sistema de pon-

tos, permitiu a Luís Fernando estabelecer comparações internacionais e definir para países cinco categorias de regiões em termos de condicionamento social e bem-estar: menos de 20 pontos, região supercrítica; entre 20 e 40 pontos, região crítica; entre 40 e 60 pontos, região de transição; entre 60 e 80 pontos, região de expansão e, finalmente, acima de 80 até o limite teórico de 100, região de consolidação. Isto posto, Luís Fernando recorre a uma “estática comparativa” ao confrontar os resultados obtidos para os anos de 1960 e 1980 o que lhe permitiu identificar avanços e retrocessos. No exercício para o Brasil, no espaço de 20 anos, o país sai da categoria de região crítica (31,4 pontos) para a de transição (62,4 pontos) refletindo um período de forte expansão econômica que até o presente não foi retomado. Cabe assinalar que para os estados brasileiros a dispersão dos pontos, nos dois momentos do tempo, foi muito ampla, ainda que todos tenham evoluído para a região de transição.

Nestes tempos em que a atenção, tanto dos políticos como dos pesquisadores do mundo acadêmico, está voltada para o social e a determinação dos limites da pobreza, valeria a pena retomar a abordagem metodológica de “O Social Inadiável” incorporando, quando fosse o caso, novas variáveis para maior precisão do indicador. Numa breve passagem pelo Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro, tive oportunidade de usar o enfoque de Luís Fernando para os municípios do estado e constatar, numericamente, o que hoje é moeda corrente. Visto pelo condicionamento social, o município de melhor nível de bem-estar é o de Niterói e não o da capital, como muitos poderiam imaginar.

Não sei precisar se a abordagem de “O Social Inadiável” antecede à construção do IDH das Nações Unidas. Mas fica aqui, ao menos, o meu testemunho sobre a importância do ensaio de Luís Fernando da Silva Pinto, lamentando que tenha, à época, passado quase despercebido. Cabe-ria, insisto, recuperar seu conteúdo.

# O LABORATÓRIO DO TERROR ECONÔMICO

LEÔNCIO BASBAUM

*“Em 1961 (é curioso, porque a ata de criação da empresa, apresentada por Basbaum na CPI do Congresso, revela um funcionamento formal posterior ao episódio do Projeto Harvard), formou-se no Brasil, na antiga Capital Federal, uma sociedade civil de técnicos e economistas, que tomou o nome de Consultec, sociedade essa liderada pelo embaixador Roberto Campos. Os negócios dessa organização civil ampliaram-se tanto, essa empresa se irradiou de tal forma, passou a ser tão dominante na vida pública, e na administração brasileira, que há pouco tempo, pouco mais de um mês, a sociedade civil se transformou em sociedade anônima. Se fizermos um levantamento do número de empréstimos concedidos pelo BNDE e se apurarmos a origem dos pareceres e dos estudos econômicos que os instruem, não será surpresa constatar que talvez mais de 50% desses pareceres hajam sido patrocinados através da mais escandalosa advocacia administrativa, por essa empresa de consultoria, sociedade comercial, agência de negócios dos grandes homens do Estado, do governo brasileiro”.*

“Será que estamos no Brasil das coincidências e das evidências desprezadas? Por que motivo se juntam, numa sociedade que vive a encaminhar pedidos de empréstimos, diretores da Sumoc, assessores da Cacex, diretor do BNDE, embaixador do Brasil nos EUA, elementos do Itamaraty? Por que essa junção feliz de homens tão eminentes? Por mero acaso? Eles se encontraram, assim, na rua, fizeram amizade na escola ou estão atuando em função de suas posições políticas, da faculdade de influir nas decisões?”

“Como se percebe por essas informações jamais desmentidas, a Consultec já existia desde os tempos de João Goulart e sua especialidade era a advocacia administrativa: aconselhava os capitalistas estrangeiros, dizendo-lhes onde e como deviam aplicar o seu dinheiro e ajudavam a burocracia estatal para empurrar os papéis mais rapidamente, distribuindo propinas ali onde convinha, azeitando os ca-

nais competentes. Nesse tempo, entretanto, eles, os diretores da Consultec, estavam do lado de fora, valendo-se apenas do prestígio pessoal dos seus cargos oficiais e das propinas, para garantir interesses dos seus clientes. Agora, porém, estão do lado de dentro, são do governo, todos no Ministério: Roberto Campos, Mário Thibau, Gouvêa de Bulhões e outro, todos são ministros. O que é o mesmo que colocar o ‘Sete Dedos’ na chefia de polícia”.

“Foi por intermédio da Consultec que as empresas americanas conseguiram a Lei de Fundo de Garantia de Tempo de Serviço que se destinava a acabar com a Lei da Estabilidade, uma conquista operária que já tinha mais de 20 anos, e a eliminação de algumas portarias protecionistas de produtos manufaturados nacionais, suprimindo praticamente os direitos aduaneiros, pela supressão do dólar especial, para a importação de artigos já fabricados no Brasil. O que representou um rude golpe para a indústria nacional.”

Era enfim a Consultec, organismo privado destinado a facilitar a vida das empresas estrangeiras, principalmente norte-americanas, que organizava o plano de luta contra a inflação sempre de acordo com o interesse daqueles que os contratavam. E pagavam em dólares. E foi ainda a Consultec quem determinou a conveniência de aumentar o preço do dólar que passou sucessivamente de 1.800 cruzeiros, ao fim do governo Goulart, para 2.250 e finalmente para 2.715. Essa elevação do dólar, quando todo o nosso desenvolvimento dependia da importação, encareceu todos os produtos, petróleo, trigo, maquinarias, aumentando o custo de vida.”

“A Consultec tem, pois, fundas raízes no Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico, o maior banco de investimentos no Brasil e para onde encaminha processos e estudos para aprovação. A coisa fica toda em casa. A Consultec prepara estudos e seus membros, que são ao mesmo tempo do banco, decidem sobre aquilo que eles próprios organizam e promovem.”



# O “BICO FINANCEIRO” QUE VIROU DRAGÃO DA MALDADE

ROBERTO CAMPOS

“Na saída do BNDE, acompanharam-me vários colegas do Itamaraty — Miguel Osório de Almeida, Geraldo Holanda Cavalcanti e Lindbergh Sette — que haviam atraído para o banco e para o Conselho do Desenvolvimento, pelo interesse que tinham em planejamento econômico. Passaram a enfrentar problemas de sobrevivência, ao perderem as gratificações que suplementavam os magros salários do Itamaraty. Isso, e mais o desejo que tínhamos, Lucas Lopes e eu, de manter unido e coeso esse grupo de talentos, que aliavam conhecimentos de planejamento econômico e experiência internacional, levaram-nos à criação da Consultec, uma consultoria privada para investidores e planejadores. Seria um ganha-pão comercial e não um órgão de complôs tecnocráticos. Ainda funcionário público, abster-me de participar acionariamente. Os acionistas fundadores foram Lucas Lopes, Jorge Oscar de Mello Flores e Mário da Silva Pinto (que fora diretor técnico do BNDE). Em caráter part-time prestávamos serviços à Consultec, eu próprio e Mario Henrique Simonsen. A organização adquiriu logo sólida reputação pela qualidade dos projetos e estudos de viabilidade. Tornou-se um importante e disputado centro de treinamento de jovens economistas. Hoje, é um núcleo de vanguarda nos estudos de balanço social e gestão estratégica de empresas, sob a coordenação de Luiz Fernando da Silva Pinto e José Antônio Rodrigues, da primeira geração de estagiários da Consultec.”

“Com a guinada ‘nacionalista’ de Juscelino, no final do governo, a Consultec passou a ser encarada na época como um núcleo de pensamento ortodoxo, o que provocou suspeição e antagonismo das esquerdas. Criar-se-ia mais tarde, num livro fantasioso do sociólogo René Dreifuss, “1964 – A con-

quista do Estado”, a idéia de que a Consultec era um anel de ‘poder burocrático empresarial’, servindo de think tank para projetos conspiratórios de conquista de poder. Essa suspicácia foi alentada pelo fato accidental de que vários dos participantes da Consultec, como eu próprio, Mario Simonsen e Mauro Thibau (este contratado para exame de projeto específico da Hanna Mining Company), nos tornamos ministros de Estado, em diferentes períodos da Revolução, enquanto outros vieram a ocupar cargos de destaque na administração. Isso não resultou de nenhum projeto político e sim do simples fato de que alguns dos melhores cérebros tecnocráticos da época, imbuídos do espírito de ‘racionalidade capitalista’, foram recrutados pela Consultec para a análise de projetos específicos. O que era um ‘bico financeiro’ para funcionários mal pagos passou a ser interpretado, dentro da paranóia ideologizante da época, como uma semente de conspiração técnico-burocrática. Seria uma espécie de réplica conservadora do ‘transformismo molecular’, expressão usada pelo marxista Antonio Gramsci para caracterizar um método de captura de poder, usado pelas esquerdas.”

“Nada mais surpreendente para os que trabalhavam na Consultec, onde a figura-chave foi Mário da Silva Pinto, todos politicamente desmotivados, e sem militância partidária, do que terem passado a serem descritos, anos depois, como astutos manobristas políticos de uma aliança entre tecnocratas, militares e a burguesia mercantil. Pitorescamente, os ex-tecnocratas do BNDE e do Conselho de Desenvolvimento, então relegados ao ostracismo, foram tipificados como um caso de ‘entrincheiramento burocrático-empresarial’. Foram essas as expressões hiperbólicas usadas por René Dreifuss em sua análise ideologicamente deformada.”

---

TRECHOS EXTRAÍDOS DA AUTOBIOGRAFIA “A LANTERNA NA POPA”

# UM BANDO DE PROJETISTAS NAS HORA VAGAS

JORGE OSCAR DE MELLO FLORES

*“A origem da Consultec é a seguinte: quando veio ser superintendente do BNDE, no governo Juscelino, Roberto Campos trouxe do exterior vários diplomatas, economistas como ele: João Batista Pinheiro e Miguel Osório de Almeida, que eram muito bons; Lindenberg Sete, que era até primo do Sete Câmara, e havia um Holanda Cavalcanti, todos de muito boa qualidade. Desses quatro eu me lembro perfeitamente. Quando Roberto deixou a presidência do BNDE, por causa do Acordo de Roboré (a ata de Roboré, assinada entre Brasil e Bolívia em março de 1958, ratificava tratado anterior, de 1938, que estipulava a participação de empresas brasileiras na exploração do petróleo boliviano. Setores nacionalistas brasileiros contestaram violentamente a ata, por entenderem que a participação de capitais privados abria uma brecha no monopólio estatal do petróleo, exercido pela Petrobras. Por defender a participação de capitais privados, nacionais e estrangeiros, Roberto Campos tornou-se alvo principal da campanha nacionalista, acusado de ser representante dos interesses petrolíferos norte-americanos), ele me disse que estava preocupado, porque tinha tirado aqueles diplomatas de seus postos. Se continuassem no Brasil ficariam ganhando muito pouco, se fossem para o exterior teriam que ir às próprias custas, porque há um interstício entre duas ajudas de custo e eles tinham tido ajuda para vir do exterior para cá e não poderiam ter outra para voltar.”*

“Eu, então, sugeri a Roberto aproveitar, nas horas vagas dos diplomatas, seus conhecimentos de economia. Assim, os quatro, mais Mário da Silva Pinto, que também era do BNDE, Lucas Lopes e eu montamos a Consultec. Eu participei porque era o único que, na ocasião, não exercia função pública e podia requerer todos os papéis para registrar a empresa, o que fiz sob orientação do Nascimento Silva, advogado e nosso amigo. Quando fomos registrar a Consultec, o nome já estava registrado, com a mesma intenção,

pelo César Cantanhede. Mas César não estava interessado em levar avante e nos cedeu o título.”

“No início, os clientes eram principalmente empresas estrangeiras. Depois que mudou toda a administração do BNDE, já passamos a ter clientes brasileiros. Por exemplo: um dos trabalhos da Consultec foi o estudo de viabilidade da Eucatex, que depois do nosso estudo passou a dar lucro. Tanto que, na Fundação Maluf, houve elementos da Consultec — Mário da Silva Pinto foi presidente do Conselho, e Luís Fernando da Silva Pinto foi diretor. Seus primeiros livros foram publicados com apoio da Fundação Maluf.”

“O que a Consultec tem feito é engenharia social, isto é, quantifica uma série de parâmetros que os sociólogos desprezam. Por exemplo: Luís Fernando Pinto criou um índice de avanço social, em função do qual foram feitas uma série de previsões. Países com o índice abaixo do valor 20 não adiantava recorrerem ao socialismo, pois, somados o seu atraso e a ineficiência estatal, não iriam progredir e sofreriam miséria e fome. Foi o que aconteceu com vários países da África com índice abaixo do mínimo, que adotaram o comunismo e passaram fome. Acima do valor 60, não adiantava a União Soviética tentar seduzir, porque não se motivariam. Agora, quem tinha valor acima de 80 e estava constrangido no regime da Cortina de Ferro, com qualquer oportunidade iria liberar-se; foi o que aconteceu com a Tchecoslováquia, por exemplo. Tudo isso foi previsto, e por escrito, com antecedência.”

*“Não é verdade que parte da atuação da Consultec tenha sido o exame de projetos financiados pelo BNDE. A Consultec se recusava sistematicamente a agir junto ao BNDE! Isso é o que a turma de esquerda inventava contra ela. O que havia era o seguinte: os brasileiros ainda não estavam habituados a pagar por estudos e pareceres, a não ser com interesse imediato, e o interesse imediato deles seria um financiamento do BNDE. Como na Consultec não se aceita-*

*vam contratos com o BNDE, ela teve uma série de clientes estrangeiros, inclusive a Hanna. Aí começou a história de a esquerda chamar Roberto Campos de 'Bob Fields'. Fez-se também um projeto para uma universidade americana (esta é a única vez que o Projeto Harvard é, aparentemente, trazido à tona, sem que haja a citação do seu nome), para o qual até foi contratado Bulhões, que trabalhou apenas nessa tarefa, não era da Consultec.”*

“A versão do René Dreifuss é a de um grupo que sai do BNDE para fazer projetos capazes de conseguir os financiamentos do próprio BNDE. Eu expliquei tudo ao contrário,

na minha sala. Ele ouviu calado e depois disse: “Se eu fizer outra edição, vou corrigir isso tudo”. O que existe de erros no livro do Dreifuss é uma coisa incrível! As quantias que ele cita, por exemplo, estão todas erradas, ele não considerou a reforma monetária e o corte de três zeros. Bulhões fez um trabalho para nós, e ele escreveu que o pagamento total que Bulhões recebeu por aquele trabalho — pagamento por tarefa é sempre maior do que salário — era seu salário mensal como nosso funcionário, coisa que Bulhões nunca foi. Além disso, me colocou como diretor da General Electric, de onde nunca fui, não sei de onde ele tirou isso!”

---

TRECHOS DA AUTOBIOGRAFIA “NA PERIFERIA DA HISTÓRIA”

# UMA TRINCHEIRA DE BUROCRATAS-EMPRESARIAIS

RENÉ DREIFUSS

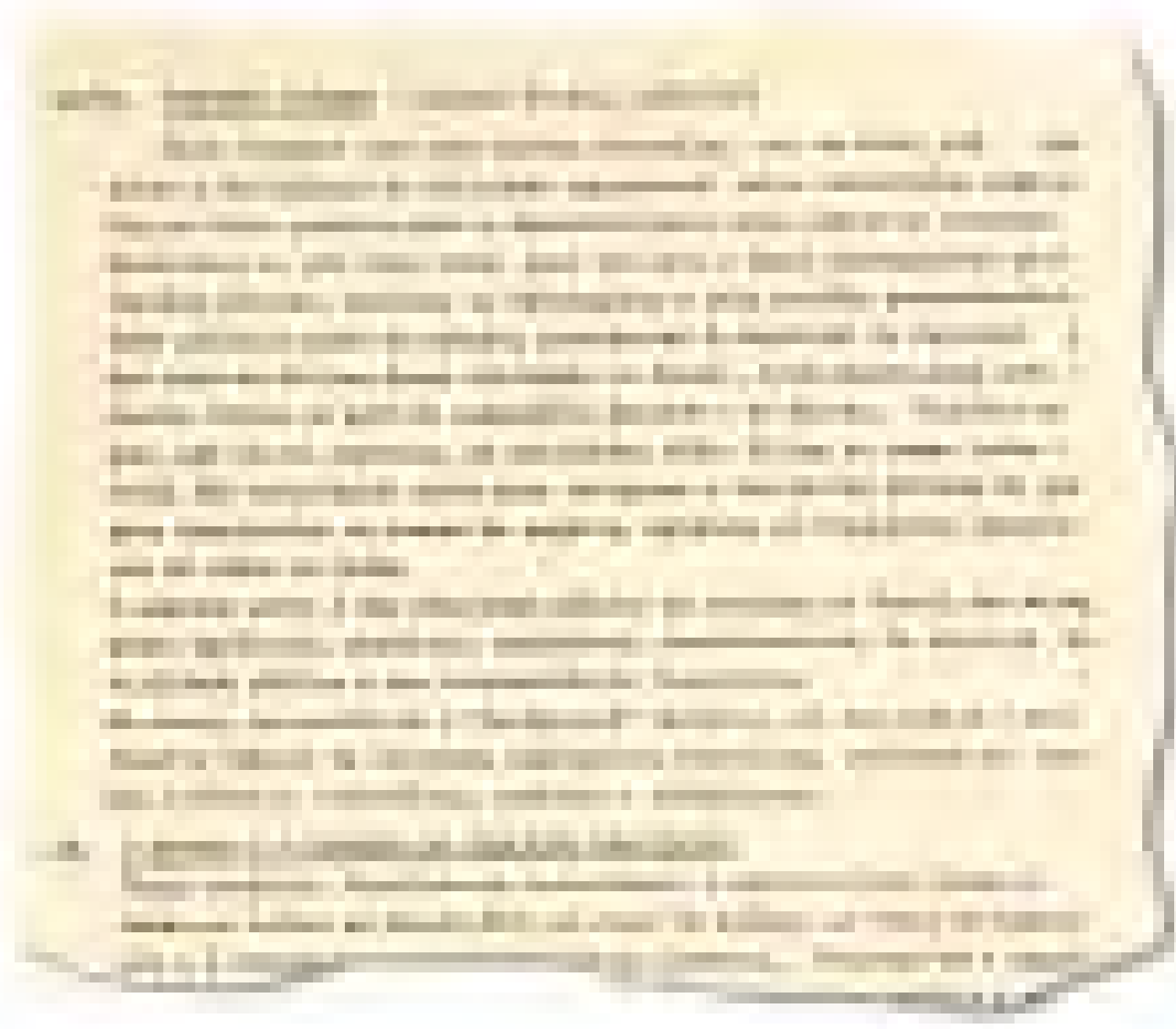
“A Sociedade Civil de Planejamento e Consultas Técnicas Ltda. — Consultec, também conhecida como Companhia Sul-americana de Administração e Estudos Técnicos, era, incontestavelmente, o mais importante e bem-sucedido escritório técnico, e um anel burocrático-empresarial em si mesma. A Consultec era importante em decorrência da qualidade profissional de seus membros; era bem-sucedida em razão de sua capacidade política e de sua ativa ‘advocacia administrativa’, de sua ampla penetração nos canais tecnoburocráticos e sua conexão com o grupo de poder formado pelos interesses multinacionais e associados, aos quais seus membros pertenciam individualmente.”

“A Consultec proporcionou os canais para contornar tanto as agências estatais corporativistas tradicionais de articulação de interesses quanto o Congresso. Ao estabelecer contatos diretos com agências estatais, ela evitou o escrutínio do público e a necessidade de responder às demandas populares ou ter de levar em conta outras pressões. As atividades da Consultec se estendiam da consultoria dada a pedidos de empréstimos feitos ao BNDE por companhias multinacionais até a redação de discursos públicos, da preparação de projetos de lei, decretos e regulamentos até a obtenção de acordos comerciais. A Consultec preparou inclusive o programa apresentado ao Congresso, em 1962, pelo então primeiro-ministro Tancredo Neves, assim como o plano governamental referente ao petróleo, que o primeiro-ministro comissionou também a esse escritório técnico.”

“A posição tecnoburocrática e as ligações econômicas de membros da Consultec foram especialmente vantajosas aos setores de mineração, petróleo, energia e transporte, aos quais a Consultec serviu como consultora. Ela exerceu papel crucial no complexo BNDE-Sumoc-Cacex, agências-chave para o crescimento multinacional e industrial durante o governo Juscelino Kubitschek. Um levantamento dos empréstimos concedidos pelo BNDE e das recomendações e estudos econômicos subjacentes a esses empréstimos mostrou que 50% de tais pareceres haviam sido fornecidos pela Consultec”.

“Alguns dos membros mais importantes da Consultec — e seus cargos da época — eram: Roberto Campos, Vítor da Silva Alves Filho (diretor do BNDE), Miguel Osório de Almeida (ministro para Assuntos Econômicos da embaixada do Brasil em Washington), Jorge Oscar de Mello Flores (diretor do Banco Hipotecário Lar Brasileiro), Frederico Heller (editor econômico do Estado de São Paulo), Edmar de Souza (chefe do setor administrativo do BNDE), José Luiz Bulhões Pedreira (consultor do BNDE), Eduardo Silveira Gomes (consultor da Sumoc), Almirante Aniceto Cruz Santos (Loyde New York e Comissão da Marinha Mercante), Dênio Nogueira (chefe de gabinete de Octavio Gouvêa de Bulhões), John Cotrim (Centrais Elétricas de Furnas), Gabriel Ferreira Filho (advogado do BNDE), Mario Henrique Simonsen (Conselho Econômico da Confederação Nacional da Indústria), Augusto Tito de Oliveira Lima (parente de Roberto Campos), João Batista Pinheiro (diretor do BNDE), Alexandre Kafka (Fundo Monetário Internacional), José Garrido Torres (Sumoc), Hélio Shilittler Silva (diretoria do BNDE), João Alberto Leite Barbosa (editor econômico de O Globo), Glycon de Paiva (Vale do Rio Doce), Mauro Thibau (Cemig), Octavio Gouvêa de Bulhões (Sumoc), Jorge Schilling (Cemig), Lucas Lopes (BNDE), Rodrigo Lopes (filho de Lucas Lopes e genro de Juscelino Kubitschek), Aldo Maciel (Cacex)”.

“As listas mencionadas revelam claramente que a Consultec era um exemplo clássico de entrincheiramento burocrático, uma vez que seu pessoal era intercambiável com o de agências e autarquias estatais, companhias multinacionais e think tanks públicos. A Consultec, que havia sido tão decisiva na articulação paralela de interesses empresariais durante a década de cinquenta, tornar-se-ia, em princípios da década de sessenta, um fator central no esforço de derrubar o regime populista. Muito de seus membros-chave participariam dos órgãos centrais formuladores de diretrizes políticas e de tomada de decisão dos intelectuais orgânicos empresariais com um duplo papel, o de revolucionários empresariais e o de defensores do capitalismo dentro do aparelho do Estado.”



---

SÚMULA DO PROJETO HARVARD, QUE CONTÉM TREZE MACROESTUDOS E VÁRIOS RELATÓRIOS SETORIAIS

**Lidos fatos e versões, depoimentos e documentos, o leitor estará à vontade para escolher entre uns e outros, ou não. Dessa dúvida padeceram Hamlet, segundo Shakespeare, Luigi Pirandelo (*Assim é, se lhe parece*) e Akira Kurosawa (*Rashmon*). Todos já, de um modo ou de outro, falecidos. Não é o caso da memória nacional.**

**MARCUS FIGUEIREDO**  
CIENTISTA POLÍTICO

# CENÁRIO ELEITORAL:



**1º TURNO:  
IMPREVISÍVEL**

**2º TURNO:  
STATUS QUO**

**A** temporada da eleição presidencial 2002 começou com o fechamento das urnas municipais, em 2000. Muito se discutiu e muito se falou das chances do PT e do Lula respaldadas no brilhante desempenho do PT nas maiores cidades, principalmente nas capitais. Para muitos este capital eleitoral seria a catapulta que colocaria a quarta candidatura Lula, de forma líquida e certa, no mínimo no segundo turno das presidenciais deste ano. Esta hipótese ainda não pode ser descartada, mas já perdeu a força de um evento futuro “líquido e certo”.

O exercício que apresento a seguir não é uma hipótese sobre o futuro, mas uma descrição da dinâmica do cenário eleitoral atual e uma conjectura, frouxa ainda, do cenário eleitoral que a opinião pública projeta. Para adiantar, a idéia é mostrar que a dança da opinião pública projeta um cenário eleitoral onde o primeiro turno tende a ser imprevisível e o segundo turno previsível, a favor do *status quo*. Vale dizer, as chances de mudança com Lula, aliado ou não com partidos de centro ou de centro-direta, diminuem à medida que uma aliança governista vier a consolidar-se.

Esta conjectura sustenta-se na percepção de que estamos vivendo um ciclo político-eleitoral conservador que ainda não se esgotou. Ele teve o seu início na eleição de 1989 e consolidou um projeto político e econômico conservador sustentado por um eleitorado igualmente conservador, majoritário, que sustentou as vitórias eleitorais de Fernando Collor e Fernando Henrique Cardoso. A dinâmica atual da opinião pública dá sinais claros de que caminha na mesma direção. Vejamos.

### EVOLUÇÃO DA INTENÇÃO DE VOTO

Nos últimos 12 meses o eleitorado apresentou alguns parâmetros indicativos das suas intenções eleitorais (Tabelas 1 e 2). Embora as intenções de voto espontâneo e estimulado guardem um paralelismo na dinâmica das duas curvas, isoladamente, estes indicadores mostram motivações eleitorais diferentes.

A declaração espontânea da intenção de voto revela uma vontade eleitoral mais genuína, não-comparativa, portanto, não-competitiva. Aparecem aqui políticos e personalidades que fazem parte do estoque de pessoas públicas que o respondente reputa, por qualquer motivo, como um possível bom

futuro presidente, mesmo que não faça parte dos presidenciais já apresentados. Este é o caso de Fernando Henrique, por exemplo (Tabela 1). Embora o voto espontâneo tenha esta característica, o fato é que a passagem da declaração espontânea do voto para a declaração do voto estimulado, comparativo, não é aleatória. Aqueles que indicam espontaneamente alguém dentre os presidenciais já em disputa tendem a confirmar a sua intenção nas simulações competitivas. Os demais respondentes tendem a indicar alguém da lista simulada cujo perfil é próximo do seu ideal de um bom presidente espontaneamente indicado.

À parte tais peculiaridades, a intenção espontânea do voto é um excelente indicador do grau de maturação da vontade eleitoral. Nas 12 pesquisas CNI/Sensus os indecisos representam, em média, 52,4% do eleitorado. Este é o estoque de vontades eleitorais a serem reveladas, competitivamente, quando confrontados com alguma simulação do tipo “e se a eleição fosse hoje e os candidatos fossem estes”. Diante da simulação competitiva os indecisos caíram, na média, para 17,9%. Isto significa que de fevereiro de 2001 a fevereiro de 2002, 34,5% entre os espontaneamente indecisos, uma vez estimulados, inclinaram-se por uma candidatura na pergunta “se a eleição fosse hoje...”. Este ainda é um número alto, mas não poderia ser diferente diante das indefinições das candidaturas.

Não obstante a alta volatilidade ainda existente, é factível podermos estabelecer alguns parâmetros capazes de indicar os limites da construção da vontade eleitoral em curso e sua direção.

### LIMITES DO CENÁRIO ELEITORAL EM CONSTRUÇÃO

Tomando-se por base a Tabela 2 observamos quatro grupos de intenção de voto estimulado que dão os limites do cenário. São eles: a candidatura Lula, oposição declarada e conhecida; a candidatura Serra, situação declarada e menos conhecida; as “outras” candidaturas, cada qual representando um ponto no gradiente entre os limites “situação X oposição”; e o grupo dos eleitores indecisos (Gráfico 1).

A curva dos indecisos tem o desenho clássico de um processo de consolidação de vontades eleitorais. Sua queda sistemática e a sua chegada a 14,8%, em fevereiro de 2002, coloca os indecisos num patamar que historicamente só tem sido atingido às vésperas das eleições presidenciais.

A curva da candidatura Lula, no período analisado, é



TABELA 1

## Evolução da Intenção de Voto Espontâneo (%)

	FEV/01	MAR/01	ABR/01	MAI/01	JUN/01	JUL/01	AGO/01	SET/01	OUT/01	DEZ/01	JAN/02
Lula	14,6	14,8	12,5	21,2	23,2	19,9	20,4	18,9	21	15,5	16,9
Roseana Sarney					0,2	0,8	2,1	1,7	6,2	6,7	10
Garotinho	1,4	1,8	2,5	6,6	8,2	5,3	3,5	2,8	2,3	3,3	6
FHC	8	10,9	8,5	3,8	3,8	4,8	3,8	5,7	4,4	4,5	4,5
José Serra	0,4	1,3	1,6	2,8	2				0,7	0,3	2,4
Ciro Gomes	6,9	6,5	5,8	8,9	8,3	5,4	6,2	5,8	4,3	3	2
Itamar Franco	2,2	4,5	2,5	7,7	10	3,8	3,5	2	1,5	2	1,3
Outros	8,3	7,9	9,7	10	4,8	6,4	7,1	6,5	5,5	4,5	3,4
Indecisos/B/N	56,6	49,7	56,9	39,6	39,5	53,6	53,4	56,6	54,1	60,2	53,5
Total	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100

Fonte: CNT/ Sensus; site CNI.

TABELA 2

## Evolução da Intenção de Voto Estimulado (%)

	LISTA 1 LISTA 3											
	FEV/01	MAR/01	ABR/01	MAI/01	JUN/01	JUL/01	JUL/01	AGO/01	SET/01	OUT/01	DEZ/01	JAN/02
Lula	28,4	28,2	29,4	29,4	33,1	34,2	31,3	27,9	31,3	31,8	27,1	26,1
Roseana Saney							7	11,2	14,4	19,1	23,7	22,7
Garotinho				10,6	12,5	13,4	13,3	8,4	9	7,6	7,9	15,1
Ciro Gomes	17,5	17,6	16,7	14,4	13,2	11,8	11,9	13,9	12	12,8	8,8	7,4
José Serra*	5,7	7,4	7,6	7,7	6,1	7,1	2,3	8,4	4,2	4,8	5,5	7
Itamar Franco	12,8	13,3	13,2	13,6	16,5	13,8	13,7	11,7	10,6	8,2	9,1	3,8
Enéas		4,5	3,2	3,3	2,7	2,9	2,3	2,4	4,3	2,8	2,2	1,6
ACM	9,7	9,1	9									
Indecisos/B/N	25,9	19,9	21,2	21	15,9	17,1	19,4	16,4	14,6	13,1	16	16,4
Total	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100

Fonte: CNT/ Sensus; site CNI.

\* Em julho apresento duas listas, na lista 3 aparece Paulo Renato no lugar de Serra.





extremamente semelhante ao seu desempenho nas pesquisas pré-eleitorais durante os anos eleitorais de 1994 e, principalmente, 1998. As oscilações de Lula nos patamares de então eram função de duas variáveis: a variação da popularidade do governo e a composição da lista simulada apresentada. No caso de 1998, a variação da candidatura Lula foi decorrente da queda de popularidade de Fernando Henrique nos meses de abril, maio e junho. Neste mesmo período a candidatura Lula atinge o patamar de 30% a 35%. Passado aquele período de crise, a reação da aliança governista em defesa de FHC teve como consequência imediata a queda sistemática da candidatura Lula até o fim do período eleitoral para os mesmos níveis de intenção de voto que apresenta hoje (fevereiro de 2002). Ao analisarmos o desempenho de Lula nas pesquisas pré-eleitorais vemos que a indicação de voto pró-Lula tem funcionado, em parte, como um “cartão amarelo” que é acionado pela opinião pública quando a atual aliança governista dá sinais de perda de controle da situação.

A curva do situacionista José Serra tem sido basicamente estável, com uma média de intenção de voto de 6,7% ao longo do período analisado. A situação estratégica de José Serra é, sem dúvida, a mais difícil. Serra dependerá, em boa medida, da popularidade do governo, que normalmente não é boa em final de mandato. Por outro lado, dependerá da capacidade de persuasão da sua campanha de massa, ou seja, de conquistar eleitores dentre os que têm oscilado dentro do grupo “outros” candidatos. No entanto, Serra, diferentemente das outras candidaturas, terá sempre mais dificuldades de atrair eleitores que hoje “estão” lulistas.

A curva dos “outros” candidatos é a mais volátil. Esses eleitores são não-lulistas, não-oposicionistas. Críticos do governo, *estão* eleitoralmente não-governistas, por várias razões. Mas são defensores do *status quo*, conservadores. São defensores da estabilidade econômica e política. Não querem aventuras, nem saltos no escuro. Querem mudanças, mas com o resultado mais previsível possível. Este é um sentimento de proximidade do *status quo*. Ocupando o espaço político entre a situação e a oposição, este grupo de candidatos atraiu a atenção da maioria do eleitorado, crescendo sistematicamente e produzindo, até o momento, dois movimentos significativos: o enxugamento dos indecisos e a queda da candidatura Lula. O trajeto da volatilidade deste grupo fica claro no Gráfico 2.

## A MAIORIA VOLÁTIL

A maioria volátil representa hoje 50% do eleitorado (outros no Gráfico 1). Ao longo dos últimos 12 meses a atenção dos eleitores voláteis foi atraída inicialmente pelos mais notáveis, Ciro Gomes e Itamar Franco. A partir de junho e julho estes eleitores redirecionaram sua atenção e intenção de voto para Roseana Sarney e Anthony Garotinho.

Como em todo espaço competitivo, de soma zero, as razões do sucesso de uns implicam nas razões do insucesso de outros. Este foi o caso entre os voláteis: as candidaturas de Ciro, Itamar e, até mesmo, a candidatura diminuta de Enéas cederam espaço para Roseana e Garotinho. Itamar Franco praticamente se retirou, sumindo da mídia. O mesmo aconteceu com Ciro Gomes que, embora mantendo sua candidatura, afastou-se da mídia. Ou seja: aos olhos do público, novos críticos, até então pouco conhecidos, substituíram velhos críticos, bastante conhecidos.

Não é minha intenção discutir os efeitos da mídia no movimento entre os voláteis, mas os limites políticos do cenário em construção. Neste particular, os voláteis apontam na direção do *status quo*, o que favorece os governistas.

## SITUAÇÃO X OPOSIÇÃO

Esta conjectura fica mais clara tomando-se por base a Tabela 3. Aqui temos as simulações feitas na pesquisa CNT/Sensus (fevereiro, 2002) para o segundo turno, caso “a eleição fosse hoje e os candidatos fossem estes”.

Comparando-se a movimentação das intenções de voto entre a simulação do primeiro turno (Tabela 2) para as do segundo (Tabela 3), observamos enorme volatilidade em direção contrária à candidatura Lula.

Confrontados com escolhas que se situam entre os limites “oposição X situação”, vemos que os eleitores tendem prioritariamente para candidaturas mais próximas da situação, pela ordem: Roseana, Serra e Garotinho. Interessante é o movimento inverso. No confronto direto entre o oposicionista Lula e as candidaturas mais próximas da oposição, Ciro e Itamar, o eleitorado prefere Lula.

Este movimento de opinião entre as simulações do primeiro e do segundo turnos indica a disposição dos voláteis de apoiarem, ainda no primeiro turno, as candidaturas que escolhem na simulação do segundo turno. Por exemplo: Roseana, que apresenta 48,6% no segundo turno, pode vir a ter mais 24,5% além do percentual de preferências indica-

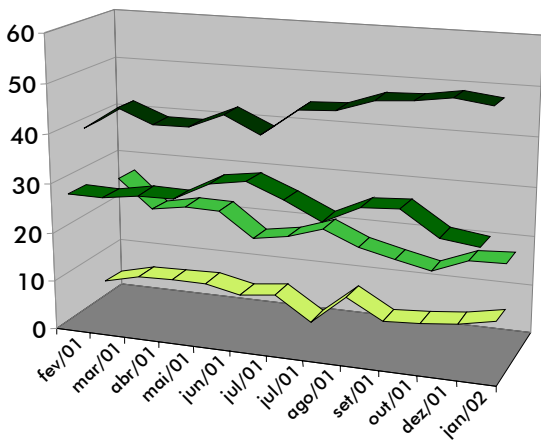
**TABELA 3**  
**Intenção de Voto Estimulado em Cenários no 2º Turno (%)**

	LISTA 1	LISTA 2	LISTA 3	LISTA 4	LISTA 5
Lula	36,0	41,9	42,2	43,9	46,0
Roseana	48,6				
Serra		38,1			
Garotinho			37,4		
Ciro				34,3	
Itamar					30,3
Indecisos/B/N	15,4	20,1	20,5	22,1	23,8

Fonte: CNI / Sensus, Relatório 45, fevereiro 2002.

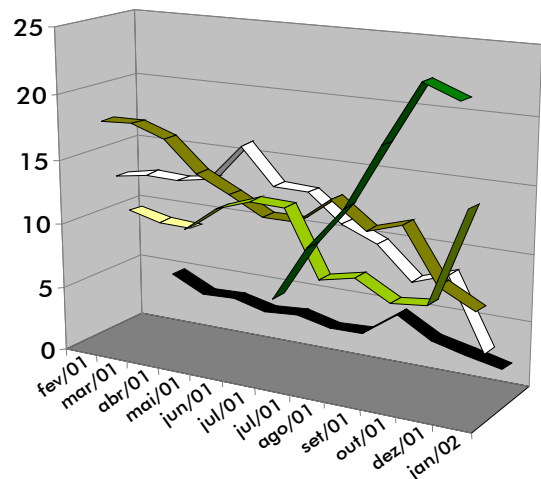


**GRÁFICO 1**  
**Limites Atuais do Cenário Eleitoral (%)**



	FEV/01	MAR/01	ABR/01	MAI/01	JUN/01	JUL/01	JUL/01	AGO/01	SET/01	OUT/01	DEZ/01	JAN/02
Outros	40	44,5	41,8	41,9	44,9	41,6	47	47,3	49,9	50,3	51,4	50,5
Lula	28,4	28,2	29,4	29,4	33,1	34,2	31,3	27,9	31,3	31,8	27,1	26,1
Indecisos/B/N	25,9	19,9	21,2	21	15,9	17,1	19,4	16,4	14,6	13,1	16	16,4
Serra / Paulo R*	5,7	7,4	7,6	7,7	6,1	7,1	2,3	8,4	4,2	4,8	5,5	7

**GRÁFICO 2**  
**Volatilidade do Cenário Eleitoral (%)**



	FEV/01	MAR/01	ABR/01	MAI/01	JUN/01	JUL/01	JUL/01	AGO/01	SET/01	OUT/01	DEZ/01	JAN/02
Roseana Sarney							7	11,2	14,4	19,1	23,7	22,7
Ciro Gomes	17,5	17,6	16,7	14,4	13,2	11,8	11,9	13,9	12	12,8	8,8	7,4
Garotinho				10,6	12,5	13,4	13,3	8,4	9	7,6	7,9	15,1
ACM	9,7	9,1	9									
Itamar Franco	12,8	13,3	13,2	13,6	16,5	13,8	13,7	11,7	10,6	8,2	9,1	3,8
Enéas		4,5	3,2	3,3	2,7	2,9	2,3	2,4	4,3	2,8	2,2	1,6

do na simulação do primeiro turno.

Este é o quadro atual. Para o futuro próximo tudo depende da capacidade das campanhas de cada um deles de atraírem os eleitores voláteis.

Como entre os voláteis a disposição eleitoral está majoritariamente direcionada para os candidatos conservadores, Roseana, Serra e Garotinho, respectivamente, isto me leva a sustentar a conjectura inicialmente posta: mesmo com o Lula disputando o primeiro lugar, podemos vir a observar um cenário eleitoral de “empate técnico” entre os quatro.

Com isto, o primeiro turno fica imprevisível.

Por este raciocínio, o segundo turno torna-se, portanto, mais previsível, a favor do *status quo*. Ou, para não sermos paramétricos, vale dizer que a opinião pública caminha para descarregar seu voto em candidaturas, puras ou sob alianças, que se afastem menos dos fundamentos do *status quo*: a estabilidade econômica e política experimentada, com um futuro o mais previsível possível, sem sustos.

---

e - m a i l : m f i g u e i r e d o @ i u p e r j . b r



## RAPHAEL DE ALMEIDA MAGALHÃES



# AS RENÚNCIAS QUE NUNCA FORAM

Quem acompanhou a História recente do Brasil pode ter uma visão deformada da renúncia como instrumento de luta política. As últimas renúncias — desde a do Collor até, há bem pouco tempo, a dos senadores — foram gestos determinados para proteção dos direitos políticos dos renunciantes e não de afirmação de vontade ou posição políticas.

**R**enúncias como as de De Gaulle — entre várias ameaças em duas vezes elas se concretizaram — foram brandidas, sempre, como arma de combate político, uma peça, ao mesmo tempo, de denúncia e de mobilização, para causar impacto sobre a opinião pública.

No Brasil, na sua História mais próxima, dois personagens cujos destinos políticos se cruzaram no tempo, algumas vezes, do mesmo lado e, em outros momentos, em lados opostos, e que foram peças fundamentais no tabuleiro político do país nos anos 50 e 60, recorreram, com frequência, à renúncia como instrumento de combate.

O primeiro deles, ex-presidente Jânio Quadros acostumou-se ao gesto desde quando era prefeito de São Paulo. E sempre no propósito de impor o seu estilo de governar, fincado na sua autoridade pessoal derivada do voto popular, e como forma de exercer, na plenitude, sem constrangimento ou restrições limitativas, por pressão externa, a sua capacidade de decisão. Repetiu o gesto como governador e como candidato à Presidência. Em todas às vezes, dobrou os que queriam limitar o raio de sua ação pessoal. O gesto só não deu certo da última vez, na Presidência da República, quando sua solicitação de renúncia foi acolhida, acredito que para sua própria surpresa, em fulminantes cinco minutos.

A renúncia, como arma de luta política, vale mais como ameaça do que como fato consumado. Sobretudo quando o ato envolve, como no caso do presidente Jânio Quadros, o mais alto posto de poder da República. O gesto de renúncia, por sua dramaticidade, para não ser uma farsa, é um ato solitário. Tal como o praticou o ex-presidente. Cometeu um grave erro de avaliação em relação às conseqüências do seu ato seja com relação a uma esperada reação da opinião pública, seja em relação ao comportamento das Forças Armadas que ele sabia vetariam, como vetaram, a posse, sem reserva, do vice-presidente João Goulart, na ocasião, em viagem pela China, do outro lado do mundo.

Não quero parecer *expert* em renúncias. Mas, como testemunhei pelo menos quatro tentativas do governador Carlos Lacerda, aprendi a entender a gênese da decisão — sempre uma decisão individual e isolada imaginada como instrumento de combate e não de deserção, uma dramática forma de colorir, em tons radicais, uma posição de luta e afirmação. Ou de protesto espetacular, à luz do dia, grandiloquente.

Líderes de massa, que trabalham símbolos e mitos coleti-

vos, políticos ancorados em fortíssimas personalidades e vocacionados a assumir, sempre, posições de extrema clareza e de fidelidade mística aos seus compromissos, usaram no passado e vão seguir usando ao longo da História, a renúncia como arma de guerra.

Fui testemunha de quatro episódios de renúncia do governador Carlos Lacerda. O primeiro, na campanha, dele não dou conta, pois foi fruto de seu desespero em reação ao uso despudorado de uma gráfica do IAPI, num subúrbio carioca, para imprimir panfletos difamatórios, lavrados em baixo calão, contra a mãe e a esposa de Lacerda que, enfurecido, comandou a invasão da gráfica oficial para provar o uso da máquina do governo federal na campanha eleitoral para agredir o candidato da oposição. O desejo de renúncia esboçado vinha, não de um gesto político, mas derivado de uma reação pessoal que, na vida pública, tantos já tivemos — se vale a pena nela continuar, por idealismo, expondo-se a si próprio e a sua família às mais sórdidas agressões em uma luta travada, muitas vezes, sem quartel, sem regras e sem escrúpulos.

A segunda, já no exercício do governo da Guanabara, aconteceu em abril de 1961, através de uma carta manuscrita de Lacerda endereçada ao presidente Jânio Quadros que me coube o encargo de entregar em Brasília em mãos do destinatário.

Seu ato se justificava pela falta de ajuda prometida pelo presidente para construir o Estado da Guanabara e reconstruir uma cidade desmantelada; e por sua discordância radical em relação à política externa do presidente confiada, além do mais, ao então senador Afonso Arinos nomeado ministro das Relações Exteriores e que fora eleito, em 1958, por Lacerda em vibrante pleito, a bordo do “caminhão do povo”.

A sensação de que poderia fracassar na sua primeira experiência administrativa — os primeiros quatro meses de governo tinham sido um desastre fartamente explorado por seus adversários políticos — levava Lacerda a um estado de desespero e de desânimo que sua jovem equipe do governo não conseguia dominar. Sem o amparo especialíssimo do Governo Federal era impossível, na sua visão, erguer o Rio das ruínas em que a ex-capital fora deixada. De outro lado, a chamada política externa independente posta em marcha por Jânio Quadros parecia a Lacerda, no calor da guerra fria, um gesto de esperteza que beirava à chantagem e à irresponsabilidade, incompatível com os compromissos assumidos na campanha de dar luta sem quartel ao

comunismo, à corrupção e à inflação, os pilares básicos da campanha presidencial janista/udenista.

A carta de renúncia endereçada ao presidente seguia, mas ou menos nos seguintes termos:

“Eu fui muito responsável por sua eleição. Atrelei a UDN à sua candidatura derrotando, na convenção partidária, o governador Juracy Magalhães, quadro histórico da UDN e que disputou com você a indicação. No exercício do governo você está se afastando dos compromissos da campanha. Sua política externa, dita independente, não resiste a um debate sério e põe em risco os interesses nacionais permanentes. E você recusa ao seu companheiro a oportunidade de debate. De outro lado, você estimulou-me a enfrentar o desafio de governar a Guanabara. Você, como eu, sabia a situação que eu herdaria. E se dispôs a apoiar-me de forma incisiva. Você está faltando aos seus compromissos. Infelizmente, não tenho condições de abrir uma dissidência pública entre nós. Nestas condições, escolho o meu afastamento da vida pública como único caminho que tenho para reparar o erro cometido ao endossar a sua candidatura.”

Essa é a essência da carta manuscrita que ele dirigiu a Jânio e que guardo comigo.

Preparada a carta, ele me chamou em seu gabinete:

— Eu estou mandando esta carta para o Jânio.

Li o documento e respondi de bate-pronto:

— Não mande esta carta. Ela não faz sentido. Precisamos dar a volta. Temos que enfrentar as dificuldades, que existem e estão em cima da mesa. A questão da orientação de política externa é debate político, que tem que ser mantido em aberto. Todas as coisas que estão escritas aqui não constituem razão suficiente para você renunciar. Você pode até

romper mas não renunciar. Acho que você deve rasgar a carta. De mais a mais, a carta não tem sentido algum. E, convenhamos, o presidente vai se divertir com a carta. E, por último: eu não levo a carta!

— Se você não leva, eu vou arrumar quem a leve! — respondeu Lacerda.

— Então, eu levo, governador (afinal, pensei, não faltariam portadores para levar a carta).

— Por quê? — perguntou Lacerda.

— Vou explicar a carta! Essa carta não se entrega assim, não se manda pelo correio.

— Então, está bom! — concordou Lacerda.

— Me dê a carta — encerrei.

Fui a Brasília em um avião de carreira. Na viagem encontrei o ministro João Agripino, o primeiro titular do Ministério de Minas e Energia do Brasil. Eu tinha ótima relação pessoal com ele que era, na UDN, um dos deputados federais mais ligados ao Carlos Lacerda.

— João, eu estou levando uma carta de renúncia do Carlos Lacerda para entregar ao Jânio!

— Pois eu estou aqui no bolso com uma do Cid Sampaio (governador de Pernambuco), também da UDN, que não chega a ser de renúncia, mas está muito perto de ser — disse-me o João Agripino.

— Eu preciso entregar esta carta ao Jânio; mas quero fazer inserindo o texto dentro de um cenário que explique as raízes do gesto.

— Por acaso, despacho amanhã com o Jânio às sete da manhã. Faz o seguinte: vem comigo, eu explico para o Jânio. Peço a ele para você entrar, você entrega a carta e a gente

*“Eu li o documento entregue pelo Lacerda e respondi: ‘não mande esta carta. Ela não faz sentido. Precisamos dar a volta. Temos que enfrentar as dificuldades, que existem e estão em cima da mesa’.”*



administra isso. Depois, eu entrego a do Cid Sampaio — afirmou Agripino.

Dormi em Brasília e no dia seguinte fomos para o Palácio do Planalto. Quinze minutos depois de iniciada a audiência do ministro João Agripino, fui convocado. Comecei a minha breve exposição, com um pano de fundo daquilo, esmiuçando o estado da alma do Lacerda, as dificuldades, a catástrofe da água, o ambiente que se criara na cidade contra ele, a oposição muito feroz. Enfim, expus ao presidente que, na minha opinião, precisávamos de mais tempo até arrumarmos as coisas. Com as explicações, quis demonstrar o contexto em que a carta fora redigida. Apesar de todos os obstáculos, Lacerda estava lutando; e o presidente deveria levar em conta que a carta expressava o seu estado de espírito diante da dimensão dos problemas encontrados e dos modestos meios disponíveis para enfrentá-los. A carta era o apelo de um homem assustado com tantas dificuldades e não um gesto de um político que planejara a renúncia para fugir de suas responsabilidades de administrador.

Jânio leu a carta, deixou-a na mesa, e fez o seguinte comentário: vou ajudar a Guanabara. E muito. Diga isto ao Carlos. E diga também a ele que, se ele renunciar de lá, eu renuncio daqui!

O Jânio inaugurara a prática de um governo itinerante, reunindo governadores de uma mesma região geoeconômica. Era um encontro público e o presidente levava os seus ministros. Os governadores, com os seus auxiliares, apresentavam os seus pleitos. Depois de um conciso debate, Jânio decidia. E traduzia a decisão em um bilhete público. Bem ao seu estilo. Estava marcada uma reunião, no Rio, com os governadores de São Paulo, Estado do Rio e Guanabara.

— O que você sugere? — perguntou o presidente.

— Sugiro o seguinte: temos uma série de projetos substanciais para o estado cuja exequibilidade depende de decisões do governo federal. Podemos preparar uma pauta prévia e começar a discussão antes da reunião de governadores do Rio.

— Você está me dando uma boa idéia! Diga ao Carlos que eu ainda não fiz nada por ele e pela Guanabara, para aguardar a reunião do Rio e nela tomar uma série de decisões em favor do estado. O benefício político será dele e meu — completou Jânio. Encerrada a reunião, foram formados vários grupos de trabalho entre o governo federal e o governo estadual, para discutir as proposições do Rio, como a obra da água, a obra do esgoto, terrenos para a construção de casas. Enfim, tínhamos uma grande agenda.

C heguei ao Rio de volta no mesmo dia. Havia um almoço programado com o Dr. Filipe Herrera, um chileno primeiro presidente do BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento), no Hotel Glória, para tratar do financiamento para os programas estaduais. O BID era um banco quase em formação mas que se convertera no principal instrumento para a implementação da Aliança Para o Progresso — lançado pelo presidente Kennedy. Na verdade, era uma conversa preliminar para saber quais seriam as condições para a obtenção de empréstimos que se enquadrassem nas prioridades do banco. O pessoal do BID concordou em que o projeto da água era prioritário. Durante o almoço, Lacerda voltou-se para mim e perguntou:

— Como foi a conversa?

— Foi ótima! — disse.

*“Jânio leu a carta, deixou-a na mesa, e fez o seguinte comentário: vou ajudar a Guanabara. E muito. Diga isto ao Carlos. E diga também a ele que, se ele renunciar de lá, eu renuncio daqui!”*







TRECHO DA CARTA DO GOVERNADOR CARLOS LACERDA, CUJA ÍNTEGRA RAPHAEL PUBLICARÁ NO LIVRO QUE VEM PREPARANDO

Eu contei que estariam sendo criados grupos de trabalho comuns para examinar as propostas do Rio e que os projetos teriam uma boa acolhida. Lacerda foi muito afetuoso, mas não me perguntou o destino da carta, se o presidente tinha ou não ficado com ela. É como se a carta jamais tivesse existido!

Neste momento, ele fez o seguinte comentário:

— Está vendo como eu conheço o Jânio? Minha ameaça o fez recuar. Eu tenho que ser agressivo! Foi o tom agressivo e incisivo da carta que provocou o resultado!

Com essa observação, Lacerda mostrou, na prática, que o estilo dele, de mudar as coisas dizendo o que pensa, atacando, falando com dureza, fazia a diferença. É o seu estilo de luta! Se não fosse a ameaça de renúncia, a Guanabara não teria merecido a atenção da União!

A reunião no Rio, sim, foi um sucesso fantástico. Jânio concedeu a prioridade para o projeto da água, esgoto, educação e transporte. É aí que nasce a grande obra do Guandu, com financiamento do BID e com a atualização da tarifa de água congelada desde 1940.

O maior projeto que a Guanabara apresentou, entretanto, não era o da água. Havia o do metrô — que nunca saiu. Mas havia um de enorme impacto sobre a cidade — a construção do cais de saneamento entre a Ponta do Caju e a foz do Rio Meriti, que incorporava à cidade uma gigantesca área urbana. O presidente se encantou com o projeto que envolvia a ocupação de terrenos de marinha. E disse: não, este a Guanabara não fará sozinha! Faremos juntos. O projeto, na sua integridade, nunca saiu do papel. Como não saiu o metrô que projetamos com o mergulho dos trens da Central. Jânio ficou muito feliz com o resultado da reunião. Foi um espetáculo. Ele sabia fazer isso. A capacidade cênica do presidente nesta relação entre poder e opinião pública era impressionante. As reuniões eram no Itamaraty, uma solenidade danada. Ninguém falava. Era um sentimento de que havia um presidente com uma enorme autoridade pessoal, que ficava lá em cima. Os governadores permaneciam do lado e liam as propostas. Ele dava dois minutos aos ministros para comentarem. Tudo cronometrado e rápido. Ao final dizia: “A decisão é esta!” Ditava ali, e pronto! Virava bilhete, virava decisão. Era um espetáculo mesmo. O fato é que a partir deste encontro com o governo federal as relações ficaram excelentes. Nunca mais se falou em

renúncia do Lacerda.

Se as coisas domésticas eram controláveis — como o foram — o dissenso entre Jânio e Lacerda se adensava em política externa. Jânio praticava uma política econômica de centro e uma política externa de esquerda.

Lacerda tinha horror à ambigüidade. Tinha que ser, sempre, preto ou branco, sem nuances. E escalou, em conseqüência, em suas críticas à política externa a ponto de sua posição, apaixonada como sempre, o ter levado a um rompimento com o chanceler Afonso Arinos, posto no Ministério para atender a Guanabara e a Lacerda.

Jânio se esquivava de um face a face com o governador sobre o tema. Até que foi convencido por Dona Eloá, a acolhê-lo no Palácio da Alvorada para uma noite de conversa e hospedagem.

Lacerda partiu para Brasília, com a convicção que tem todos os grandes debatedores, que ganharia esta parada, mano a mano, com o presidente. Que, de seu lado, feito o gesto de hospedagem, deve ter construído várias defesas para evitar o corpo a corpo com tão poderoso e vigoroso polemista.

A noite de Lacerda terminou no Hotel Nacional na companhia do ministro da Justiça Pedroso Horta e não no Palácio da Alvorada, com o ministro da Justiça empenhado em evitar que Lacerda renunciasse ao cargo de governador da Guanabara como forma que encontrara para denunciar que o presidente Jânio Quadros se preparava para obter plenos poderes do Congresso Nacional para levar adiante as transformações estruturais que entendia necessárias para que o país pudesse enfrentar os problemas que se acumularam no passado e que levaram a maioria da população à miséria e à pobreza enquanto as classes abastadas se enriqueciam às custas do sacrifício da maioria empobrecida.

Lacerda se ofendera ao encontrar a mala que levava para pernoitar no Alvorada na guarita do palácio. O gesto de descortesia e a fuga ao debate o convenceram da inutilidade de insistir no diálogo com o presidente.

O ministro Pedroso Horta, de quem me tornara amigo no desempenho de nossas funções de governo, preveniu-me, por telefone, ao amanhecer do sábado que Lacerda estava voltando para o Rio em estado de altíssima exacerbação. E, palavras dele, “se não for contido, de alguma maneira, vai pôr fogo no país”.

Logo em seguida, de Brasília — as ligações interurbanas eram extremamente difíceis — Lacerda resumiu-me os acon-

tecimentos e pediu-me para encontrá-lo no Santos Dumont. Mas anunciou-me, com tom incisivo e categórico que assumia nestas horas, que tinha decidido renunciar. E que, desta vez, não haveria como detê-lo. Era o serviço final que prestaria à nação ameaçada pela insanidade de um pequeno grupo de aventureiros que, à sombra do Jânio e se aproveitando de sua visão provinciana do mundo, se preparava para lançar o Brasil numa aventura totalitária, tendo como marco de referência os governos dos países não-alinhados do Terceiro Mundo — o regime do marechal Tito na Iugoslávia — sob influência da União Soviética.

Neste estado de espírito desembarcou no Rio. E deixou circular que o seu caminho era o da renúncia, como forma de reparar o erro cívico que cometera ao endossar a candidatura Jânio Quadros.

Convocou, neste mesmo sábado, uma reunião de imprensa para a tarde no Palácio Guanabara, afinal transformado numa reunião para condecorar Manoel Verona — líder cubano que participara do movimento de redemocratização de Cuba, enfrentando o regime de Batista, mas que estava em dissidência com Fidel Castro e que fora presidente da Assembleia Legislativa de Cuba após a deposição de Batista.

O presidente Jânio Quadros, na semana do episódio da mala, condecorara, em Brasília, “Che Guevara” com a Ordem do Cruzeiro do Sul. E a entrega da chave da cidade ao cubano dissidente do regime de Castro parecia, sem dúvida, uma demonstração clara de repúdio à política externa desencadeada pelo presidente.

Ao longo do dia de sábado usei todos os meus modestos trunfos para restabelecer uma linha de entendimento entre o presidente e Lacerda. Apelei para o ministro, outro demis-

sionário, Clemente Mariani, cuja filha Maria Clara se casara com Sérgio, filho de Lacerda. Como apelei, como sempre, para o ministro João Agripino que acompanhava o presidente, neste mesmo sábado, ao Espírito Santo para lançar a pedra fundamental que marcou o início da construção do Porto de Tubarão, um marco histórico na trajetória vitoriosa do ilustre Elizezer Batista a frente de sua Vale do Rio Doce, então uma modesta e controvertida empresa de mineração estatal. Com o ministro João Agripino descobri que o presidente, regressando de Vitória, dormiria no Palácio Laranjeiras, retornando a Brasília na manhã do domingo.

**A**o final do dia, com o Palácio da Guanabara lotado, chegaram de Brasília, com a incumbência de articular um entendimento que evitasse a renúncia, os deputados federais udenistas de longa história, Aducto Lúcio Cardoso e Geraldo Menezes Cortes. Na mesma hora passo um bilhete ao governador dando-lhe conta, sem explicações, que o presidente Jânio Quadros o aguardava no Palácio Laranjeiras. Ele levanta os óculos, lê o bilhete, põe-se de pé e sem palavras pede que encostem o seu carro e sai para o encontro que, diligentemente, ao longo do dia, o ministro Pedroso Horta e eu costurávamos. Horta insistiu para que eu acompanhasse o Lacerda para testemunhar a conversa, sugestão que, não obstante a minha natural curiosidade, desconsidere, apesar de o governador ter me perguntado, descendo às escadas, se eu não iria acompanhá-lo.

Chamei, de parte, os dois deputados e lhes dei ciência da razão da repentina saída do governador. E os dois se deram por felizes porque viam coroado de êxito fulminante a missão de encontrar uma saída para a crise.

*“Ao longo do dia de sábado usei todos os meus modestos trunfos para restabelecer uma linha de entendimento entre o presidente e Lacerda. Apelei para o ministro, outro demissionário, Clemente Mariani, cuja filha Maria Clara se casara com Sérgio, filho de Lacerda.”*



A reunião no Laranjeiras foi longa. Lacerda saiu do Guanabara por volta das 7 horas da noite e em torno das 10 horas estava de volta num estado d'alma que revelava, claramente, que sua relação com o presidente se normalizara.

O diálogo sobre política, inclusive a externa, fora retomado. E o presidente, que dizia ignorar o desastrado episódio da mala, convidou o governador e sra. para serem hóspedes oficiais dele e de Dona Eloá no Palácio da Alvorada, viajando o casal, na companhia do presidente, no domingo às 6 horas da manhã no Viscount presidencial para Brasília.

**F**ui ao telefone dar comunicação ao ministro Pedroso Horta que, em Brasília, jantava na casa do senador Benedito Valadares e aguardava uma notícia minha. Ao ouvir-me, o governador percebeu que eu falava com Horta e me pediu o telefone, e, muito bem-humorado, dando-se por satisfeito com o esclarecimento sobre o episódio da mala, acrescentou que Jânio Quadros ficara indignado com a descortesia cometida e queria afastar o responsável (que não era o Horta, mas o José Aparecido, provavelmente a pedido do próprio Jânio).

Deixei o governador em casa à meia-noite passada. E fui dormir na convicção de que a crise estava superada e a renúncia-denúncia sepultada. Afinal, desistir entre 1 hora e 6 horas da manhã de uma viagem combinada horas antes não passaria na minha cabeça. Mas, para minha surpresa, o governador não embarcou. Mandou flores à Dona Eloá, com um cartão muito gentil. E escreveu ao presidente que o dever paterno de esperar o seu filho Sebastião, que chegava de uma viagem ao exterior, o impedia de aceitar o convite.

O desfecho do dilema renúncia-denúncia resolveu-se, afi-

nal, no dia 24 de agosto, quando o governador foi à televisão — naquele tempo a Tupi — e denunciou o complô para o qual fora convidado a participar que visava a concessão ao presidente de plenos poderes para governar sem submeter-se às pressões e futricas impostas por um Congresso Nacional no qual não tinha maioria e com o qual não queria negociar para não comprometer sua autoridade perante a opinião nacional. Esta renúncia-denúncia tem o seu epílogo na renúncia do presidente Jânio Quadros.

Há uma terceira, como patética, renúncia do governador Carlos Lacerda. E ela ocorre logo depois da deposição do presidente João Goulart, substituído, nos termos da Constituição, pelo presidente da Câmara dos Deputados, Ranieri Mazzilli.

Em trinta dias, como dizia também a Constituição, deveria ser eleito um novo presidente para concluir o tumultuado mandato presidencial que começara em 1961, com a posse do presidente Jânio Quadros e que terminaria em 1965, com a eleição de um novo presidente, cuja posse ocorreria no início de 1966.

Duas correntes se formaram. Uma achava que o prazo constitucional de 30 dias deveria ser rigorosamente observado; outra que considerava um risco aguardar os 30 dias com o país dirigido por um presidente temporário, sem autoridade própria.

Esta discussão foi anterior à edição do Ato Institucional que resolveu esta questão bem como suprimiu a inelegibilidade que impedia que o general Castelo Branco pudesse ser eleito.

As lideranças políticas que conduziram a oposição a Goulart — e, no final, a grande maioria se opunha ao seu governo — estavam perplexas em relação à forma de encaminhar o problema.

*“O desfecho do dilema renúncia-denúncia resolveu-se, afinal, no dia 24 de agosto, quando o governador foi à televisão — naquele tempo a Tupi — e denunciou o complô para o qual fora convidado a participar”*



Procurei o general Castelo Branco, que fora o general mais atuante no final do governo Jango, porque era o chefe do Estado-Maior. Ele me disse o seguinte:

— Acho que os civis que lideraram o movimento deveriam se reunir, governadores, deputados, senadores, e dar um encaminhamento consensual à questão.

A partir desta recomendação, Lacerda, que sabidamente tivera papel saliente no episódio, convocou os governadores e os principais líderes no Congresso Nacional, para tratar da sucessão no Palácio Guanabara. Ninguém faltou. Cada um tinha na cabeça uma solução. Cada governador chegava com uma idéia sobre a sucessão. Naquele tempo a televisão hegemônica era a TV Tupi, que colocou no Palácio um caminhão de externa. As máquinas da televisão eram imensas. Na véspera vieram os governadores. O primeiro a chegar foi Ney Braga, do Paraná, com José Monteiro de Castro, secretário da Justiça de Magalhães Pinto, governador de Minas Gerais e que deflagrou o movimento em Minas Gerais. Sondaram Lacerda sobre a candidatura de Magalhães. O que vocês acham de Magalhães cumprir o restante do mandato do Jango? Nada contra; mas é difícil, nestas condições, um presidente civil. Carlos Lacerda ouviu aquela história. E ficou a idéia do Magalhães. Adhemar de Barros propôs o nome do general Amaury Kruehl, comandante do Segundo Exército. De Brasília, vieram todos, de Daniel Krieger ao Pedro Aleixo.

Acho que foram Ney Braga e Bilac Pinto que surgiram com o nome do general Castelo Branco, que, aparentemente, era o de melhor trânsito no grupo político e com respaldo no grupo militar. Devia ter umas cem pessoas, que abrangiam a representação do Congresso e todos os governadores, inclusive o Mauro Borges. Compareceu para congratular-se com os presentes o Dr. Júlio Mesquita, proprietário de “O Estado de São Paulo”, e que, pela TV, fez a seguinte declaração: “Afim, consumou-se a morte política de Getúlio Vargas”. Para explicar esta irada declaração é bom recordar que Júlio Mesquita era cunhado de Armando Salles de Oliveira, exilado por Vargas após o golpe de 37 e que só voltou ao país para morrer depois da anistia de 1945, e que, além do mais, teve o seu jornal “O Estado de São Paulo” desapropriado, sem qualquer indenização, por ato de Vargas, violência só corrigida com a devolução do jornal, após o fim da ditadura. Só não estavam os governadores afastados — Seixas Dória, Miguel Arraes e Chagas Rodrigues. Acabaram todos aderindo à escolha do general Castelo Branco. Houve resistências peque-

nas. Obtido o consenso, os governadores pediram uma audiência ao general Costa e Silva, que era o mais velho entre os oficiais das três Armas que assumiram a responsabilidade pela ordem pública. Queriam levar ao conhecimento dele a indicação de Castelo. A reunião começou pelas oito horas da noite. A do Palácio terminara por volta das cinco horas. A reunião foi no Ministério do Exército, no Rio, ali, defronte da Central do Brasil. Magalhães Pinto, sempre polido, perguntou ao general Costa e Silva:

— General, me perdoe, mas onde está Seixas Dória? Ele é meu amigo, eu soube que foi preso.

— Está preso, vai continuar preso! Tem alguma coisa a falar? — disse, em tom ríspido, Costa e Silva.

Outro governador perguntou por um outro político. A mesma rispidez na resposta. Então, de repente, Lacerda tomou a palavra, e verberou a reação do general: o senhor não tem o direito de se dirigir a nós com esta rispidez!

Foi uma grande confusão que aumentou com a apresentação formal do nome de Castelo e com a proposta de elegê-lo urgentemente.

**C**osta reagiu da maneira veemente: não tem nada disso, não. Esse negócio acaba se perpetuando. Deixa esse Mazzilli lá! Ele faz tudo que a gente quer, assina qualquer papel! Deixa ele lá! Senão, perpetua! Vai dar conflito entre nós! Pelo menos por trinta dias deixa ele lá!

É evidente que ele não gostava de Castelo. Já havia a briga com Carlos Lacerda, o destempero com Magalhães. O clima ficou muito complicado. Lá pela meia-noite a reunião foi dissolvida. Marcaram uma outra para o dia seguinte, com um grupo menor de participantes. Os governadores se representariam por alguns deles. Aparentemente Costa e Silva estava sem dormir há alguns dias, o que explicaria o seu estouro. O chefe de gabinete dele era Siseno Sarmento, ex-secretário de Segurança de Carlos Lacerda. Ele apaziguou do jeito que pôde. Castelo é que tinha proposto o procedimento, afinal, adotado. Ele saiu candidato deste consenso entre governadores e congressistas. Foram levar a Costa e Silva exatamente do jeito que Castelo queria. Nesta noite — o encontro acabou tarde — Carlos Lacerda foi para casa e escreveu uma carta a Costa e Silva, renunciando ao governo. Tendo em vista a truculência da reunião, ele disse que não tinha condições de prosseguir. Fez uma carta de cinco páginas, batida a máquina. Acabou por volta das três ou quatro da ma-

nhã. Dia amanhecendo, chamou o deputado estadual Danilo Nunes, que também era general e que Lacerda tinha designado para ficar em articulação com os militares no começo da crise da Semana Santa. Ele chamou Danilo e entregou-lhe a carta para que a fizesse chegar às mãos de Costa e Silva. A carta estava fechada, e ele assim resumiu o seu teor: “Vou-me embora”. Danilo saiu e foi ao ministério entregar a carta. Só que chegou de madrugada e encontrou todos dormindo. Um companheiro nosso de muito tempo que trabalhava com Carlos Lacerda, Hugo Levi, que era funcionário da Câmara dos Deputados, me acordou de manhã muito cedo:

— O governador renunciou. Ele mandou uma carta para Costa renunciando.

— Mas, como? — respondi atônito.

— Renunciou! — respondeu Hugo.

— Mas cadê a carta? — perguntei, em tom desesperado.

— A carta já foi — disse, em tom seco. Danilo Nunes levou. Liguei para Siseno Sarmiento.

— Você vai receber uma carta de Carlos para Costa e Silva. Danilo é portador. Bota na sua gaveta. Só libera a carta depois de uma palavra minha.

— O que é? — perguntou Siseno.

— Não sei. Fica na sua gaveta aí. Só solta essa carta se eu deixar. Se Carlos te ligar para entregar, não dá. Só se eu liberar!

Siseno, que já tinha larga experiência em matéria de Carlos Lacerda, pegou a carta de Danilo, e puf! Enfiou na gaveta.

Eu fui para a casa de Carlos Lacerda com o meu pai (o advogado Dario de Almeida Magalhães) às sete e meia da manhã. Chegamos lá com olhar de reprovação:

— Carlos, o que você fez? Quer pôr fogo no circo? Como você vai pensar em renunciar nesta hora?

— Vai ter outra reunião, eu não vou ficar — rebateu Lacerda. São uns insolentes. Uma coisa horrorosa! Você não imagina o que foi!

Papai virou-se para ele e disse assim:

— Por que você não toma um avião e vai para Montevidéu ficar com João Goulart? Você tem que completar o que você fez com este gesto. É um disparate de tal ordem! Só você indo para lá!

**B**em, aí Lacerda aceitou nosso conselho de descansar na ilha de Brocoió, onde permaneceu até esfriar a história. E Juracy Magalhães passou a representá-lo. Ninguém falou mais em renúncia. Siseno Sarmiento me devolveu a carta uns dez dias depois da entrega feita por Danilo Nunes.

Esta foi a última tentativa de renúncia. Como as demais, tem a inspirá-la um instinto de luta e não de deserção, um ato de afirmação e não de fuga.

A renúncia, como denúncia, da mesma maneira que o suicídio (usado por Vargas como o seu gesto político definitivo) são armas fascinantes no tabuleiro político. Abdicar do poder, suicidar-se, fisicamente, são formas de luta dos personagens singulares que se movem na arena política pela paixão radical. São homens, como Lacerda, que se atiram à política sem considerar limites e circunstâncias. Confiam na sua capacidade de conduzir e convencer por gestos e palavras. No caso de Lacerda, certamente, pela confiança na sua capacidade de convencer pela palavra. Na sua trajetó-

*“A renúncia, como denúncia, da mesma maneira que o suicídio (usado por Vargas como o seu gesto político definitivo) são armas fascinantes no tabuleiro político. Abdicar do poder, suicidar-se, fisicamente, são formas de luta dos personagens singulares que se movem na arena política pela paixão radical”*



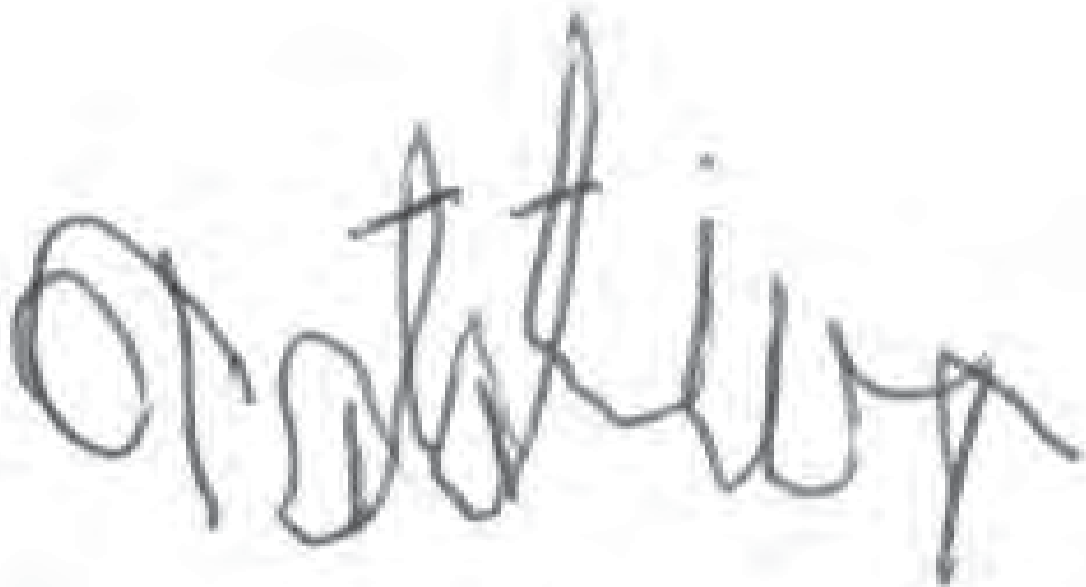
ria política, sua arma era a palavra, aquecida pela formidável paixão pela confiança absoluta na sua oratória e no seu próprio desempenho pessoal. O bem público e o interesse abstrato do Brasil eram os dogmas que inspiravam sua luta. Que se travava a luz do dia, sem conchavos ou acordos, empunhando como enfurecida paixão, o seu irredutível compromisso com o bem público. O poder político que alcançou ele o obteve, apenas, pelo voto. Numa relação com a parcela da opinião que conquistava com a sua pregação, incendiada pela paixão que o movia. Nunca pretendeu o poder senão pelo voto. Em abril de 64 poderia ter se apresentado candidato em lugar de Castelo. Teria, certamente, apoio civil e militar. Em nenhum momento lhe passou pela cabeça chegar à Presidência — e ele a desejava — senão pelo voto. Apoiou, no começo, o Dutra para completar o mandato do Jango. Depois aderiu à indicação de Castelo certo de que, com a sua investidura, a eleição presidencial de 65 estava garantida. Enganou-se ele e grande parte da opinião públi-

ca. E, enganado, acabou rompendo com o movimento de março e teve os seus direitos políticos cassados. Sempre intransigente com os princípios que moviam sua conduta política — sem ambigüidade, assumindo de frente suas responsabilidades, sem aceitar conchavos, escolhendo, sempre, o áspero caminho do debate e do confronto de idéias. Como El Cid, o campeador, lutando sempre, entregando-se, sempre, sem trégua às suas convicções, numa trajetória marcada por episódios dramáticos. Sem transigir, sem conchavos, confiante na sua capacidade de pregar e dar exemplo. Sem matreirice. Esta sua forma singular de fazer política própria de um personagem revolucionário que operava em linha de tensão! Essa é a melhor tradução do caráter do homem público Carlos Lacerda.

\* CAPÍTULO DE UM LIVRO QUE RAPHAEL DE ALMEIDA MAGALHÃES ESTÁ ESCRREVENDO SOBRE O GOVERNADOR CARLOS LACERDA.

e - m a i l : r h a m 5 3 @ h o t m a i l . c o m

# O TESTAMENTO POLÍTICO DE

A large, stylized handwritten signature in black ink, which appears to be "Antônio Carlos Gomes". The signature is written in a cursive, flowing style with some loops and flourishes.

DO ASSARÉ



## MAURICIO DIAS

JORNALISTA

ASSARÉ, DECENTE E PEQUENA, TERIA SIDO MAIS UMA CIDADE PERDIDA NOS CONFINOS DO TRAÇADO ENVIESADO DO MAPA DO BRASIL SE, HÁ 93 ANOS, NÃO TIVESSE NASCIDO POR LÁ — PRECISAMENTE NA SERRA DE SANTANA, A “TRÊS LÉGUAS DA CIDADE” — ANTÔNIO GONÇALVES DA SILVA, UM DOS SEIS FILHOS DO CASAL PEDRO GONÇALVES DA SILVA E MARIA PEREIRA DA SILVA.



**O**rfão de pai aos oito anos, Antônio, por sua vez, teria sido um anônimo nordestino sofrido — e quem sabe não fizesse hoje parte da macabra estatística dos brasileiros mortos à míngua — se, aos 16 anos, não tivesse trocado um bezerro por uma viola e, com ela, animado festas e comemorações juninas da região. Fez bom negócio. Com isto, tornou-se um sucesso na feira de Crato, improvisando os motes que lhe eram sugeridos. Antônio, como ele mesmo diz, evitou “fazer profissão” da sua musa, e continuou sua vida de agricultor pobre, trabalhando duro no pequeno pedaço de chão que herdou do pai. Um caso, único talvez, em que o amor à arte sucumbiu ao amor à terra.

Mesmo assim foi preciso superar as tentações inoportunas para não cortar de vez as raízes que fincam sua alma na Serra de Santana. Aos 20 anos de idade, por exemplo, tomou a bênção da mãe e foi autorizado a viajar, a convite de um parente, até o Pará. Lá, passou cinco meses cantando e glossando. Quando voltou para a roça, já trazia colado o nome artístico que engoliria, pela imposição da fama, o nome que ganhou na pia de batismo. Surgiu, assim, o Patativa do Asaré, um epíteto dado pelo advogado José Carvalho de Brito. Patativa é um pássaro de cor cinzenta, plumagem delicada e canto mavioso. É também apelido de quem fala muito ou, então, de cantor de voz admirável. Uma ave que imita outras aves. Assaré identifica sua origem, a qualidade de sua poesia o distingue dos demais. Embora de sua imaginação saíam cantos a amores perfeitos e perdidos, na vida real ele é homem de um amor só. Casou-se, em 1936, com Belarmina Paes Cidrão, a dona Belinha, com quem teve um batalhão de filhos. Foram 14, segundo alguns, e nove, segundo outros. Ele ficou viúvo em 1994.

Antônio nasceu a 5 de março de 1909, uns 20 anos antes de Patativa criar fama. Perdeu a vista direita em razão de uma doença, ocorrida na fase de denteição, que ele chama de “dor-d’olhos”. Ou seja: uma conjuntivite supurada. Cego de um olho, rápido, rápido, alguém se lembrou dele como o Camões popular. Por sinal, os escritores portugueses são algumas das raríssimas referências literárias eruditas — “gente rica de sabinça e inducação” — na poesia de Patativa. Nada mau, no entanto — para quem teve apenas quatro meses numa sala de aula ao longo de toda a vida — citar com a naturalidade de sua linguagem poetas como Manoel Maria Barbosa du Bocage e Luís Vaz de Camões.

*“E os poeta de vantage/deste mundo bem de longe/  
Como Mané de Bocage e seu Luís de Camonge...”*

Estas talvez sejam as extravagâncias literárias de um trovador popular cuja obsessão é, quase e tão-somente, o cenário do sertão nordestino sobre o qual ele dá um testemunho profundo, poético, de sofrimento. Um canto de dor, nascido da miséria vivida no roçado. O sertão para ele seria um mundo perfeito, construído por um deus onisciente e justo e igualitário, não fosse a intervenção dos homens, deformados a partir do pecado original de Adão e Eva. Com palavras e frases pinçadas de suas poesias surge um autorretrato sem retoques de um “cantô de mão grossa”, que canta “como um canaro preso na sua gaiola”, poeta sem “sabinça”, amante de pitadas serenas em cigarros de “paia de mio”, que suporta “privação com paciência de Jó”. O sertanejo se sente como um prolongamento do sertão. Tudo o que seja estranho a este mundo (que parece natural) é rejeitado. Assim, ele confessa com doce sinceridade: “tudo meu é natural/sou incapaz de gostá/ da poesia moderna”. O cenário do campo ele idealiza e compara a um diamante “ante de argüem lapidá”. Isto é, antes do homem transformá-lo — com “vaidade, orguio, guerra, questão, baruio” — em “mundo civilizado”.

A transformação da paisagem pela invasão das novidades trazidas pelo progresso, mexe com as entranhas de Patativa, desestabiliza seu mundo. Inquieta. Ele parte, então, para a guerra perdida, encarnando uma espécie de Quixote caboclo em combate com os engenhos de ferro.

*“Ingém de ferro, você/com seu amigo motô/  
Sabem bem desenvolverê/é munto trabaiadô.../  
Tem força/tem energia/mas não tem a poesia/  
Que tem um ingém de pau...”*

É um desigual e sem tréguas contra os “demônios” dos tempos modernos:

*“Motô, tu és um castigo/bicho feio, sem futuro/  
sou sempre o teu inimigo.../Tu é o pió instrumento/  
Que já fizeram na terra.../Eu morro e não te perdô/  
Safado eu te amardiçoo/Com toda a tua zoada/  
Em nome das raspadêra, lavadêra e cozinhêra/  
Das alegre farinha”*

(...)

**“Mas perdi todo o prazê/quando vi aparecê/  
esta horrive novidade/fazendo um doido baruío/  
cheio de império e de orgúio/fedendo a civilidade”**

Diante da inevitabilidade da derrota, antes que ele próprio saia de cena, o Quixote se desculpa e deixa um testemunho de suas angústias:

**“Não tenha raiva de mim/Mas a civilização faz coisa que eu acho ruim/  
Os engenheiro mecano/Francês, ingrês, mericano/Se larga de seus coidado/  
E faz certos objeto/ pra buli com quem ta queto/No seu canto, sossegado./  
“Eu tenho munta quêxa da tá civilização...”**

A inquietação, para quem não consegue conservar o que deseja ver conservado, sacode a imaginação e explode em poemas-panfleto, duros e ingênuos, mandando para os ares a supostamente imperturbável paciência de Jó:

**“Na minha maginação/caço e não acho expressão/  
Pra dizê como é que fico (...)/  
E a curpa não é de Deus/a curpa é dos home rico”**

O confronto para a “crasse matuta”, da qual Patativa do Assaré é uma voz que rompeu a barreira do silêncio que cerca esta gente, fica represada entre a indignação e a esperança nas instituições nas quais, por sinal, confia desconfiando. Não chega a invocar o “Pai dos pobres” (Getulio Vargas, que beneficiou os operários urbanos com o salário mínimo, mas deixou intocado o establishment rural, não freqüenta o imaginário deste trovador popular) porém sua razão balança ora prisioneira nas malhas do paternalismo (“Quero um chefe brasileiro/Fiel, firme e justiceiro/Capaz de nos proteger/Que do campo até a rua/O povo todo possui/O direito de viver”), ora embalada por um proselitismo romântico e místico de quem, mesmo amarrado à multidão de mulheres e homens soterrados pela ignorância, sabe que não é vítima de desígnios divinos nem tampouco cativo de armadilhas do destino:

**“De noite, tu vives na tua palhoça/de dia, na roça, de enxada na mão/  
Julgando que Deus é um pai vingativo/Não vês o motivo da tua opressão/  
Caboclo não guardes contigo esta crença/A tua sentença não parte do céu/  
(...)**

**A lua te afaga sem ter empecilho/O sol o seu brilho jamais te negou/  
porém os ingratos, com ódio e com guerra/tomaram-te a terra que Deus  
te entregou”**

Raramente Patativa do Assaré deixa de lado os temas sociais que o atormentam. Às vezes pode-se encontrar, perdido entre suas queixas, protestos e ais, um erotismo suave, uma sensualidade comovente, como mostra o poema “O puxadô de Roda”:

**“Quem tivesse reparado/nessa franga de muié/  
o corpo se balançando/ no compasso do quicé/  
via no lugá dos peito/ dois catombinho bem-feito /  
ficando assim parecido/ com dois pombinho fromoso/  
com seus biquinho teimoso/ querendo furá o vestido/**

Mas é a política — com as agruras que provoca na vida do sertanejo, devido à secularmente injusta repartição da terra — o tema que sempre invade a poesia de Patativa, seja nas sextilhas, nas décimas (sua forma preferida) ou, mais raramente, em quadrinhas. Como esta que, certamente, põe um riso de vingança no rosto enrugado do poeta já quase centenário:

**“Vive o homem sempre em guerra/  
“Ambicioso e sisudo/  
Tudo brigando por terra/  
E a terra comendo tudo”**

Rindo ele castiga os costumes:

**“Eu sou da crasse matuta/da crasse que não desfruta/  
das riquezas do Brasí/Sou o seu sertanejo que cansa/  
de votá com esperança/do Brasí/fica mió/  
Mas o Brasí continua/na cantiga da perua/  
Que é: pió, pió, pió”**

Antes de ser impressa, a poesia de Patativa firmou-se na tradição oral do Ceará. Saltou para os cordéis e, em 1956, para as páginas do livro *Inspiração Nordestina*. Segundo registro feito em cronologia publicada pelo jornal *O Povo*, de Fortaleza, por ocasião dos 90 anos do poeta, a iniciativa de transcrever seus poemas foi de José Arraes de Alencar. O caminho estava aberto para ele ganhar no-

toriedade nacional e internacional. Conforme informa o *Jornal de Poesia* ([www.secrel.com.br/jpoesia.html](http://www.secrel.com.br/jpoesia.html)), a poesia de Patativa do Assaré é estudada pelo professor Raymond Cantel, da Sorbonne, na cadeira de Literatura Popular Universal. Teve músicas gravadas por Luiz Gonzaga e Fagner. Em 1993, fez ponta na novela *Renascer* (TV Globo). Gravou discos e ganhou memorial em sua cidade natal. Sua desconfiança da política não foi forte o suficiente para livrá-lo, vez ou outra, dos palanques. Em 1984 participou da campanha pelo restabelecimento das eleições presidenciais diretas (Diretas Já). Em 1986 aderiu à candidatura de Tasso Jereissati ao governo do Ceará. A idade avançada deixou outras marcas no poeta cuja saúde já anda bastante abalada (em fevereiro passado esteve hospitalizado). Além de ver com um olho só — o esquerdo —, ouve pouco e tem uma perna mecânica, em razão de ter sido atropelado em 1973. Veio ao Rio para se cuidar e alguns poemas, feitos na ocasião, revelam o trauma do acidente: “Não posso me acostumar/com o grande reboiço/das ruas da capitã/vem um carro em minha frente/e depressa, de repente/já vem outro por detrás/é uma coisa sem soma/o fôrgo que a gente toma/é só catinga de gás”.

Toda a poesia de Patativa do Assaré tem a força de um “manifesto social”, segundo observa Gilmar de Carvalho em prefácio para a 3ª edição “Patativa do Assaré — Inspiração Nordestina”, em reedição promovida pela Universidade do Estado do Ceará. Um manifesto que subverte as regras gramaticais pelas quais, com alguma freqüência, se desculpa. Talvez saiba, por sensibilidade, que a falta de escolaridade não ajuda a ninguém e que a lacuna da educação é um terreno propício à ingenuidade, que o impede de decifrar os códigos da dominação do qual é uma vítima atenta.

“Não tenho tendência política, sou apenas revoltado contra as injustiças que venho notando desde que tomei algum conhecimento das coisas, provenientes talvez da política falsa, que continua muito fora do programa da verdadeira democracia”, diz numa curtíssima biografia para o livro *Inspiração Nordestina*.

A voz famosa de Patativa do Assaré imita a de Antônio Gonçalves da Silva e se inspira no roteiro de vidas que repetem um espetáculo que começa e termina atrás das fachadas. Ou então prisioneiras nas teias da aranha. Que ele imagina assim:

“Aranha famosa artista/e ao mesmo tempo tramista/  
vive da desgraça alheia/Tem tudo a todo momento/  
pois nunca falta alimento/na tela de sua teia/  
(...)”

Assim vive o povo rude/sem conforto e sem saúde/  
Sem poder se defender/sofre e não acha desvios/  
Emaranhado nos fios/das aranhas do poder”

### Os dois brasis: o “de cima” e o “de baixo”

“Tudo o que procuro acho/eu pude vê neste crima/  
Que tem o Brasi de Baxo/E o Brasi de cima/  
Brasi de baxo, coitado!/É um pobre abandonado/  
O de cima tem cartaz/Um do ôtro é bem deferente/  
Brasi de Cima é pra frente/Brasi de Baxo é pra trás/  
(...)”

“Enquanto o Brasi de cima/fala de transformação/  
Industra, matéria prima/descobertas, invenção/  
No Brasi de baxo isiste/o drama penoso e triste/  
Da negra necessidade/É uma cousa sem jeito/  
E o povo não tem direito/Nem de dizê a verdade/  
(...)”

“Não se afrija, nem se afobe/O que com o tempo sobe/  
O tempo mesmo derruba/Tarvez ainda aconteça/  
Que o Brasi de cima desça/e o Brasi de baxo suba/

### A classe média vai ao purgatório

#### a) Inferno

“É o abismo do povo sofredor/onde nunca tem certo o dormitório/  
É sujeito e explorado com rigor/pela feia trapaça do finório/  
(...)”

Se é que existe inferno no outro mundo/  
Com certeza, o de lá é o segundo...”

#### b) Purgatório

“Mas acima é que fica o purgatório/que apresenta também sua comédia/  
É ali onde vive a classe média/Este ponto também tem padecer/  
porém seus habitantes é preciso/simularem semblantes de prazer.”

#### c) Céu

“Mais além, o bonito Paraíso/que progride, floresce e frutifica/  
Onde vive gozando a classe rica/

“Este é o Éden dos donos do poder/Onde reina a coroa da potência/  
O purgatório ali tem que render/Homenagem, Triunfo e Obediência/

### O voto não tem preço

"Meu amigo Zé Fulô/vou lhe dizê a verdade: é veia a nossa amizade/  
porém você se enganou/pode pedi, que eu lhe dou/  
Uma arroba de argodão/um quarta de feijão/e cinco metro de fumo/  
tudo com gosto lhe arrumo/porém o meu voto não!  
Dou minha porca baié/e o meu cachorro sultão/  
Maria dá um capão/e o Chico dá um cabrito/  
Tudo isto eu admito/porém, o voto não!  
(...)

"Não siga por esta tria/você ainda confia em promessa de dotô?  
você não dê confiança/pois quando a campanha vem/  
com ela chega também/a pabulage e a lambança (...)/  
Isto já vem vem do passado/e a pisada ainda é essa/  
por causa dessas promessa/meu avô foi enganado/  
o meu pobre pai, coitado/foi enganado também/  
e eu, que já conheço bem/prá votá sou muito franco/  
mas, porém, só voto em branco/

### Promessa de palanque

"E se voce se afobá /e pegá com lerolero/  
Zangado, falando sero/ Querendo se revortá/  
Pedindo pra lhe pagá//Todas premissas que fez/  
Ele, com estupidez/Fica cheio de malícia/  
Dá logo parte à puliça/E lhe mete no xadrez/

### Politicalha

"A causa das confusões/do assassinato e da guerra/  
E do mais que nos aterra/provém da baixa política/  
negra, falsa sifilítica/que envenena nossa terra/  
Como o Brasil primitivo/Eu vejo o Brasil presente:/  
o camponês indigente/do burguês sempre cativo/  
Não existe lenitivo/para o pobre que trabalha/  
e com a politicalha/filha da trama e do ardil/  
o nosso claro Brasil/ainda mais se escangalha./

### O voto de cabresto

"Quando algum politiqueiro/nos aponta um candidato/  
diz que o mesmo é muito exato/é fiel e justiceiro/  
é um digno brasileiro/criterioso e de bem/  
mas quando a vitória vem/e este recebe o poder/  
nunca sabe agradecer/o valor que o voto tem./

### O cordel na guerra-fria

"A nossa crise fatal/cada dia mais aumenta/  
o pobre já não agüenta/esta opressão atual/  
Isto assim não nos convém/O povo está revoltado/  
"Coronel, tenha cuidado/  
Que o comunismo ai vem"  
"O pobre não pode mais/se expor a tantas fadigas/



pra aumentar as barrigas/dos chupões nacionais/  
quem vai por estes canais/morre e não ganha um vintém/  
perde noventa por cem/pois vive sempre explorado:

“Coronel, tenha cuidado/  
Que o comunismo aí vem”

“O sertanejo sem luz/de letra e civilidade/  
cheio de necessidade/vergado ao peso da cruz/  
tão pobre como Jesus/quando nasceu em Belém/  
não tem mais fé no porém/do povo civilizado:

“Coronel, tenha cuidado/  
Que o comunismo aí vem/

### O dinheiro é cativo

“Dinhêro transforma tudo/ele é cabrêro traidô/  
é carrasco e é vingativo/só presta pra sê cativo/  
não presta pra sê senhô”

### Justiça sem venda (1)

“Pedí a justiça com muito respeito/meu justo direito/  
naquela questão/porém ao matuto sem letra e grossêro/  
fartando o dinhêro/ ninguém dá razão/

### Justiça sem venda (2)

“Se é grande crime por dotô juiz/  
Traí o país com a crué malícia/  
Jurgando as causa só do lado oposto/  
Cuspindo o rosto da fié Justiça/

### Corrupção fiscal

“Aqui pra nós sempre ta/chegando de quando em vez/  
gente com cara de saibo/embruiando o camponês/  
causa raiva e dá desgosto/a gente pagá imposto/  
cobrado contra a razão/ E além de certos direito/  
ainda vivê sujeito/ao tá Fiscá de argodão/  
(...)

E se o dono do armazém/é um esperto também/  
lhe dá logo uma grogêta/e na crassificação/  
é o dono do argodão/quem agüenta a buzulêta”

e - m a i l : m a u r i c i o d i a s @ u o l . c o m . b r

#### NOTAS:

Manteve-se a grafia das palavras das citações e dos trechos dos poemas reproduzidos, tal como foram publicadas nos livros: Cante lá que eu canto cá — filosofia de um trovador nordestino (Editora Vozes - 9ª

edição) e Inspiração Nordestina (3ª edição – Prefeitura Municipal de Assaré/Fundação Memorial Patativa do Assaré/Apoio: Universidade Estadual do Ceará). E ainda do CD: Gildário — os contos de Patativa.

**DENGUE?**

**AGUARDEM A EPIDEMIA DE**  
**oncocer**

**Em 1967, nódulos recheados de pequenos vermes conhecidos como oncocercas (nematódeos) foram extirpados da filha de um missionário norte-americano que vivera com sua família entre os índios Yanomami, na Serra do Parima, em Roraima. Seis anos mais tarde, foram descobertos entre os índios Wai-ca — um grupo Yanomami —, outros casos de infestação por esses vermes, tendo, à época, sido sugerida a possibilidade da existência de um foco amazônico de oncocercose<sup>1</sup> entre o Brasil e a Venezuela. Esta hipótese foi confirmada alguns anos mais tarde, tendo-se hoje conhecimento da alta incidência da doença naquela região. De fato, todo o território ocupado pelos índios Yanomami — uma área que abrange aproximadamente 192.000 km<sup>2</sup> na fronteira amazônica entre o Brasil e a Venezuela — é atualmente considerado área endêmica de oncocercose na América do Sul (Maia-Herzog, 1999).**

# COSE

MAGALI ROMERO SÁ  
PESQUISADORA

MARILZA MAIA HERZOG  
PESQUISADORA



**C**egueira do rio, *craw craw*, erisipela de la costa, enfermidade de Robles, mal morado, mal de la cegueira — são várias as denominações que a oncocercose recebe nos países aonde ocorre. Transmitida pelo verme parasita *Oncocerca volvulus*, pode levar à cegueira em seu estado agudo. O vetor, um diminuto e agressivo mosquito sugador de sangue (simulídeo)<sup>2</sup>, é conhecido vulgarmente no Brasil como piúm ou borrachudo.

Originária do Continente Africano, a oncocercose teve seu primeiro caso registrado no Novo Mundo em 1915, na Guatemala. Em 1923 foi registrada no México, em 1949 na Venezuela, em 1965 na Colômbia e, finalmente, em 1967, no Brasil. A introdução, porém, da doença no Novo Mundo, assim como a sua forma de dispersão, permanecem ainda obscuras. Hipóteses têm sido propostas para explicar o surgimento e dispersão da doença nas Américas, todas, porém, ainda sem comprovação.

A oncocercose humana foi registrada pela primeira vez em 1875, na Costa do Ouro (atual Gana), pelo cirurgião naval irlandês John O’Neil, ao examinar a população local que sofria de “*craw craw*” — denominação africana da oncocercose. Doença então comum na região, seu sintoma é o aparecimento de nódulos pelo corpo que evoluem para lesões dermatológicas crônicas com prurido intenso. Ao retirar pequenas seções dos nódulos encontrados sob a pele e as examinar ao microscópio, o médico irlandês observou pequenos vermes enrolados preenchendo os nódulos. Eram as microfilárias — larvas da *Onchocerca* —, que O’Neil então descreveu como “pequenos vermes microscópicos, vivos e dotados de intensa mobilidade” e interpretou como a causa do mal-estar sofrido pelos nativos (O’Neil, 1875 in Busvine, 1993; Baez, 1962). Com a identificação do parasita e da doença, a questão então passou a *ser: como esses pequenos vermes eram transmitidos ao homem? Dentre as várias possibilidades aventadas à época, incluía-se uma pequena mosca hematófoga, bastante comum na área de ocorrência da doença.*

Tal hipótese, contudo, só iria ser confirmada experimentalmente em 1926, em Serra Leoa, África, pelo médico escocês Breadalbane Blacklock, professor de Medicina Tropical e então diretor do laboratório da Liverpool School of Tropical Medicine naquele país. Blacklock descreveu em detalhes a passagem da microfilária do homem ao simulídeo, assim como as transformações ocorridas com o verme no inseto até o momento em que, ao picar o homem, o pequeno díptero novamente o infecta, fechando o ciclo parasitário. Fundada em 1883, com apoio financeiro dos armadores de navios e comerciantes lo-

cais, a Escola de Medicina Tropical de Liverpool financiou, logo após à sua criação, inúmeras expedições a regiões inexploradas em termos médico-científicos, tendo inclusive estabelecido postos avançados em locais remotos, como Manaus e Serra Leoa. Este último posto, por sinal, é que seria o palco da descoberta do vetor da oncocercose humana. Os estudos realizados na África pelos membros da Escola de Liverpool foram fundamentais para o melhor entendimento da transmissão da oncocercose. De sua fundação em 1899 até o início da primeira guerra mundial em 1914, a Escola já havia enviado à África 18 expedições, nove das quais para Serra Leoa e Gana, regiões de alta endemicidade da oncocercose.

### A PRESENÇA DA DOENÇA NO NOVO MUNDO

Com o início da Primeira Guerra Mundial, as pesquisas sobre oncocercose foram interrompidas, já que problemas sanitários da África não constituíam prioridade naquele contexto conturbado. Mesmo nessa época de letargia, porém, uma relevante descoberta na América Latina iria intrigar os estudiosos da doença, fazendo com que novas questões surgissem em relação à origem e ao estabelecimento da doença no Novo Mundo.

Em 1915, o médico guatemalteco Rodolfo Robles atendeu uma paciente com queixas de enrijecimento e inchaço na face e problemas oculares. Tal quadro clínico, como constatou posteriormente, era comum na região costeira daquele país, dando os nativos o nome de “erisipela de la costa” à esta enfermidade por ser a mesma endêmica de algumas áreas da costa guatemalteca do Pacífico (Baez, *ibid.*). Ao examinar o material do nódulo extirpado de um segundo paciente com os mesmos sintomas, Robles observou a presença de pequenos vermes, que associou aos distúrbios oculares comuns em pacientes que apresentavam os típicos nódulos subcutâneos. Após ter confirmada a identificação dos vermes pelo parasitologista francês Émile Brumpt como pertencentes ao gênero *Onchocerca* — o mesmo que causa a doença “*craw craw*” nos africanos —, considerou Robles a hipótese de que o transmissor devesse ser um inseto sugador de sangue, possivelmente um simulídeo.

Algum tempo após a descoberta de Robles, começaram a surgir registros de casos da doença no México, com relatos de povoações inteiras com graves problemas oculares, incluindo a cegueira. Focos da doença foram então encontrados entre os habitantes dos estados de Oaxaca (Serra de Ixtlán) e Chiapas (Soconusco e Chamula). Estudos subsequentes possibilitaram a comprovação de que a incidência da doença era maior em



Arquivo Casa de Oswaldo Cruz / Fiocruz

Índio oncocercoso em estágio avançado da doença, com comprometimento da visão.  
ALDEIA ARIABU, PARQUE NACIONAL DO PICO DA NEBLINA

áreas florestadas de altitude e em regiões produtoras de café, sendo uma área hiperendêmica a localizada no sul de Chiapas, justamente onde ocorriam movimentos migratórios entre aquela região e o foco endêmico de Huehuetenago, na Guatemala.

Preocupados com o avanço da oncocercose na América da Norte, médicos americanos do Departamento de Medicina Tropical da Universidade de Harvard passaram a se interessar pela doença, o que acabou por gerar uma rigorosa investigação nas três Américas. Já em 1924-25, a Amazônia brasileira era visitada por uma expedição do médico e explorador americano Hamilton Rice com o objetivo de proceder levantamentos geográficos e investigações médicas na bacia do Rio Branco até a nascente de seu afluente Uraricoera, na Serra Parima. Os médicos da expedição realizaram extenso levantamento das doenças locais, tendo coletado animais de vários grupos zoológicos potencialmente vetores ou transmissores de doenças. A oncocercose, contudo, não foi registrada à época na região, muito embora simulídeos tenham sido coletados e examinados à procura de parasitos. No relatório médico da expedição, relataram: “o *Simulium amazonicum* é considerado uma peste em muitas partes da Amazônia. Ele é conhecido localmente por piúm ou borrachudo, e é uma pequena mosca preta de cerca de 2mm. (...) Nós coletamos um grande número dessas moscas, as quais foram dissecadas e examinadas à procura de parasitos, mas nenhuma delas se encontrava parasitada. Todos os tripulantes e passageiros foram muito picados por essas moscas e nos parece óbvio que elas não transmitem qualquer infecção” (Strong et alii, 1926: 149). Apesar de não ter sido encontrada pela expedição Rice na Amazônia brasileira, a oncocercose foi posteriormente registrada no Brasil em 1967, justamente em área próxima à região investigada pela expedição americana de 1924.

## A DISTRIBUIÇÃO DA DOENÇA NAS AMÉRICAS: SERIA A ONCOCERCOSE AUTÓCTONE OU INTRODUZIDA?

A teoria mais acatada sobre a origem da oncocercose é que esta seria originária da África, havendo sido introduzida nas Américas através do tráfico de escravos. A filária *O. volvulus* teria chegado primeiramente à Guatemala e, através dos movimentos migratórios de indivíduos infectados, atingido o México. A importação da mão-de-obra africana teria sido também responsável pela introdução da doença na Colômbia, Venezuela e Brasil. O mapeamento da doença nas Américas, contudo, mostra focos completamente isolados uns dos outros, le-

vando mesmo à especulações sobre uma possível origem autóctone da doença.

Com a descoberta da oncocercose na Guatemala em 1915 e sua posterior confirmação no México em 1925, pesquisadores passaram a assumir, ainda que sem qualquer comprovação, que a disseminação da doença teria ocorrido a partir da Guatemala para o México, tendo sua introdução na Guatemala, por sua vez, se dado por meio dos escravos africanos portadores de *Onchocerca*. Apesar dessa hipótese parecer a mais plausível — considerando-se que várias doenças, como a esquistossomose e outras, foram introduzidas no Brasil através do tráfico de escravos —, não existem ainda evidências para comprová-la. Como bem lembra Richard Strong (1934), não há nenhum registro da doença entre os escravos recém-chegados à América, nem mesmo registro de qualquer invasão de escravos fugitivos para os centros endêmicos da doença na Guatemala. Outra possibilidade levantada pelo pesquisador alemão Dampf (1931), sugere que os índios guatemaltecos podem ter adquirido a doença durante incursões à costa caribenha, que abrigava na época expressiva população negra. Em seu regresso, teriam transplantado a verminose para a região montanhosa onde hoje ocorre a doença. Essa hipótese também carece de comprovação, já que não há registros da doença na costa caribenha onde os escravos eram desembarcados em grande número e estabelecidos.

Já a origem autóctone da doença é defendida por alguns com base em estudos arqueológicos de crânios pré-colombianos olmecas encontrados com perfurações semelhantes às causadas por oncocercomas. Hipótese essa também sem evidências que a suporte.

Igualmente sem qualquer confirmação são especulações sobre a introdução da doença no Novo Mundo através de algum reservatório animal autóctone ou gado infectado.

Com a confirmação da ocorrência da doença entre os Yanomami na década de 1970, assim como o alto grau de endemicidade na região que habitam, ressurgem questões até hoje não-resolvidas. Como teria surgido a doença em áreas tão remotas e isoladas umas das outras? Teriam sido portadores da doença os escravos levados pelos colonizadores espanhóis e portugueses ao noroeste da Amazônia na sua busca por ouro? Teria a doença sido introduzida por viajantes recentes?

Os relatos dos naturalistas viajantes que estiveram na região registram somente as precaríssimas condições de saúde locais, com prevalência de moléstias como a malária, reumatismo, diarreia, oftalmia e lepra. Não há neles, porém, qual-

quer menção referente a sintomas que possam ser associados à oncocercose. De qualquer forma, faz-se necessário uma revisão criteriosa destes relatos à luz dos conhecimentos atualmente disponíveis, no sentido de contribuir subsídios para a elucidação definitiva das questões relacionadas à disseminação da doença no continente americano.

Aspectos pertinentes têm sido revelados por estudos de entomólogos e parasitologistas em relação à capacidade vetorial de algumas espécies de simuliídeos e à especificidade do verme em parasitar humanos. Tais descobertas têm contribuído para caracterizar a doença como uma antroponose.

Atualmente sabe-se que a doença está disseminada no continente africano (da costa Atlântica ao Oceano Índico / Mar Vermelho) e na península arábica, havendo registros de casos em Angola, Arábia Saudita, Benin, Burkina Faso, Burundi, Camarões, Congo, Costa do Marfim, Etiópia, Gabão, Gâmbia, Gana, Guiné, Guiné Bissau, Guiné Equatorial, Iêmen, Libéria, Malawi, Mali, Níger, Nigéria, Quênia, República Central Africana, Ruanda, Senegal, Serra Leoa, Sudão, Tanzania, Tchad, Togo, Uganda, Zâmbia, Zaire (WHO, 1995).

A oncocercose é hoje caso de saúde pública tanto na África como em países do Novo Mundo, como a Guatemala e o México, onde é particularmente alto o índice de cegueira causado pela doença. Programas de combate à doença no continente

africano pela Organização Mundial de Saúde, têm obtido relativo sucesso em diminuir a prevalência da doença em algumas áreas. Estudos recentes, contudo, demonstram o aumento da doença em algumas regiões previamente controladas, em virtude de migrações humanas. No Brasil, um caso novo de oncocercose surgiu em Goiás em 1986, em uma jovem de 16 anos que nunca havia deixado a região (Gerais & Ribeiro, 1986). Estudos em desenvolvimento têm tentado esclarecer questões sobre este novo foco, como: de que forma teria se dado a infecção? Teria sido introduzida pela migração de garimpeiros ou através de borrachudos infectados?

Várias indagações persistem ainda hoje em relação à origem, transmissão e dispersão da oncocercose nas Américas. Acredita-se que somente através de estudos multidisciplinares abordando temas como a disseminação da doença no continente africano, a capacidade vetorial dos insetos transmissores e a confirmação da inexistência de outros hospedeiros além do homem, é que a verdadeira história da doença na América poderá ser contada. De qualquer forma, a sua disseminação para um estado epidêmico não é improvável, considerando-se o histórico da doença na Guatemala e México e o novo foco surgido no Brasil.

e - mail : m a g a l i @ c o c . f i o c r u z . b r  
e - mail : m h e r z o g @ i o c . f i o c r u z . b r

## NOTAS

1. A oncocercose humana é causada por um verme parasita e pode levar à cegueira. Os vermes adultos são encontrados enrodilhados no interior de tumores fibrosos, subcutâneos, chamados oncocercomas. Ao se reproduzirem, os vermes produzem um grande número de microfilárias, que migram no tecido subcutâneo e são então ingeridas por insetos hematófagos (simuliídeos). Os típicos nódulos podem ser encontrados em qualquer par-

te do corpo, sendo porém mais freqüentes próximos das articulações e na cabeça.

2. Os simuliídeos, vulgarmente conhecidos como borrachudos ou piúns, pertencem ao grupo Diptera, família Simuliidae. Conhecidos no passado pela agressividade das fêmeas adultas, sabe-se hoje que são vetores de vírus, protozoários e vermes, causando sérios problemas à saúde do homem e animais.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Baez, M.M., 1962 Historia de la enfermedad de Robles (Oncocercosis Humana). Epoca V- Salud Públ, México. Vol. IV (6): 915-938.
- Blacklock, B., 1926 The further development of *Onchocerca volvulus* Leuckart in *Simulium damnosum* Tehob. Ann. Trop. Med. Paras. 20: 203-18.
- Busvine, J., 1993 Disease transmission by insects. Springer-Verlag, Berlin, Heidelberg New York. Pp. 360.
- Dampf, A. Simuliidae vectors of the *Onchocerciasis* in Oaxaca and Chiapas States. Science, 1931. N.S. 74 (10) supplement.
- Gerais, B.B. & Ribeiro, T.C., 1986 *Onchocerca volvulus*, 1º caso autóctone da região centro oeste. Rev. Soc. Bras. Med. Trop. Supl., 19: 68
- Maia-Herzog, M. "A Oncocercose Humana no Brasil e sua dispersão". Tese de doutorado em Biologia Parasitária - Instituto Oswaldo Cruz, Fiocruz, 1999.
- Moraes, M.A.P & Dias, L.B., 1972 Oncocercose no Estado do Amazonas, Brasil. Rev. Inst. Med. Trop. de São Paulo, 14: 330-3.
- Robles R., 1919 *Onchocercose humaine au Guatemala produisant la cécité et "l'erysipele du littoral"* (Erisipela de la Costa). Bull. Soc. Path. Exot., 12 (7): 442-463.

Sá, M.R., Maia Herzog, M. & Shelley, A. J. 2001 Tropical diseases and search for their carriers: Vectors and Parasites – the *Onchocerciasis* History in Latin America and Africa. XXI International Congress of History of Science, symposia, pp. 127-128.

Shelley, A J., 1988 Vector aspects of the epidemiology of *onchocerciasis* in Latin America. Ann. Review Entomol. 33: 337-366.

Strong, R., Shattuck, G., Bequaert, J & Wheeler, R., 1926 Medical Report of the Hamilton Rice seventh expedition to the Amazon in conjunction with the Department of Tropical Medicine of Harvard University, 1924-25. Contributions from the Harvard Institute for Tropical Biology and Medicine, IV. Cambridge, Harvard University press. Pp. 313.

Strong, R., 1934 *Onchocerciasis* with special reference to the Central America form of the disease. In Sandground, J.H et alii (eds). *Onchocerciasis with special reference to Central America...* Contributions from the Department of Tropical Medicine and the Institute for Tropical Biology and Medicine, Harvard. VI, Pp 234.

Who (organização Mundial de Saúde) 1995 *Onchocerciasis and its control*. "WHO Expert Committee on *Onchocerciasis* Control". Technical Report Series, nº 852.

# ERÓTICA

## TRANSFER

I'M INSIDE YOU

YOU'RE INSIDE ME

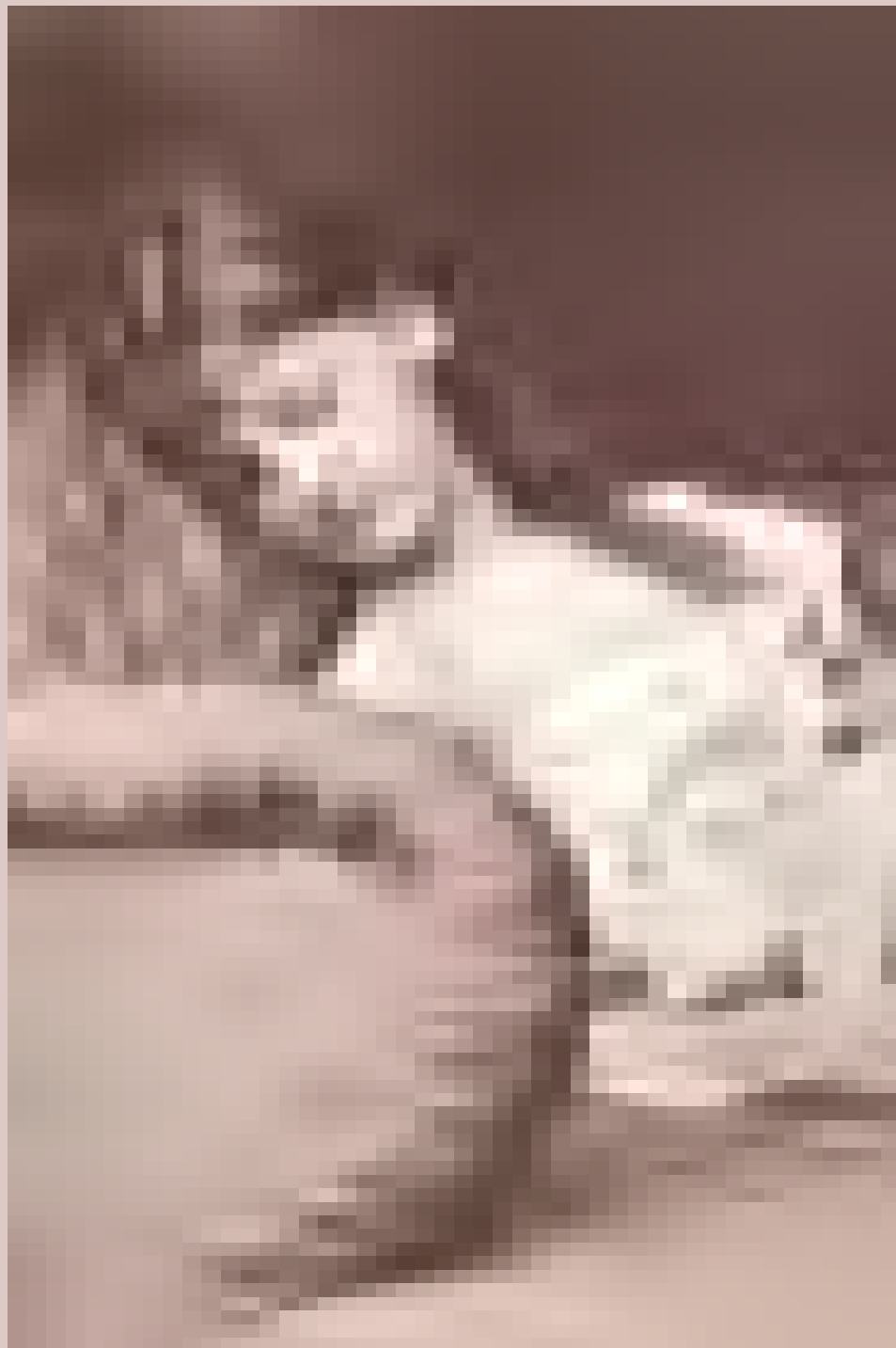
BODILY FLUIDS  
DROWN US  
IN THEIR POWERFUL  
SEAS

EXCHANGE THE LIQUIDS  
WRONG

POUR BACK WATERS  
WHERE THEY DON'T BELONG

NEVER CLEAN  
WE CLING  
SO WET  
CAN'T HOLD EACH OTHER

WE SLIP APART



# ANA TERESA JARDIM

COM FOTOS DE LEWIS CARROLL





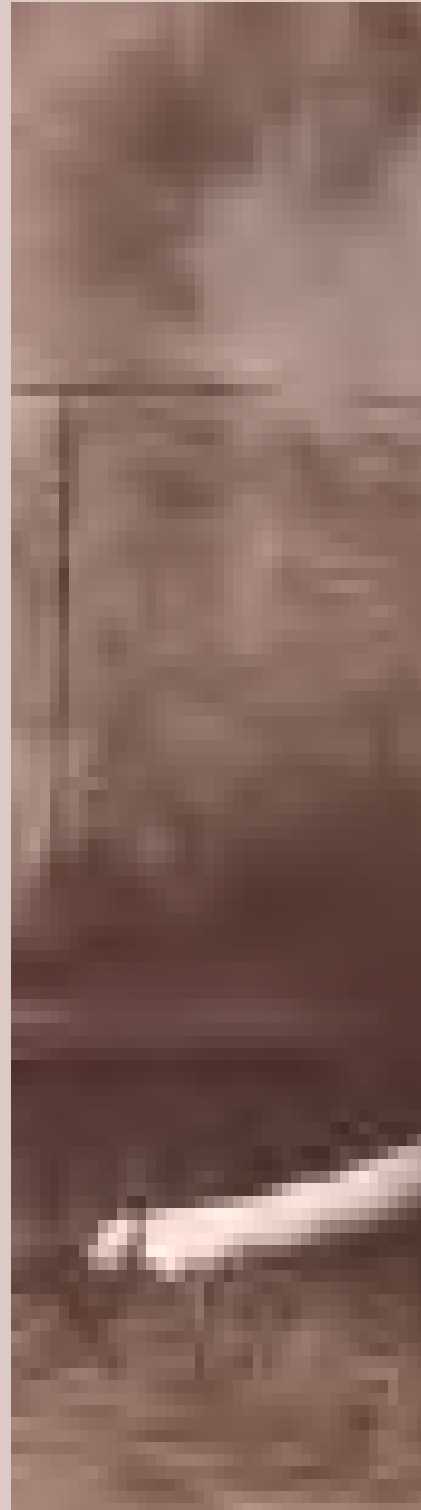
## SIN

**SHE WROTE POETRY  
FOR YEARS  
NOW SHE RAISES ALONE A TEEN-AGE SON  
(THE FATHER IS A WELL-KNOWN CONCEPTUAL  
ARTIST)  
AND SHE NEEDS MONEY FOR THE BILLS**

**SO SHE DECIDED TO TAKE A PHD  
AND HER RESEARCH TOPIC IS WALLACE STEVENS  
WHOM SHE COMPARES TO A LOCAL LATIN POET**

**SHE LIKES TO BE BOUND AND SPANKED  
GAGGED ON SATURDAY NIGHTS  
SHE SCREAMS UNTIL I SINK MY BOOT'S HIGH HEEL  
DEEP INTO HER TIGHTS**

**I THINK SHE'S REALLY LOST TO VICE  
SHE'S FALLING INTO SIN:  
SHE SAID TO ME SHE IS CONSIDERING  
WRITING LITERARY CRITICISM**



## INTELLIGENCE

EROTIC TALKING  
EROTIC READING  
OUR JOKES

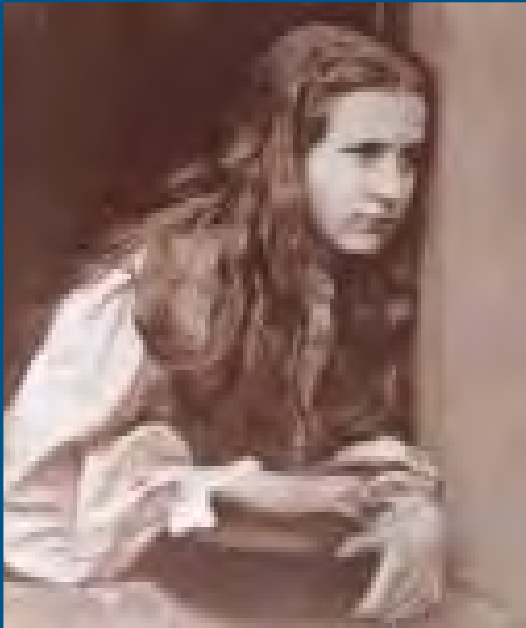
I GET WET  
WHEN YOU LECTURE  
I LOOK AT YOUR NECK  
AND WISH I COULD TEAR OFF THAT SCARF  
WITH MY TEETH  
ALL THE OTHER GIRLS DON'T DREAM  
THAT I ACTUALLY HAVE BEEN  
INTO THAT NECK WITH MY BITE WITH MY  
SPIT  
CIRCLING WITH MY TONGUE  
THEN LICKING MY OWN DROOL

I'D LIKE TO DRIVE YOU FAST INTO THAT  
PART OF TOWN  
WHERE BODIES ARE COUNTED  
AND BULLETS GET LOST

WHERE PEOPLE PAY THE PRICE OF A MEAL  
TO FUCK IN AIR-CONDITIONED TEMPLES  
THEN HIT BACK THE ROAD WITH THEIR  
TRUCKS







## INTIMITY

I REST MY HEAD  
UPON YOUR LAP

THE TV FLICKERS QUIET

MY BODY CURLS  
LIKE IT NEVER DOES  
WITH THE MEN I PICK IN PARTIES

MY HAND IS SET  
OVER YOUR KNEE

WE WILL HAVE SEX LIKE FRIENDS TONIGHT

## EXHAUSTION

I NEVER GET TIRED OF YOU  
YOUR TONGUE SO SWEET  
YOUR PRICK SO EXACT

I REST UPON YOUR CHEST I DOZE  
MY BODY DRENCHED IN PACIFIED  
DESIRE

DISANTAGLE ME NOW FROM YOUR  
ARMS  
IT'S TIME TO HIT THE REDLIGHT ZONE



## IMMIGRANT

HE INVITED ME TO HIS FURNISHED FLAT FOR COFFEE

HE SAT ON A STOOL IN THE KITCHEN  
A SURPRISINGLY BEAUTIFUL WHITE FOOT SHOWED  
OUT OF THE ROBE HE WAS WEARING,  
HAVING JUST COME OUT OF A BATH

MY BED WAS SO COLD THOSE DAYS,  
HIS FOOT WAS SO WHITE  
WE WERE FOREIGNERS IN A COUNTRY  
THAT PERSPIRED LOVE AND HATE

LET'S HAVE IT ALL, I BEGGED

I COULD CHECK YOUR BIBLIOGRAPHICAL REFERENCES  
DO THE LAUNDRY, FIX THE STOVE  
BUY MILK BEFORE YOU WAKE UP HUNGRY  
WE CAN SEE TOGETHER THE FIRST SNOW

AND THAT WE DID FOR A WHILE:  
IMMIGRANT LOVE,  
SO CLOSE, SO FARAWAY





## ENGLAND

THE ENGLISH PROBABLY ARE  
THE ONE PEOPLE ON EARTH  
WHO DON'T CARE MUCH  
FOR EATING OR FOOD

THEY CARE ABOUT OTHER THINGS  
AND THOSE OTHER THINGS  
ARE EQUALLY TRUE

YET YOU COOKED THE MOST DELICIOUS OLD-FASHIONED  
PUDDINGS  
FULL OF SYRUP, SOME STEAMING HOT,  
OTHERS MADE WITH BREAD, BUTTER AND BITTERSWEET  
FRUITS

NEVER LET ANYONE TELL YOU THAT  
SENSUOUSNESS LIES IN VEAL, OLIVES, SOUFFLÉS

THERE ARE AS MANY KINDS OF SENSUOUSNESS  
AS THERE ARE KINDS OF FOOD

## HUNGER

**MALNOURISHED HEART  
CRAVES FRIED CHICKEN  
THEN FEEDS FOR WEEKS  
ON MOUSSE CHOCOLAT**



## RIFF-RAFF

**OH IT'S SO GOOD TO GO ABOUT  
WITH THE RIFF-RAFF**

**HE HARDLY READ  
COULD BARELY WRITE**

**HIS HAIRY CHEST  
UNEXPECTED WHITE**

**HE HELD MY HAND  
DARK CINEMA**

**SOMETIMES IT'S SO MUCH SAFER  
ON THE WRONG SIDE OF THE LAW**

---

e-mail: [anateres@terra.com.br](mailto:anateres@terra.com.br)

SE  
WE  
AL

DESIGNISTA



SE  
WE  
AL

DESIGNISTA



Os editores de **Inteligência** abrem espaço para ampliar um debate que não é só brasileiro, mas internacional: a situação caótica em que se encontram as artes plásticas. Nunca houve um fosso tão grande entre as “artes plásticas” e o público, e até entre os próprios artistas há uma grave divergência a respeito do produto apresentado como arte. Na hora em que se inaugura outra Bienal em São Paulo a discussão torna-se incontornável.

Estamos republicando aqui, como texto motivador, o artigo “Arte: equívoco alarmante”, saído em O Globo (29/12/2001), que iniciou uma série de textos problematizadores da questão. A partir deste texto, pessoas de vários ramos de conhecimento, artistas e não-artistas, foram chamadas a se manifestar. Entre os depoimentos que apresentamos está um inédito de Fayga Ostrower, escrito pouco antes de sua recente morte.

Há muito que a crise nas artes plásticas ultrapassou a estética. Por isso, filósofos, psicanalistas, antropólogos, publicitários, jornalistas, escritores, professores, enfim, pessoas representando outros ramos do conhecimento certamente têm algo a dizer sobre um “evento” ou “produto”, que não se pretendendo mais “estético” é, no entanto, um fato social e pretende relacionar-se com as manifestações simbólicas da comunidade.

Affonso Romano de Sant’Anna

# ARTE: EQUÍVOCO ALARMANTE

**Affonso Romano de Sant'Anna**

POETA

Sobretudo nas chamadas “artes plásticas”, nos últimos anos tornou-se evidente um fosso entre o público e as obras apresentadas como artísticas. A rigor, a crise é ainda mais grave, pois muitos artistas que se consideram igualmente modernos, e o são, não reconhecem nas obras de muitos de seus contemporâneos qualquer validade estética. A isto se soma o fato de que não apenas entre os artistas que ocupam espaço na mesma contemporaneidade existe essa negação, mas também muitos intelectuais, igualmente importantes dentro da chamada modernidade não reconhecem em muitas das obras hoje apresentadas em galerias e museus o caráter de inovação ou de criatividade artística. Portanto, estamos diante de um fenômeno insólito e perturbador dentro das relações sócio-artísticas.

Não se trata, como no final do século 19 e princípio do século 20, de que alguns artistas estejam trazendo uma linguagem nova, difícil de ser assimilada prontamente, decorrendo daí a sua dificuldade de compreensão. A sensação que se tem hoje é que muitos autores desses produtos não apenas estão repetindo essencialmente as experiências que vão do impressionismo ao dadaísmo, mas sobretudo são despreparados técnica e intelectualmente para a tarefa a que se propõem.

A partir sobretudo do Romantismo os artistas adotaram, de uma maneira radical crescente, o modelo de ruptura dos cânones vigentes como uma forma de emulação de suas obras. Ao final desse ciclo, o Dadaísmo, em 1916, surge, então, como o marco onde a arte encontrou-se e fundiu-se com a antiarte e a não-arte. As rupturas sucessivas criaram o círculo vicioso, e sem saída, das rupturas dentro das próprias rupturas configurando, a exemplo da pintura, a síndrome do “branco sobre o branco” — como nos célebres quadros pintados por Malevitch. Todas as demais artes, a rigor, conheceram síndrome idêntica: chegou-se à folha em branco, ao concerto silencioso, à escultura que derrete, ao teatro sem atores etc.

O que aqui se propõe é uma indagação, uma reflexão.

O século 20 já acabou. Ele foi, para o mundo ocidental, o campo de provas de três teorias formuladas pelo século 19 — o marxismo, a psicanálise, a arte moderna.

Enquanto o marxismo e a psicanálise já entraram em fase de revisão, a “arte moderna” preserva seus equívocos. Como o marxismo e a psicanálise, a arte moderna teve um nascimento tortuoso e árduo, mas finalmente impôs-se, ocupou os museus, salas de concerto, antologias e tornou-se norma estética vigente.

Não seria hora de passarmos a limpo a sua trajetória, tendo em vista que um novo século se inaugura possibilitando um natural renascimento e uma reanálise de nossas manifestações simbólicas?

Em relação à arte moderna e à necessidade de sua revisão há um problema que precisa ser desentranhado e posto no divã sócio-estético. Refiro-me a um “trauma”, a uma “má consciência” que ficou na memória do Ocidente pelo fato de que vários artistas foram recusados em salões oficiais no final do século passado e acabaram posteriormente se revelando como alguns dos maiores criadores de seu tempo. Desde então, a possibilidade de que nossos conceitos de arte estejam equivocados e que sejamos tidos no futuro como incompetentes e ignorantes para perceber a “vanguarda” e o “novo” fez com que se abrissem, ou melhor, se escancarassem as portas do julgamento estético. Deste modo, passou-se a aceitar como arte tudo aquilo que o artista (ou alguém por ele) apresenta como obra de arte. Passou a valer a assinatura e a intenção. Daí, um silogismo perverso: se tudo é arte, então, nada é arte.

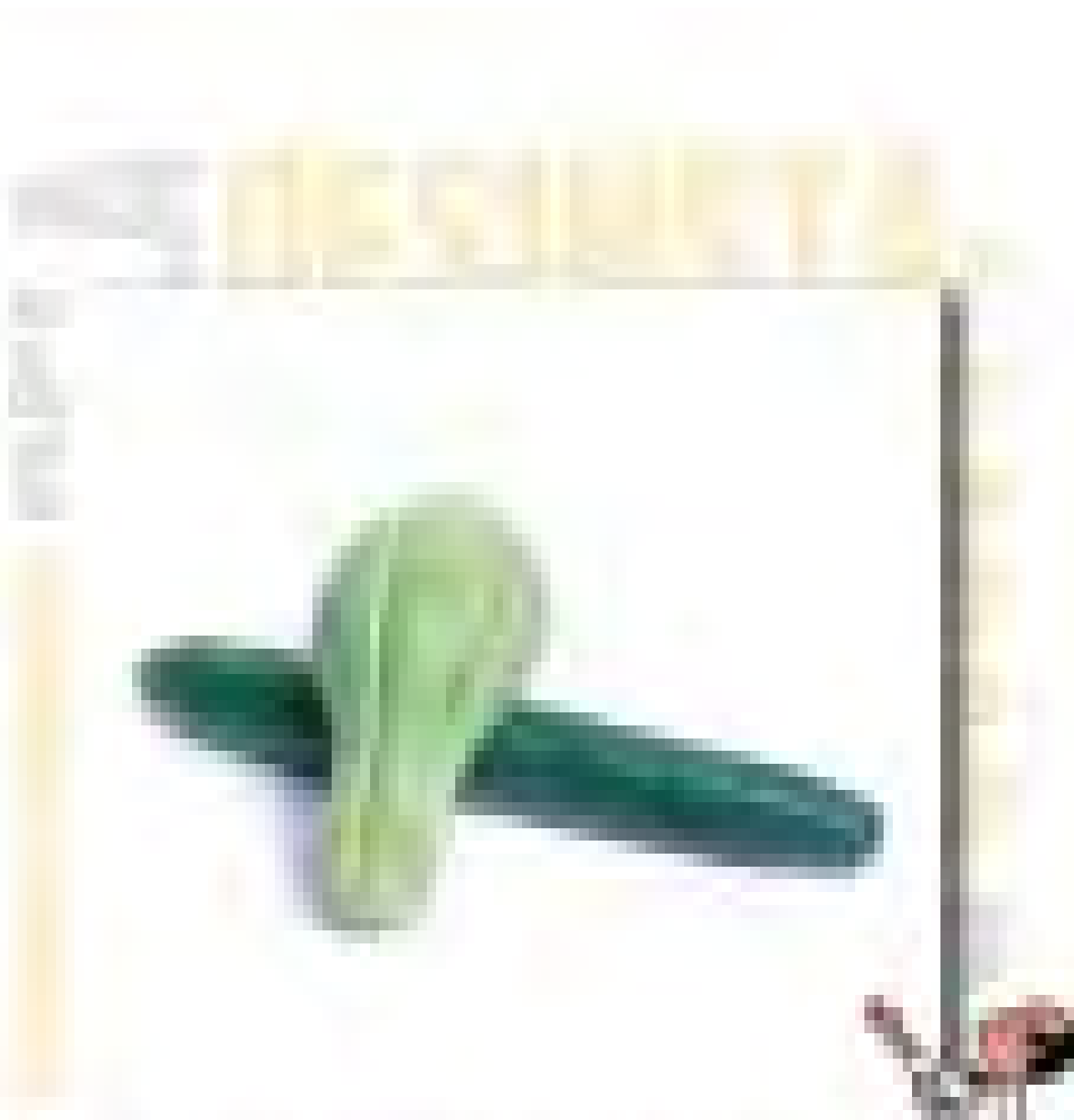
Ocorreu, por outro lado, um outro fenômeno acoplado ao trauma daquela rejeição histórica. Os artistas, que por suas propostas perturbadoras e revolucionárias àquela época, enfrentavam o gosto oficial e que no princípio foram malsinados e marginalizados, passaram, numa reversão da expectativa, não só a serem canonizados, mas a fazer parte da “modernidade” triunfalista.

Portanto, da recusa inicial desses artistas, à sua posterior celebração, estabeleceu-se um ritual sócio-estético de entronização. Algo que pode ser melhor explicado pela sociologia e antropologia. E da mudança de parâmetros estéticos, que sempre foi um processo renovador da própria história da arte, passou-se a parâmetro nenhum, tanto para a elaboração quanto para o julgamento de uma “obra artística”. Não se trata do já estudado fenômeno da “perda da aura” artística, mas sim de algo que se poderia denominar de reinvenção de uma outra “aura” resultante tão-somente do marketing e do mercado de galerias, de museus, de bienais e exposições congêneres. Uma “aura” instituída por uma espécie de seita que faz da recusa de um pacto com o público, a sua autopropulsão.

A improvisação, a audácia, o arrivismo, a exploração da ingenuidade do público e a esperteza burguesa e mercantilista sustentam um insólito equívoco na história das manifestações simbólicas do homem. O objeto artístico alienou-se do público e de si mesmo.

Portanto, considerando que o século 20 foi o espaço em que esse equívoco prosperou, mas considerando que é necessário rever e passar a limpo nossa história, sem o quê ela ficará estagnada em seus equívocos, é que se propõe aqui uma ampla discussão em torno da revisão das chamadas “artes plásticas”.

e - m a i l : s a n t a n n a @ n o v a n e t . c o m . b r



ACERVO INSIGHT-INTELIGÊNCIA

Priapo de Príamo

**Carlos Revérbero**



# CARTA A AFFONSO

**Claudio Valério Teixeira**

PINTOR

Caro Affonso Romano de Sant'Anna,

Tive a oportunidade de conhecê-lo pessoalmente na casa de nosso amigo comum Roberto DaMatta, e em outra ocasião estivemos juntos na Biblioteca Nacional quando, a convite de Elmer Barbosa, fui ver e opinar sobre as restaurações então em curso nas obras de Eliseu Visconti. Sou artista plástico e restaurador de obras de arte e atualmente estou na presidência da Fundação de Arte de Niterói, cumprindo meu estágio público, com suas agruras, aflições, ansiedades e realizações. Experiência que todos os intelectuais e artistas deveriam ter no mínimo uma vez na vida, conforme pude ouvi-lo falar em uma das suas entrevistas na televisão.

Depois desta apresentação, quero vivamente dar-lhe os parabéns pelos últimos artigos que tem escrito no jornal O Globo, focalizando as artes visuais. São críticas corajosas, muito bem escritas e que colocam em debate pontos cruciais da arte contemporânea e suas perspectivas estéticas e sociais. Claro que o patrulhamento será enorme, virá de forma crua e até mesmo deselegante mas, creia, muitos leitores necessitam de alguém que diga que o rei está nu. Não só nu como também moribundo. As ditas artes visuais contemporâneas estão perdendo cada dia mais público, os museus e salas de exposição vazias, as bienais, a partir de um grande trabalho publicitário, recebem hordas de gente que, perdidas, perambulam em grandes espaços à procura de arte. Este estado de coisas só melhora quando estamos diante de exposições históricas, mostras de grandes artistas ou períodos da história da arte consagrados; aí sim, podemos ver o público ávido e interessado, fruindo o que a arte pode nos dar.

Confesso um certo espanto — de admiração — no fato de que os melhores artigos sobre artes plásticas, na atualidade, estejam sendo escritos por um poeta e crítico de literatura, e assumo o meu desconhecimento a propósito da origem de seu interesse sobre o tema. No entanto, é para mim uma agradável surpresa descobrir seu notável discernimento, equilíbrio e inteligência crítica organizada sobre os temas tratados. Fico feliz ao constatar que a tradição da melhor crítica de arte se refaz em seus artigos, na continuidade de um Gonzaga Duque, que hoje poucos conhecem, já que em nosso país parece que a arte só existe a partir de 1922. A título de ilustração, certa vez em um debate universitário, o artista plástico Carlos Zílio afirmou que a crítica de arte no Brasil nasceu com Mário Pedrosa. Na ocasião, perguntei-lhe se já teria ouvido falar em Manuel de Araújo Porto Alegre ou Luís Gonzaga Duque Estrada. Mas claro que o mal-informado achou a pergunta idiota e descabi-

da. O problema é que esses artistas e pseudocríticos de arte querem sempre reinventar a história e o país, logo este nosso país que, mesmo pobre e espoliado pelas elites, detém uma grande história e um passado artístico riquíssimo. Há pouco tempo, também em um debate, perguntei pelos artistas negros na arte contemporânea, tentando comprovar a tese de que esta arte é elitista no pior sentido, que perdemos todas as chances e oportunidades de um jovem pobre ou negro obter um espaço no panorama atual. Ou não é estranho, no mínimo, que no século da escravatura, o Brasil tivesse, no seu quadro de melhores pintores, artistas negros que se destacavam, legando uma obra que até hoje nos emociona. Entre eles o paisagista Rafael Pinto Bandeira — que tem no acervo do Museu Nacional de Belas Artes um pequeno quadro, *Paisagem na raiz da serra*, comparável à melhor produção de Corot —, as naturezas-mortas de Estevão Silva, as composições dos irmãos Timóteo da Costa (Artur e João) ou Firmino Monteiro e Rafael Frederico. Mesmo nos anos 40 do século passado, artistas que provinham das camadas menos favorecidas conseguiam dar curso às suas vocações artísticas através de grupos como o Núcleo Bernardelli, ou Santa Helena em São Paulo. Pintores como Pancetti, Edson Mota, Milton Dacosta e tantos outros que conseguiram, a despeito de todas as adversidades, encontrar seus caminhos e se destacar no cenário artístico brasileiro. Havia uma boa Escola de Belas Artes, havia o Salão de Belas Artes, dando a chance a jovens artistas de estudar no exterior, enfim, as oportunidades eram amplas e parece que o país também era um pouco melhor. E hoje? Basta ver os nomes que integram a chamada vanguarda brasileira, os destaques da dita arte contemporânea, para logo entendermos que são, em sua imensa maioria, representantes de famílias da elite brasileira, sobrenomes conhecidos que, salvo raras exceções, desocupados, se transformam em artistas de vanguarda. E assim ocupam os museus, as escolas, os espaços públicos de exposição, ditatorialmente, não deixando espaço para nenhum outro tipo de arte que não siga as cartilhas por eles engendradas. A bem da verdade, ressalte-se que esses conceitos são, em geral, cópias servis de uma arte concebida em outras paragens, tendo muito pouca afinidade com nossa cultura, sociedade ou história.

Aliás, este é, em meu entender, o grande calcanhar-de-aquiles da chamada arte contemporânea. Da antiguidade ao modernismo, de Paolo Uccello a Picasso, a arte teve fontes importantes na natureza, na história, no homem e no psicológico. Picasso e Braque deformaram as formas da natureza, mas sempre partiam dela. Cézanne rompeu com a perspectiva cônica, abandonando o quadro como uma janela para o mundo.

Simplificou, interpretou a paisagem/realidade de forma plana, opondo-se radicalmente com os princípios da arte mimética, sem nunca, porém, abandonar a natureza. Este é, portanto, o grande problema da arte atual: o abandono da natureza, do homem, de sua história e do psicológico, em favor da predileção por um viés psicanalítico. O que é a arte das bienais (com raras exceções) senão catarses psicanalíticas, depoimentos personalísticos que, como arte, não interessam à sociedade. Claro que em Rembrandt também há um lado psicológico. Seus auto-retratos são provas incontestáveis, assim como também em Velásquez ou em toda obra de um grande artista. Mas a exacerbação do psicanalítico na arte contemporânea conduz ao primado do individualismo, tornando a arte uma ferramenta fascista, uma linguagem hermética que só interessa a pequenos grupos de eleitos, olimpo dos desavisados, onde também a história e o homem são desprezados, arte que em nenhum momento reflete nossa sociedade. Muitas vezes vamos às exposições e não sabemos se estamos na Suíça, no Brasil ou na Alemanha. Claro que não proponho uma arte folclórica ou nacionalista mas, de alguma forma, o que criamos tem que refletir algo do que somos, não necessariamente engajamentos ideológicos, mas encantamentos pelo que fomos, doidos e barrocos, mulatos e inzoneiros, artistas e artífices.

Quando tenho oportunidade de falar sobre este assunto e ouço contestações de que o mundo agora é globalizado, que a linguagem é internacional, que a arte não aceita mais características locais, vejo mais nitidamente que a arte obrigatoriamente necessita de uma retomada cultural, de uma reeducação do olhar e de nossos corações, para que se torne (retorne) mais humana e, portanto, necessária.

Desculpe o longo texto, mas os tópicos por você abordados em seus artigos são importantes e extensos. No caso do livro de David Hockney, aliás um artista muito interessante, o problema é que nada de novo há ali. Sabemos, há muito, que inúmeros artistas utilizaram meios mecânicos ou semimecânicos para captar o desenho correto da natureza. Se Dürer usou vidro reticulado, se Canaletto lançou mão de uma câmara escura, ou mesmo se Eugène Delacroix, ao pintar a *Liberdade guiando o povo*, utilizou-se de fotografias, os meios não invalidaram o processo artístico. Se Degas ou Lautrec também utilizaram a fotografia, de modo nenhum estes meios anulam sua arte. Claro que todos os artistas aqui referidos possuíam um domínio absoluto do desenho. No

livro de Hockney há um desenho em escorço (não me recordo a autoria) sobre o qual ele afirma tratar-se de forma captada por algum meio mecânico, dada a dificuldade ou mesmo a impossibilidade de se desenhar configuração tão difícil. Acredito que Hockney, apesar de um bom artista, deve lutar com dificuldades próprias quanto ao desenho.

Em seu último artigo, você cita o nosso também comum amigo Israel Pedrosa. Um artista de sólida formação e verdadeiramente entregue à pesquisa da cor. Em minha última viagem a Paris, tive o prazer de encontrá-lo no Louvre, examinando uma pintura italiana que queria reproduzir em sua última série de trabalhos. Coincidências existem e hoje, enquanto lia sua coluna, lembrei-me de uma exposição que estamos organizando no Museu de Arte Contemporânea de Niterói em que vamos homenagear o mestre Pedrosa. Trata-se de uma mostra congregando os artistas de Niterói que ainda não haviam tido oportunidade de expor neste museu. Vamos expor *todas* as tendências da arte contemporânea, incluindo os segmentos atualmente marginalizados pelo chamado "circuito artístico", como excelentes profissionais dedicados ao paisagismo e outros temas, o que provavelmente gerará reação da dita vanguarda, mas acreditamos que será positivo para todos. Queremos oferecer uma visão ampla da produção que se desenvolve em nossa cidade, da figuração à abstração, do realismo ao conceitual. Assim sendo, público e crítica terão acesso a uma produção diversificada para a livre manifestação.

Talvez você mesmo não saiba, ou não tenha a dimensão exata da importância e repercussão de seus artigos recentes sobre arte. Alguém precisava dizer o que muita gente gostaria de expressar mas tem medo. Criou-se a ilusão de que não gostar de uma obra contemporânea é prova de falta de conhecimento ou a mais humilhante ignorância; a idéia equivocada de que algo que não se compreende agora, automaticamente é obra-prima em museu. Estabeleceu-se o mito de que os críticos que não entenderam o impressionismo foram ridicularizados posteriormente. Mas tenho a certeza de que esta arte contemporânea que hoje tem o apoio de toda a área oficial e da crítica diária dos jornais legará muito pouco para o futuro.

Do seu admirador, Claudio Valério Teixeira.

---

e - mail : [clthteixeira@infolink.com.br](mailto:clthteixeira@infolink.com.br)



ACERVO INSIGHT-INTELIGÊNCIA

Flying saucers in Montparnase

**Viúva Engarfatado**



ACERVO INSIGHT-INTELIGÊNCIA  
*Virgem soi-disant*  
**Pedro Toques**

# ARTE E ARTISTAS NO SÉCULO XX

**Fayga Ostrower**

GRAVADORA

Vivemos em tempos contraditórios. Nunca, na história da Humanidade, existiram tantos museus e exposições, tantas escolas de arte e alunos que se formam a cada ano, “futuros artistas”, tantas informações. E o resultado? Mediocridade. É difícil ignorar o baixo nível e a pobreza espiritual (com poucas honrosas exceções) da maioria das obras produzidas em nossa época. Por outro lado, é igualmente difícil ignorar o crescente senso de perplexidade do público diante de tais obras, ainda mais quando acompanhadas de explicações tão grandiloquentes quanto vazias. Algo deve estar muito errado. Sem dúvida, as pessoas sentem no íntimo — embora talvez lhes faltem palavras para defini-lo — que as questões artísticas envolvem sempre questões existenciais. É esta problemática de idéias e valores que está sendo posta em discussão.

O referencial para nossas reflexões só poderá ser a própria linguagem da arte. Cabe entendê-la como sendo, desde sempre, a linguagem natural da Humanidade, acessível a todos os homens — e não somente a meia dúzia de especialistas. Trata-se, em sua essência, de uma linguagem *formal* (ou seja, *não-verbal*, que não faz uso de palavras nem conceitos), constituída por formas visuais, em si expressivas e comunicativas. É uma linguagem *universal*, tanto no sentido de ultrapassar o período histórico e o contexto cultural em que as obras foram criadas, como também no sentido de seus conteúdos se referirem, em última instância, à própria condição humana.

Assim, todas as formas de arte incorporam conteúdos existenciais. Estes se referem à experiência do viver, a visões de mundo, estados de ser, a desejos, aspirações e sentimentos, e aos valores espirituais da vida. Enfim, são conteúdos gerais da própria consciência humana. Atravessando séculos, sociedades e culturas, tais conteúdos continuam válidos e atuais para cada um de nós. Por isso, a arte tem este estranho poder de nos comover tão profundamente. Ela fala a nós, sobre nós, sobre o nosso mais íntimo ser.

Sem considerar esta expressividade inerente às formas artísticas, a discussão se limitaria apenas a aspectos externos, à mera técnica, e nunca alcançaria o âmago da questão, aquilo que realmente está em jogo na arte: os valores de vida.

Aqui, porém, já surge um problema de ordem maior. Quais seriam os valores de vida, os termos de avaliação da sociedade de consumo? A julgar por sua visão de mundo, parece que o processo de evolução da espécie humana necessitou de mais de três milhões de anos para poder chegar a realizar, finalmente, sua meta gloriosa: *o perfil do consumidor*. Soa absurdo? Exagerado? Pois a realidade nos mostra que é assim mes-

mo. O mundo inteiro, material e espiritual, transformou-se num vasto mercado. Vemos que tudo, absolutamente tudo, está sendo reduzido ao nível de mercadorias a serem vendidas e compradas, consumidas o mais rapidamente possível para, logo em seguida, serem descartadas e novamente substituídas. Também os seres humanos, seu trabalho, seu potencial criador, suas obras de arte não passam de mercadorias. Compram-se e vendem-se. E tudo tem o seu preço.

O preço é a medida das coisas. Assim, proclama-se: *preço é igual a valor*. E ainda surgem outras equivalências: *novidade é igual a criatividade, originalidade é igual a sensacionalismo*.

Cabe entender, porém, que tais equivalências não existem. *Preço não é igual a valor*. Qualquer que seja o preço, ele representa apenas um dado circunstancial e artificial. Unicamente o valor é real, qualidade autêntica e inerente à própria realização de algo. Quando nos referimos a valores, falamos de conquistas de nossa consciência, de nosso ser sensível e afetivo. Solidariedade, compaixão, dignidade, respeito, inteligência, o amor e a ternura, a ética integrando a estética e, sobretudo, nosso mundo de imaginação e criatividade — estes são valores. Não têm preço. Não são compráveis nem vendáveis. Precisam ser conquistados por cada pessoa nos seus encontros com a vida e seus desafios.

*Nem a novidade é igual à criatividade*. Nas obras de arte, o novo representa apenas um aspecto secundário que acompanha o criativo. Toda criação contém em si algo de novo, de imprevisível e mesmo de inesperado, antes de existir. Mas a equação não pode ser invertida. Nem todo novo é criativo. E a simples novidade se esgota no primeiro instante em que for percebida, ao passo que o criativo sempre se renova e se reestrutura dentro de nós. Cézanne pintou a montanha Sainte Victoire mais de cento e vinte vezes. Ele não estava à procura de novidades. Porém, em sua busca incansável, cada quadro representou um novo começo, um aventurar-se no desconhecido, com novas criações. Quando vemos estas obras, a excitação de suas descobertas perpassa nosso olhar e algo novo se reestrutura dentro de nós.

Tampouco se deve confundir *originalidade com sensacionalismo*. Cada pessoa é um indivíduo único. Portanto, bastaria ser autêntico e verdadeiro consigo mesmo, para ser original. Nada mais do que isso. A originalidade vem de dentro. Já o sensacionalismo...

Os valores mercadológicos em nada correspondem a critérios e valores artísticos. Na arte, tanto a motivação como o sucesso são de naturezas totalmente diferentes. Por mais importante que o sucesso de mercado seja para a vida material das pessoas, ele nem sempre significa o

verdadeiro sucesso e a realização de um artista. Estes serão aferidos pelo desenvolvimento e crescimento estilístico em suas obras.

A profunda crise de valores por que passa nossa sociedade manifesta-se também, como não poderia deixar de ser, na arte. Podemos observá-la nos diversos estilos e, sobretudo, na postura de artistas diante de seu próprio fazer. Ou seja, diante de si mesmos.

Até a metade do século XX, embora criando em diferentes estilos figurativos e abstratos, como Cubismo, Dadaísmo, Expressionismo, Surrealismo, Concretismo e Abstracionismo livre, encontramos em todos os artistas uma atitude de empatia, de identificação afetiva com a linguagem da arte. Não só se cuidava em preservar a integridade física da obra, como também se enaltecia o caráter altamente sensual da matéria pictórica, suas formas e cores.

É justamente a sensualidade das linguagens artísticas — pintura, música, dança, arquitetura, ou também poesia — que as distingue de linguagens conceituais, como, por exemplo, a filosofia ou a matemática. Encanta-nos ver cores, ouvir sons, perceber movimentos e ritmos. Ainda que física, a sensualidade torna-se uma qualidade espiritual. Vale frisar ainda que a identificação do artista com sua matéria, o fascínio que ela exerce sobre o seu ser sensível e inteligente, estimulando o potencial imaginativo — este diálogo apaixonado entre criação e criador — é que constitui a única, legítima e mais poderosa motivação para alguém querer criar.

Porém, se nas décadas iniciais a atitude dos artistas era construtiva em sua busca de novas formas expressivas, ela passa a ser destrutiva na segunda metade deste século.

Evidentemente, há razões para isto. De fato, somos testemunhas de um processo paradoxal. Os espetaculares avanços da tecnologia deveriam enriquecer as pessoas, material e também espiritualmente. No sentido humanista, deveriam permitir uma vida mais plena — cada um realizando sua personalidade através da realização de suas potencialidades criativas. Ao invés disto, tais avanços antes parecem empobrecer o ser sensível e espiritual das pessoas. O problema não está na tecnologia em si. Acontece que na visão da sociedade de consumo, o homem não passa de um mini-robô a ser transformado em maxi-robô. Assim será perfeito. Não mais pensará nem perguntará. Apenas consumirá. E nada de sensibilidade, faz favor, que não está no programa.

Não é de se admirar, então, que na arte venham surgir tendências que refletem esta mentalidade. Elas procuram destituir as formas de arte de suas qualidades mais nobres e humanizadoras. Em vez de empatia e busca criativa de novas possibilidades formais da matéria, a postura agora é de indiferença, crescente desamor e até agressividade, chegando às raias de ódio pela matéria do seu fazer.

Propaga-se que não existem mais critérios na arte. No movimento

conhecido como *pop art*, vemos a linguagem artística banalizada, sua riqueza e complexidade reduzidas ao simplório e rebaixadas ao nível de mero jargão publicitário. Isto é acompanhado pela mais perfeita hipocrisia ao se “explicar” ao público este empobrecimento como um generoso ato de democratização e “popularização” da arte. Haja vista a obra de Andy Warhol que, em termos artísticos, nunca passou de uma mediocridade, embora tenha sido um gênio do *marketing*.

Na arte conceitual, as formas só existem no âmbito do imaginário, das idéias e conceitos. Basta pensá-las, e eventualmente ilustrá-las mediante fotografias ou instalações sugestivas. Porém, fica tudo ao nível de associações conceituais. O próprio ato criativo, a ação de elaborar formas visuais que sejam expressivas em si, é abolido. Assim, não há como avaliar qualidades artísticas ou seus significados, além de um certo aspecto *decorativo* que tenham. Muito menos há a possibilidade de se verificar um desenvolvimento estilístico. Tudo permanece ao nível de (boas?) intenções.

A propósito, a linguagem artística nunca é ilustrativa, quer seja de objetos ou conceitos, nem mesmo de conceitos artísticos. Ela é expressiva. Os pintores renascentistas, por exemplo, não conceituaram, antes, o que depois seria o estilo do Renascimento para, então, pintá-lo. Primeiro, vieram as obras. Mais tarde, houve quem analisasse e conceituasse os princípios formais do estilo e seus conteúdos expressivos. Na arte, a conceituação nunca poderá substituir o próprio ato de fazer.

Já em outras tendências, exibem-se matérias de modo repulsivo, introduzindo elementos que jamais poderiam ser formalmente elaborados em termos de uma linguagem: excrementos, feridas com sangue e pus (*body art*), cadáveres em estado de putrefação, e assim por diante. Quanto mais nojentos, tanto mais de vanguarda e “pra frente” se julgam os autores de tais “obras”. Ainda recentemente, houve o caso de um “artista” mandar cortar um boi ao meio, colocar cada metade, com tripas e intestinos *in natura*, dentro de uma caixa de acrílico com formol e enviá-las para a Bienal de Veneza. Lá foram expostas como obras de arte. Não posso imaginar em que sentido isto possa acrescentar algo à sensibilidade de uma pessoa ou enriquecer sua experiência de vida e arte. Só posso imaginar que o autor deva ser uma pessoa bastante doente. E os curadores, despejando toneladas de profundos pensamentos metafísicos a respeito? E o diretor da Bienal, que aceitou tais obras?

Em tais manifestações, sem enfoque e sem sentido formal, é possível que se trate de uma problemática de ordem pessoal, de exibicionismo doentio ou drogas. Ou ainda de alguma forma de suicídio. Mas suicidar-se não é um ato artístico. E destruir, sem colocar nada em seu lugar, não tem significado algum na arte, não passa de mero vandalismo.

Cabe frisar também, que não há nisto tudo a mais leve intenção de questionamento ou crítica e, muito menos, a possibilidade de se encon-

trarem novas formas expressivas. Não se trata, como alguns pretendem, de uma arte de contestação. É apenas um sensacionalismo a todo custo e do mais baixo nível, “*pour épater les bourgeois*”, traduzindo a expressão que se tornou famosa, “para chocar os burgueses”. Acontece, porém, que a burguesia não é mais *chocável*. Não há nada que ainda possa chocá-la. Esses vanguardistas, ousados desbravadores do futuro, chegaram atrasados. A mídia já se encarregou de liquidar com os últimos escrúpulos estéticos e éticos.

Neste rumo, só restaria a destruição física total. De fato, é o que está acontecendo. A fim de chamar a atenção, retalha-se, despedaça-se, incinera-se tudo, destruindo tanto a imagem como seu suporte. Só assim poderá alguém ser considerado moderno, ou pós-moderno, ou contemporâneo ou, melhor ainda, pós-trans-vanguarda.

Agora, o outro lado da medalha: quando se proclama que hoje não existem mais critérios artísticos, quando qualquer coisa passa, portanto, quando não se consegue mais distinguir entre arte e não-arte, então também não se consegue saber quem são os bons artistas que existem em todos os países. Raramente se encontram nas galerias do grande circuito internacional. Estas inventaram seu próprio Olimpo e realmente acham que, através de jogadas de *marketing*, adquiriram poderes supremos para “criarem artistas” e decretarem o que é arte — leia-se, a “grife”, a última moda da estação. Eu conheço alguns bons artistas. Não foram considerados bastante interessantes para o *marketing* das galerias. Mas e daí? Isto não os torna menos sérios, menos criativos, menos artistas. Penso que, nos dias de hoje, Cézanne não teria a menor chance. Ele é sério demais.



ACERVO INSIGHT-INTELIGÊNCIA

Isto é um penico

**Sebastião Comido**



# OS MECANISMOS DE MARKETING DA ARTE CONTEMPORÂNEA

**Celso Japiassu**

POETA

Uma arte visceralmente dependente da mídia vai procurar chamar a atenção da mídia, antes de qualquer outro compromisso consigo mesma ou com seus objetivos culturais, sociais ou estéticos.

O entendimento de arte como mercadoria, sujeita a oscilações de mercado e à especulação financeira em torno do valor agregado às obras pelo nome dos seus criadores, gera a necessidade de o artista chamar a atenção para si próprio, às vezes a qualquer custo. E este custo tem sido o seu comprometimento com as “griffes” criadas em torno de uma arte-espetáculo, pretensamente de vanguarda, o seu negócio e a sua técnica de vender pelo melhor preço.

Esse tipo de arte dos dias contemporâneos, em torno da qual surgem escândalos, protestos, queda de dirigentes de prestigiados museus e para a qual, contraditoriamente, são preparadas amostras e bienais, foi buscar sua existência e sua sobrevivência no marketing dos produtos de luxo. Este é o tipo de marketing voltado para os grupos organizados em torno do consumo, que é transformado em festa, autogratificação e símbolo de *status* intelectual e social.

Criam-se marcas de luxo através de uma técnica de persuasão que procura estabelecer, antes de tudo, uma imagem. Não importa o que o produto seja, em realidade. O que vai determinar a sua escolha e eleição será a percepção que dele tenha o público que se pretende influenciar. Este é o primeiro e o mais importante passo para a construção de um conceito para um produto: a identificação clara do público-alvo e a compreensão do que se chama o seu universo aspiracional. Um produto com percepção diferenciada, que não se iguale aos outros, certamente despertará a atenção do público. Feito este diagnóstico, criam-se as embalagens junto com a publicidade dessas mercadorias em veículos adequados ao consumidor que se pretende atingir.

Alguns segmentos do público jovem, intelectualizados pelo ensino burguês e pela mídia a eles direcionada, têm a percepção dessa arte como estímulo e vanguarda do que lhes parece serem novas descobertas, investigação e afirmação de uma estética contemporânea. Os jovens burgueses adultos, com renda própria e verniz intelectual são também o grupo mais sensível aos produtos lançados pelos produtores de moda e

que se expressam em etiquetas e nos *slogans* do *social display*.

Este é o roteiro que, consciente ou inconscientemente, tem sido cumprido pelos artistas e pelas instituições responsáveis por esse tipo de arte. Uma agenda de providências muito semelhante à que se pratica no *marketing mix* dos produtos postos à venda através dos canais de distribuição comercial.

O modelo de política cultural adotado em alguns países, entre os quais o Brasil, tem favorecido o charlatanismo e o embuste. O Estado lava as mãos de dar suporte à criação artística, cria incentivos de dedução no imposto de renda das empresas e com isso gera um mecenato que se denomina genericamente de *marketing cultural*. Esta expressão significa que as empresas aplicam suas deduções fiscais em projetos culturais e procuram profissionalizar esta ação, dela retirando benefícios comerciais ou institucionais. Uma providencial confusão entre o que seja ou não cultural tem incentivado esse mercado.

Há um público consumidor de arte acrítico, na expectativa do novo porque o novo em arte significa o lançamento de um produto no mercado, com seu potencial de faturamento e sucesso. Como todos os produtos de consumo, a rápida obsolescência da arte cria condições para novos lançamentos. Então é preciso desenvolver produtos que não durem demasiado, de tal forma que possam vir a impedir novos lançamentos. Assim tem sido nas fábricas e lojas que vendem mercadorias caras e também nessa arte dos dias de hoje.

Em paralelo, a mídia promove espontaneamente essas experiências porque elas trazem consigo a essência da notícia – surpreende, são inéditas, chocam e por isso interessam aos leitores.

A conseqüência é a proliferação de projetos culturais e artísticos diferenciados, à maneira dos produtos de luxo das grifes internacionais de moda e consumo dirigidos a uma classe emergente de consumidores. Chamam a atenção e impressionam pelo choque, pela surpresa, pelo ineditismo de uma exposição que exhibe, por exemplo, uma máquina de fazer fezes.

---

e - m a i l : j a p i a s s u @ i i s . c o m . b r



ACERVO INSIGHT-INTELIGÊNCIA

Cabeça a prêmio

**João Combosta Priscilla do Empombal**

## PARA QUE SERVE A ARTE?

**Joel Birman**

PSICANALISTA

O debate que foi recentemente lançado por Affonso Romano de Sant'Anna, em *O Globo*, é de fundamental importância. Digo isso por diferentes razões. O que está em causa aqui não é apenas as artes plásticas, apesar de ter sido em torno dessas que o debate foi desencadeado, mas também os demais campos da produção artística. Isso porque se foram as artes plásticas que levaram ao seu limite a proposta vanguardista, o que se realizou nestas encontrou também os seus rastros e ecos nos demais campos da criação.

Para me referir a um exemplo bastante eloquente disso, já que está francamente na moda, é preciso considerar também o que se realiza hoje no campo da poesia brasileira. Com efeito, novos poetas surgem aos borbotões a cada dia e em qualquer esquina, numa torrente infindável de saraus, dentre os quais é preciso saber o que é poesia de boa cepa e o que não é absolutamente da ordem do poético. As tribos se organizam então numa feira de vaidades, alimentando rivalidades e ressentimentos, buscando sempre o espetáculo proporcionado pelas mídias.

Porém, não é apenas isso que está em jogo aqui, evidentemente. O fato de que o debate tenha sido levantado é um ato de coragem intelectual altamente louvável, numa tradição cultural como a nossa na qual não existem praticamente mais debates. Há muito já perdemos o bom hábito de que as mais diversas produções culturais devem ser não apenas lançadas na cena pública, para o deleite do respeitável público, mas também serem objeto de leituras rigorosas, de maneira a retirarem os criadores do lugar de seres olímpicamente intangíveis e de únicos formuladores de critérios estéticos que ficam além do bem e do mal.

Quero afirmar, assim, que os enunciados sobre o que é verdadeiro, justo e belo não podem ficar apenas restritos aos segmentos intelectuais que os produzem, sejam inscritos nos discursos da ciência, da ética, da política e das artes, mas devem ser também marcados pela crítica e pela interpretação provenientes dos demais campos do social. A construção da ordem democrática, tal como a concebo, deve ser sempre permeada pela interpelação recíproca entre os diferentes grupos sociais e as diversas modalidades de discursividade.

Creio que, formulando as coisas desta maneira, toco no ponto crucial que permeia o campo das vanguardas, qual seja, a de que o artista considera que pode realizar o que quer e bem entende em nome da suposta liberdade de criação, à medida que não existem critérios absolutos sobre isso. Assim, o que os receptores das artes pensam sobre o que aqueles dizem importa muito pouco, ficando sempre aquém do gesto soberano do criador. Estes se erigem então como detentores absolutos

dos cânones da criação de forma francamente paradoxal, já que a modernidade se caracteriza justamente pela abolição destes cânones. Tudo se passa então como se as produções artísticas fossem coisas tão sublimes que apenas os iniciados pudessem disso participar, pairando aí sempre entre os artistas a ameaça latente de que se queira impor sobre eles uma camisa-de-força sobre a liberdade de criação e até mesmo que se queira exercer o patrulhamento ideológico.

É claro que o modernismo se constituiu, desde a segunda metade do século XIX, com a proposta de que o mundo poderia ser inteiramente inventado, revirado de ponta-cabeça, de maneira a colocar frontalmente em questão a unívoca estabilidade do classicismo e os cânones estéticos estabelecidos pela tradição. Da arquitetura às artes plásticas, passando pela literatura, o teatro, o cinema, a música e a dança, o que estava sempre em jogo era a invenção de novas linguagens e de outras possibilidades de leitura do mundo. A cosmologia de Einstein, que relativizou a idéia de tempo, assim como a física quântica, que sublinhou a importância fundamental do lugar do observador no campo da experiência, foram concepções teóricas que delimitaram a nova posição na cena do mundo e que tiveram efeitos cruciais na retórica da vanguarda. Da mesma forma, em *A interpretação dos sonhos*, Freud delineou também esta outra posição da subjetividade, pela qual o desejo estaria no fundamento da produção de novas linguagens e de outros mundos possíveis. Com tudo isso, nos deslocamos decididamente da perspectiva ontoteológica de Leibniz, segundo a qual Deus tinha nos oferecido o melhor dos mundos possíveis.

Assim, se a condição de possibilidade disso tudo foi a morte de Deus (Nietzsche) e o assassinato do pai (Freud), isso não quer dizer que em consequência disso tudo seja enfim possível, como nos disse Dostoiévsky, numa formulação marcada pelo franco desespero e pela melancolia. O que foi descortinado luminosamente aqui, com todas estas mortes, foi a polivalência do mundo. Descobrimos então a existência do espaço social, permeado que é pelos conflitos de interesses entre os irmãos supostos agora como iguais, no qual a liberdade como princípio é o que se apresenta como o seu maior impasse. Isso porque se esperaria que para o exercício pleno dessa, num mundo perpassado pela igualdade e a fraternidade, não mais se estabeleceriam hierarquias entre as subjetividades. Contudo, isso exigiria de nós a possibilidade de traçar devidamente a fronteira entre o *gozo próprio* e o *gozo do outro*. É na dificuldade efetiva de empreender isso que se condensa o que existe de trágico na modernidade, na qual a subjetividade não sabe o quê fazer

concretamente com a sua liberdade. Seria esta distribuição do capital do gozo o que permitiria a efetiva igualdade e fraternidade, conferindo então materialidade corpórea à liberdade.

Portanto, relançar criticamente a questão do valor artístico das obras é retirar os criadores da posição olímpica, na qual o que conta apenas é o seu gozo próprio. O que deve se impor também, aqui e agora, é a legitimidade dos receptores da arte, de forma a inscrever neste circuito o lugar fundamental do gozo do outro. Com isso, nos deslocaríamos

todos de uma posição servil e contemplativa das obras de arte, para nos introduzirmos nessas com as nossas pulsações desejantes, podendo devolver assim aos criadores o reconhecimento simbólico que as suas produções possam de fato merecer. Isso porque poderíamos agora dizer para que nos serve a arte, afinal das contas, à medida que estou sempre supondo aqui que essa deve servir para alguma coisa.

---

e - m a i l : l i v r a r i a m u s e u @ u o l . c o m . b r

SE  
WE  
AL

DESIGNISTA



SE  
WE  
AL

DESIGNISTA



Os editores de **Inteligência** abrem espaço para ampliar um debate que não é só brasileiro, mas internacional: a situação caótica em que se encontram as artes plásticas. Nunca houve um fosso tão grande entre as “artes plásticas” e o público, e até entre os próprios artistas há uma grave divergência a respeito do produto apresentado como arte. Na hora em que se inaugura outra Bienal em São Paulo a discussão torna-se incontornável.

Estamos republicando aqui, como texto motivador, o artigo “Arte: equívoco alarmante”, saído em O Globo (29/12/2001), que iniciou uma série de textos problematizadores da questão. A partir deste texto, pessoas de vários ramos de conhecimento, artistas e não-artistas, foram chamadas a se manifestar. Entre os depoimentos que apresentamos está um inédito de Fayga Ostrower, escrito pouco antes de sua recente morte.

Há muito que a crise nas artes plásticas ultrapassou a estética. Por isso, filósofos, psicanalistas, antropólogos, publicitários, jornalistas, escritores, professores, enfim, pessoas representando outros ramos do conhecimento certamente têm algo a dizer sobre um “evento” ou “produto”, que não se pretendendo mais “estético” é, no entanto, um fato social e pretende relacionar-se com as manifestações simbólicas da comunidade.

Affonso Romano de Sant’Anna

# ARTE: EQUÍVOCO ALARMANTE

**Affonso Romano de Sant'Anna**

POETA

Sobretudo nas chamadas “artes plásticas”, nos últimos anos tornou-se evidente um fosso entre o público e as obras apresentadas como artísticas. A rigor, a crise é ainda mais grave, pois muitos artistas que se consideram igualmente modernos, e o são, não reconhecem nas obras de muitos de seus contemporâneos qualquer validade estética. A isto se soma o fato de que não apenas entre os artistas que ocupam espaço na mesma contemporaneidade existe essa negação, mas também muitos intelectuais, igualmente importantes dentro da chamada modernidade não reconhecem em muitas das obras hoje apresentadas em galerias e museus o caráter de inovação ou de criatividade artística. Portanto, estamos diante de um fenômeno insólito e perturbador dentro das relações sócio-artísticas.

Não se trata, como no final do século 19 e princípio do século 20, de que alguns artistas estejam trazendo uma linguagem nova, difícil de ser assimilada prontamente, decorrendo daí a sua dificuldade de compreensão. A sensação que se tem hoje é que muitos autores desses produtos não apenas estão repetindo essencialmente as experiências que vão do impressionismo ao dadaísmo, mas sobretudo são despreparados técnica e intelectualmente para a tarefa a que se propõem.

A partir sobretudo do Romantismo os artistas adotaram, de uma maneira radical crescente, o modelo de ruptura dos cânones vigentes como uma forma de emulação de suas obras. Ao final desse ciclo, o Dadaísmo, em 1916, surge, então, como o marco onde a arte encontrou-se e fundiu-se com a antiarte e a não-arte. As rupturas sucessivas criaram o círculo vicioso, e sem saída, das rupturas dentro das próprias rupturas configurando, a exemplo da pintura, a síndrome do “branco sobre o branco” — como nos célebres quadros pintados por Malevitch. Todas as demais artes, a rigor, conheceram síndrome idêntica: chegou-se à folha em branco, ao concerto silencioso, à escultura que derrete, ao teatro sem atores etc.

O que aqui se propõe é uma indagação, uma reflexão.

O século 20 já acabou. Ele foi, para o mundo ocidental, o campo de provas de três teorias formuladas pelo século 19 — o marxismo, a psicanálise, a arte moderna.

Enquanto o marxismo e a psicanálise já entraram em fase de revisão, a “arte moderna” preserva seus equívocos. Como o marxismo e a psicanálise, a arte moderna teve um nascimento tortuoso e árduo, mas finalmente impôs-se, ocupou os museus, salas de concerto, antologias e tornou-se norma estética vigente.

Não seria hora de passarmos a limpo a sua trajetória, tendo em vista que um novo século se inaugura possibilitando um natural renascimento e uma reanálise de nossas manifestações simbólicas?

Em relação à arte moderna e à necessidade de sua revisão há um problema que precisa ser desentranhado e posto no divã sócio-estético. Refiro-me a um “trauma”, a uma “má consciência” que ficou na memória do Ocidente pelo fato de que vários artistas foram recusados em salões oficiais no final do século passado e acabaram posteriormente se revelando como alguns dos maiores criadores de seu tempo. Desde então, a possibilidade de que nossos conceitos de arte estejam equivocados e que sejamos tidos no futuro como incompetentes e ignorantes para perceber a “vanguarda” e o “novo” fez com que se abrissem, ou melhor, se escancarassem as portas do julgamento estético. Deste modo, passou-se a aceitar como arte tudo aquilo que o artista (ou alguém por ele) apresenta como obra de arte. Passou a valer a assinatura e a intenção. Daí, um silogismo perverso: se tudo é arte, então, nada é arte.

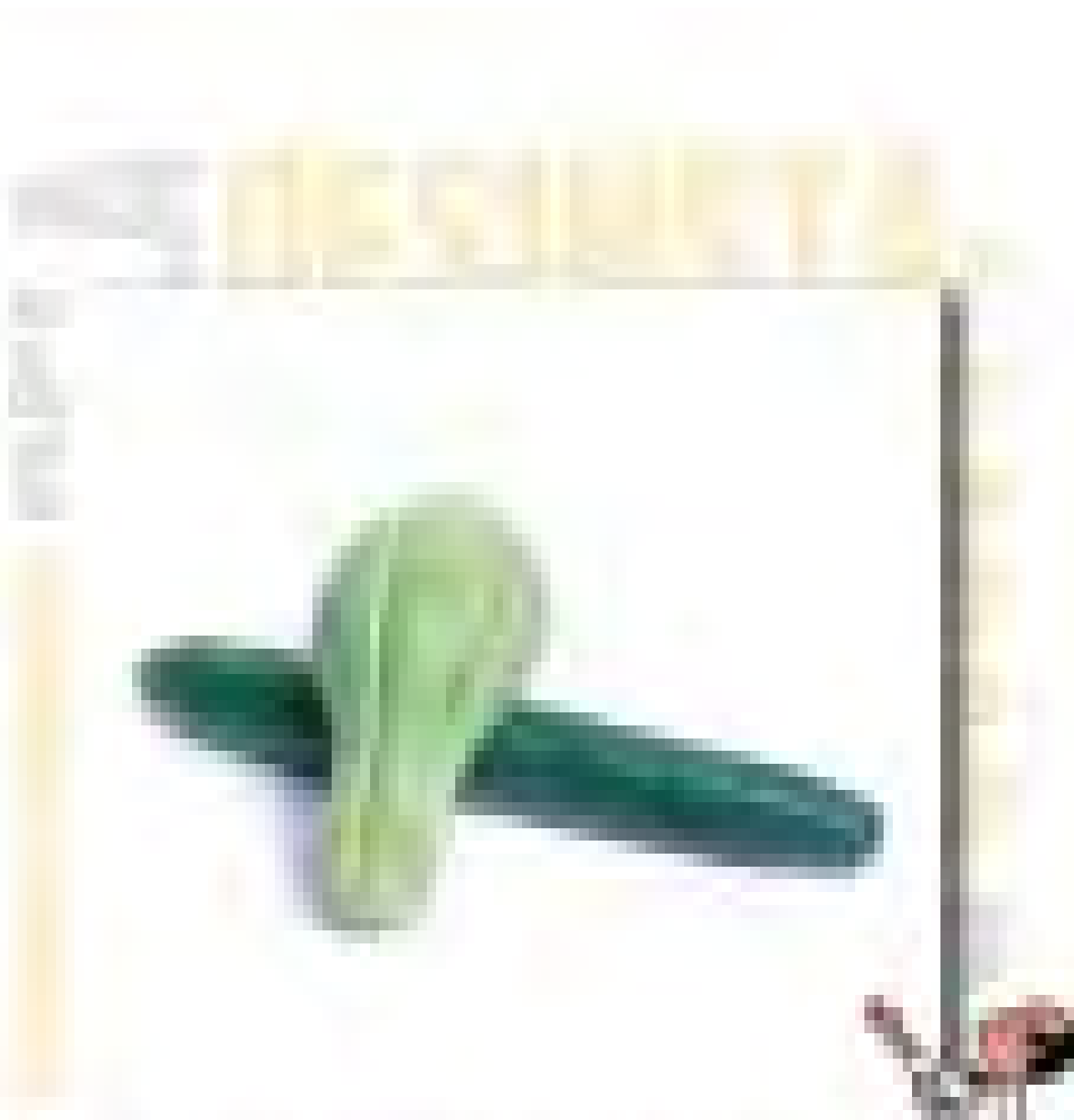
Ocorreu, por outro lado, um outro fenômeno acoplado ao trauma daquela rejeição histórica. Os artistas, que por suas propostas perturbadoras e revolucionárias àquela época, enfrentavam o gosto oficial e que no princípio foram malsinados e marginalizados, passaram, numa reversão da expectativa, não só a serem canonizados, mas a fazer parte da “modernidade” triunfalista.

Portanto, da recusa inicial desses artistas, à sua posterior celebração, estabeleceu-se um ritual sócio-estético de entronização. Algo que pode ser melhor explicado pela sociologia e antropologia. E da mudança de parâmetros estéticos, que sempre foi um processo renovador da própria história da arte, passou-se a parâmetro nenhum, tanto para a elaboração quanto para o julgamento de uma “obra artística”. Não se trata do já estudado fenômeno da “perda da aura” artística, mas sim de algo que se poderia denominar de reinvenção de uma outra “aura” resultante tão-somente do marketing e do mercado de galerias, de museus, de bienais e exposições congêneres. Uma “aura” instituída por uma espécie de seita que faz da recusa de um pacto com o público, a sua autopropulsão.

A improvisação, a audácia, o arrivismo, a exploração da ingenuidade do público e a esperteza burguesa e mercantilista sustentam um insólito equívoco na história das manifestações simbólicas do homem. O objeto artístico alienou-se do público e de si mesmo.

Portanto, considerando que o século 20 foi o espaço em que esse equívoco prosperou, mas considerando que é necessário rever e passar a limpo nossa história, sem o quê ela ficará estagnada em seus equívocos, é que se propõe aqui uma ampla discussão em torno da revisão das chamadas “artes plásticas”.

e - m a i l : s a n t a n n a @ n o v a n e t . c o m . b r



ACERVO INSIGHT-INTELIGÊNCIA

Priapo de Príamo

**Carlos Revérbero**



# CARTA A AFFONSO

**Claudio Valério Teixeira**

PINTOR

Caro Affonso Romano de Sant'Anna,

Tive a oportunidade de conhecê-lo pessoalmente na casa de nosso amigo comum Roberto DaMatta, e em outra ocasião estivemos juntos na Biblioteca Nacional quando, a convite de Elmer Barbosa, fui ver e opinar sobre as restaurações então em curso nas obras de Eliseu Visconti. Sou artista plástico e restaurador de obras de arte e atualmente estou na presidência da Fundação de Arte de Niterói, cumprindo meu estágio público, com suas agruras, aflições, ansiedades e realizações. Experiência que todos os intelectuais e artistas deveriam ter no mínimo uma vez na vida, conforme pude ouvi-lo falar em uma das suas entrevistas na televisão.

Depois desta apresentação, quero vivamente dar-lhe os parabéns pelos últimos artigos que tem escrito no jornal O Globo, focalizando as artes visuais. São críticas corajosas, muito bem escritas e que colocam em debate pontos cruciais da arte contemporânea e suas perspectivas estéticas e sociais. Claro que o patrulhamento será enorme, virá de forma crua e até mesmo deselegante mas, creia, muitos leitores necessitam de alguém que diga que o rei está nu. Não só nu como também moribundo. As ditas artes visuais contemporâneas estão perdendo cada dia mais público, os museus e salas de exposição vazias, as bienais, a partir de um grande trabalho publicitário, recebem hordas de gente que, perdidas, perambulam em grandes espaços à procura de arte. Este estado de coisas só melhora quando estamos diante de exposições históricas, mostras de grandes artistas ou períodos da história da arte consagrados; aí sim, podemos ver o público ávido e interessado, fruindo o que a arte pode nos dar.

Confesso um certo espanto — de admiração — no fato de que os melhores artigos sobre artes plásticas, na atualidade, estejam sendo escritos por um poeta e crítico de literatura, e assumo o meu desconhecimento a propósito da origem de seu interesse sobre o tema. No entanto, é para mim uma agradável surpresa descobrir seu notável discernimento, equilíbrio e inteligência crítica organizada sobre os temas tratados. Fico feliz ao constatar que a tradição da melhor crítica de arte se refaz em seus artigos, na continuidade de um Gonzaga Duque, que hoje poucos conhecem, já que em nosso país parece que a arte só existe a partir de 1922. A título de ilustração, certa vez em um debate universitário, o artista plástico Carlos Zílio afirmou que a crítica de arte no Brasil nasceu com Mário Pedrosa. Na ocasião, perguntei-lhe se já teria ouvido falar em Manuel de Araújo Porto Alegre ou Luís Gonzaga Duque Estrada. Mas claro que o mal-informado achou a pergunta idiota e descabi-

da. O problema é que esses artistas e pseudocríticos de arte querem sempre reinventar a história e o país, logo este nosso país que, mesmo pobre e espoliado pelas elites, detém uma grande história e um passado artístico riquíssimo. Há pouco tempo, também em um debate, perguntei pelos artistas negros na arte contemporânea, tentando comprovar a tese de que esta arte é elitista no pior sentido, que perdemos todas as chances e oportunidades de um jovem pobre ou negro obter um espaço no panorama atual. Ou não é estranho, no mínimo, que no século da escravatura, o Brasil tivesse, no seu quadro de melhores pintores, artistas negros que se destacavam, legando uma obra que até hoje nos emociona. Entre eles o paisagista Rafael Pinto Bandeira — que tem no acervo do Museu Nacional de Belas Artes um pequeno quadro, *Paisagem na raiz da serra*, comparável à melhor produção de Corot —, as naturezas-mortas de Estevão Silva, as composições dos irmãos Timóteo da Costa (Artur e João) ou Firmino Monteiro e Rafael Frederico. Mesmo nos anos 40 do século passado, artistas que provinham das camadas menos favorecidas conseguiam dar curso às suas vocações artísticas através de grupos como o Núcleo Bernardelli, ou Santa Helena em São Paulo. Pintores como Pancetti, Edson Mota, Milton Dacosta e tantos outros que conseguiram, a despeito de todas as adversidades, encontrar seus caminhos e se destacar no cenário artístico brasileiro. Havia uma boa Escola de Belas Artes, havia o Salão de Belas Artes, dando a chance a jovens artistas de estudar no exterior, enfim, as oportunidades eram amplas e parece que o país também era um pouco melhor. E hoje? Basta ver os nomes que integram a chamada vanguarda brasileira, os destaques da dita arte contemporânea, para logo entendermos que são, em sua imensa maioria, representantes de famílias da elite brasileira, sobrenomes conhecidos que, salvo raras exceções, desocupados, se transformam em artistas de vanguarda. E assim ocupam os museus, as escolas, os espaços públicos de exposição, ditatorialmente, não deixando espaço para nenhum outro tipo de arte que não siga as cartilhas por eles engendradas. A bem da verdade, ressalte-se que esses conceitos são, em geral, cópias servis de uma arte concebida em outras paragens, tendo muito pouca afinidade com nossa cultura, sociedade ou história.

Aliás, este é, em meu entender, o grande calcanhar-de-aquiles da chamada arte contemporânea. Da antiguidade ao modernismo, de Paolo Uccello a Picasso, a arte teve fontes importantes na natureza, na história, no homem e no psicológico. Picasso e Braque deformaram as formas da natureza, mas sempre partiam dela. Cézanne rompeu com a perspectiva cônica, abandonando o quadro como uma janela para o mundo.

Simplificou, interpretou a paisagem/realidade de forma plana, opondo-se radicalmente com os princípios da arte mimética, sem nunca, porém, abandonar a natureza. Este é, portanto, o grande problema da arte atual: o abandono da natureza, do homem, de sua história e do psicológico, em favor da predileção por um viés psicanalítico. O que é a arte das bienais (com raras exceções) senão catarses psicanalíticas, depoimentos personalísticos que, como arte, não interessam à sociedade. Claro que em Rembrandt também há um lado psicológico. Seus auto-retratos são provas incontestáveis, assim como também em Velásquez ou em toda obra de um grande artista. Mas a exacerbação do psicanalítico na arte contemporânea conduz ao primado do individualismo, tornando a arte uma ferramenta fascista, uma linguagem hermética que só interessa a pequenos grupos de eleitos, olimpo dos desavisados, onde também a história e o homem são desprezados, arte que em nenhum momento reflete nossa sociedade. Muitas vezes vamos às exposições e não sabemos se estamos na Suíça, no Brasil ou na Alemanha. Claro que não proponho uma arte folclórica ou nacionalista mas, de alguma forma, o que criamos tem que refletir algo do que somos, não necessariamente engajamentos ideológicos, mas encantamentos pelo que fomos, doidos e barrocos, mulatos e inzoneiros, artistas e artífices.

Quando tenho oportunidade de falar sobre este assunto e ouço contestações de que o mundo agora é globalizado, que a linguagem é internacional, que a arte não aceita mais características locais, vejo mais nitidamente que a arte obrigatoriamente necessita de uma retomada cultural, de uma reeducação do olhar e de nossos corações, para que se torne (retorne) mais humana e, portanto, necessária.

Desculpe o longo texto, mas os tópicos por você abordados em seus artigos são importantes e extensos. No caso do livro de David Hockney, aliás um artista muito interessante, o problema é que nada de novo há ali. Sabemos, há muito, que inúmeros artistas utilizaram meios mecânicos ou semimecânicos para captar o desenho correto da natureza. Se Dürer usou vidro reticulado, se Canaletto lançou mão de uma câmara escura, ou mesmo se Eugène Delacroix, ao pintar a *Liberdade guiando o povo*, utilizou-se de fotografias, os meios não invalidaram o processo artístico. Se Degas ou Lautrec também utilizaram a fotografia, de modo nenhum estes meios anulam sua arte. Claro que todos os artistas aqui referidos possuíam um domínio absoluto do desenho. No

livro de Hockney há um desenho em escorço (não me recordo a autoria) sobre o qual ele afirma tratar-se de forma captada por algum meio mecânico, dada a dificuldade ou mesmo a impossibilidade de se desenhar configuração tão difícil. Acredito que Hockney, apesar de um bom artista, deve lutar com dificuldades próprias quanto ao desenho.

Em seu último artigo, você cita o nosso também comum amigo Israel Pedrosa. Um artista de sólida formação e verdadeiramente entregue à pesquisa da cor. Em minha última viagem a Paris, tive o prazer de encontrá-lo no Louvre, examinando uma pintura italiana que queria reproduzir em sua última série de trabalhos. Coincidências existem e hoje, enquanto lia sua coluna, lembrei-me de uma exposição que estamos organizando no Museu de Arte Contemporânea de Niterói em que vamos homenagear o mestre Pedrosa. Trata-se de uma mostra congregando os artistas de Niterói que ainda não haviam tido oportunidade de expor neste museu. Vamos expor *todas* as tendências da arte contemporânea, incluindo os segmentos atualmente marginalizados pelo chamado "circuito artístico", como excelentes profissionais dedicados ao paisagismo e outros temas, o que provavelmente gerará reação da dita vanguarda, mas acreditamos que será positivo para todos. Queremos oferecer uma visão ampla da produção que se desenvolve em nossa cidade, da figuração à abstração, do realismo ao conceitual. Assim sendo, público e crítica terão acesso a uma produção diversificada para a livre manifestação.

Talvez você mesmo não saiba, ou não tenha a dimensão exata da importância e repercussão de seus artigos recentes sobre arte. Alguém precisava dizer o que muita gente gostaria de expressar mas tem medo. Criou-se a ilusão de que não gostar de uma obra contemporânea é prova de falta de conhecimento ou a mais humilhante ignorância; a idéia equivocada de que algo que não se compreende agora, automaticamente é obra-prima em museu. Estabeleceu-se o mito de que os críticos que não entenderam o impressionismo foram ridicularizados posteriormente. Mas tenho a certeza de que esta arte contemporânea que hoje tem o apoio de toda a área oficial e da crítica diária dos jornais legará muito pouco para o futuro.

Do seu admirador, Claudio Valério Teixeira.

---

e - mail : [clthteixeira@infolink.com.br](mailto:clthteixeira@infolink.com.br)



ACERVO INSIGHT-INTELIGÊNCIA

Flying saucers in Montparnase

**Viúva Engarfatado**



ACERVO INSIGHT-INTELIGÊNCIA  
*Virgem soi-disant*  
**Pedro Toques**

# ARTE E ARTISTAS NO SÉCULO XX

**Fayga Ostrower**

GRAVADORA

Vivemos em tempos contraditórios. Nunca, na história da Humanidade, existiram tantos museus e exposições, tantas escolas de arte e alunos que se formam a cada ano, “futuros artistas”, tantas informações. E o resultado? Mediocridade. É difícil ignorar o baixo nível e a pobreza espiritual (com poucas honrosas exceções) da maioria das obras produzidas em nossa época. Por outro lado, é igualmente difícil ignorar o crescente senso de perplexidade do público diante de tais obras, ainda mais quando acompanhadas de explicações tão grandiloquentes quanto vazias. Algo deve estar muito errado. Sem dúvida, as pessoas sentem no íntimo — embora talvez lhes faltem palavras para defini-lo — que as questões artísticas envolvem sempre questões existenciais. É esta problemática de idéias e valores que está sendo posta em discussão.

O referencial para nossas reflexões só poderá ser a própria linguagem da arte. Cabe entendê-la como sendo, desde sempre, a linguagem natural da Humanidade, acessível a todos os homens — e não somente a meia dúzia de especialistas. Trata-se, em sua essência, de uma linguagem *formal* (ou seja, *não-verbal*, que não faz uso de palavras nem conceitos), constituída por formas visuais, em si expressivas e comunicativas. É uma linguagem *universal*, tanto no sentido de ultrapassar o período histórico e o contexto cultural em que as obras foram criadas, como também no sentido de seus conteúdos se referirem, em última instância, à própria condição humana.

Assim, todas as formas de arte incorporam conteúdos existenciais. Estes se referem à experiência do viver, a visões de mundo, estados de ser, a desejos, aspirações e sentimentos, e aos valores espirituais da vida. Enfim, são conteúdos gerais da própria consciência humana. Atravessando séculos, sociedades e culturas, tais conteúdos continuam válidos e atuais para cada um de nós. Por isso, a arte tem este estranho poder de nos comover tão profundamente. Ela fala a nós, sobre nós, sobre o nosso mais íntimo ser.

Sem considerar esta expressividade inerente às formas artísticas, a discussão se limitaria apenas a aspectos externos, à mera técnica, e nunca alcançaria o âmago da questão, aquilo que realmente está em jogo na arte: os valores de vida.

Aqui, porém, já surge um problema de ordem maior. Quais seriam os valores de vida, os termos de avaliação da sociedade de consumo? A julgar por sua visão de mundo, parece que o processo de evolução da espécie humana necessitou de mais de três milhões de anos para poder chegar a realizar, finalmente, sua meta gloriosa: *o perfil do consumidor*. Soa absurdo? Exagerado? Pois a realidade nos mostra que é assim mes-

mo. O mundo inteiro, material e espiritual, transformou-se num vasto mercado. Vemos que tudo, absolutamente tudo, está sendo reduzido ao nível de mercadorias a serem vendidas e compradas, consumidas o mais rapidamente possível para, logo em seguida, serem descartadas e novamente substituídas. Também os seres humanos, seu trabalho, seu potencial criador, suas obras de arte não passam de mercadorias. Compram-se e vendem-se. E tudo tem o seu preço.

O preço é a medida das coisas. Assim, proclama-se: *preço é igual a valor*. E ainda surgem outras equivalências: *novidade é igual a criatividade, originalidade é igual a sensacionalismo*.

Cabe entender, porém, que tais equivalências não existem. *Preço não é igual a valor*. Qualquer que seja o preço, ele representa apenas um dado circunstancial e artificial. Unicamente o valor é real, qualidade autêntica e inerente à própria realização de algo. Quando nos referimos a valores, falamos de conquistas de nossa consciência, de nosso ser sensível e afetivo. Solidariedade, compaixão, dignidade, respeito, inteligência, o amor e a ternura, a ética integrando a estética e, sobretudo, nosso mundo de imaginação e criatividade — estes são valores. Não têm preço. Não são compráveis nem vendáveis. Precisam ser conquistados por cada pessoa nos seus encontros com a vida e seus desafios.

*Nem a novidade é igual à criatividade*. Nas obras de arte, o novo representa apenas um aspecto secundário que acompanha o criativo. Toda criação contém em si algo de novo, de imprevisível e mesmo de inesperado, antes de existir. Mas a equação não pode ser invertida. Nem todo novo é criativo. E a simples novidade se esgota no primeiro instante em que for percebida, ao passo que o criativo sempre se renova e se reestrutura dentro de nós. Cézanne pintou a montanha Sainte Victoire mais de cento e vinte vezes. Ele não estava à procura de novidades. Porém, em sua busca incansável, cada quadro representou um novo começo, um aventurar-se no desconhecido, com novas criações. Quando vemos estas obras, a excitação de suas descobertas perpassa nosso olhar e algo novo se reestrutura dentro de nós.

Tampouco se deve confundir *originalidade com sensacionalismo*. Cada pessoa é um indivíduo único. Portanto, bastaria ser autêntico e verdadeiro consigo mesmo, para ser original. Nada mais do que isso. A originalidade vem de dentro. Já o sensacionalismo...

Os valores mercadológicos em nada correspondem a critérios e valores artísticos. Na arte, tanto a motivação como o sucesso são de naturezas totalmente diferentes. Por mais importante que o sucesso de mercado seja para a vida material das pessoas, ele nem sempre significa o

verdadeiro sucesso e a realização de um artista. Estes serão aferidos pelo desenvolvimento e crescimento estilístico em suas obras.

A profunda crise de valores por que passa nossa sociedade manifesta-se também, como não poderia deixar de ser, na arte. Podemos observá-la nos diversos estilos e, sobretudo, na postura de artistas diante de seu próprio fazer. Ou seja, diante de si mesmos.

Até a metade do século XX, embora criando em diferentes estilos figurativos e abstratos, como Cubismo, Dadaísmo, Expressionismo, Surrealismo, Concretismo e Abstracionismo livre, encontramos em todos os artistas uma atitude de empatia, de identificação afetiva com a linguagem da arte. Não só se cuidava em preservar a integridade física da obra, como também se enaltecia o caráter altamente sensual da matéria pictórica, suas formas e cores.

É justamente a sensualidade das linguagens artísticas — pintura, música, dança, arquitetura, ou também poesia — que as distingue de linguagens conceituais, como, por exemplo, a filosofia ou a matemática. Encanta-nos ver cores, ouvir sons, perceber movimentos e ritmos. Ainda que física, a sensualidade torna-se uma qualidade espiritual. Vale frisar ainda que a identificação do artista com sua matéria, o fascínio que ela exerce sobre o seu ser sensível e inteligente, estimulando o potencial imaginativo — este diálogo apaixonado entre criação e criador — é que constitui a única, legítima e mais poderosa motivação para alguém querer criar.

Porém, se nas décadas iniciais a atitude dos artistas era construtiva em sua busca de novas formas expressivas, ela passa a ser destrutiva na segunda metade deste século.

Evidentemente, há razões para isto. De fato, somos testemunhas de um processo paradoxal. Os espetaculares avanços da tecnologia deveriam enriquecer as pessoas, material e também espiritualmente. No sentido humanista, deveriam permitir uma vida mais plena — cada um realizando sua personalidade através da realização de suas potencialidades criativas. Ao invés disto, tais avanços antes parecem empobrecer o ser sensível e espiritual das pessoas. O problema não está na tecnologia em si. Acontece que na visão da sociedade de consumo, o homem não passa de um mini-robô a ser transformado em maxi-robô. Assim será perfeito. Não mais pensará nem perguntará. Apenas consumirá. E nada de sensibilidade, faz favor, que não está no programa.

Não é de se admirar, então, que na arte venham surgir tendências que refletem esta mentalidade. Elas procuram destituir as formas de arte de suas qualidades mais nobres e humanizadoras. Em vez de empatia e busca criativa de novas possibilidades formais da matéria, a postura agora é de indiferença, crescente desamor e até agressividade, chegando às raias de ódio pela matéria do seu fazer.

Propaga-se que não existem mais critérios na arte. No movimento

conhecido como *pop art*, vemos a linguagem artística banalizada, sua riqueza e complexidade reduzidas ao simplório e rebaixadas ao nível de mero jargão publicitário. Isto é acompanhado pela mais perfeita hipocrisia ao se “explicar” ao público este empobrecimento como um generoso ato de democratização e “popularização” da arte. Haja vista a obra de Andy Warhol que, em termos artísticos, nunca passou de uma mediocridade, embora tenha sido um gênio do *marketing*.

Na arte conceitual, as formas só existem no âmbito do imaginário, das idéias e conceitos. Basta pensá-las, e eventualmente ilustrá-las mediante fotografias ou instalações sugestivas. Porém, fica tudo ao nível de associações conceituais. O próprio ato criativo, a ação de elaborar formas visuais que sejam expressivas em si, é abolido. Assim, não há como avaliar qualidades artísticas ou seus significados, além de um certo aspecto *decorativo* que tenham. Muito menos há a possibilidade de se verificar um desenvolvimento estilístico. Tudo permanece ao nível de (boas?) intenções.

A propósito, a linguagem artística nunca é ilustrativa, quer seja de objetos ou conceitos, nem mesmo de conceitos artísticos. Ela é expressiva. Os pintores renascentistas, por exemplo, não conceituaram, antes, o que depois seria o estilo do Renascimento para, então, pintá-lo. Primeiro, vieram as obras. Mais tarde, houve quem analisasse e conceituasse os princípios formais do estilo e seus conteúdos expressivos. Na arte, a conceituação nunca poderá substituir o próprio ato de fazer.

Já em outras tendências, exibem-se matérias de modo repulsivo, introduzindo elementos que jamais poderiam ser formalmente elaborados em termos de uma linguagem: excrementos, feridas com sangue e pus (*body art*), cadáveres em estado de putrefação, e assim por diante. Quanto mais nojentos, tanto mais de vanguarda e “pra frente” se julgam os autores de tais “obras”. Ainda recentemente, houve o caso de um “artista” mandar cortar um boi ao meio, colocar cada metade, com tripas e intestinos *in natura*, dentro de uma caixa de acrílico com formol e enviá-las para a Bienal de Veneza. Lá foram expostas como obras de arte. Não posso imaginar em que sentido isto possa acrescentar algo à sensibilidade de uma pessoa ou enriquecer sua experiência de vida e arte. Só posso imaginar que o autor deva ser uma pessoa bastante doente. E os curadores, despejando toneladas de profundos pensamentos metafísicos a respeito? E o diretor da Bienal, que aceitou tais obras?

Em tais manifestações, sem enfoque e sem sentido formal, é possível que se trate de uma problemática de ordem pessoal, de exibicionismo doentio ou drogas. Ou ainda de alguma forma de suicídio. Mas suicidar-se não é um ato artístico. E destruir, sem colocar nada em seu lugar, não tem significado algum na arte, não passa de mero vandalismo.

Cabe frisar também, que não há nisto tudo a mais leve intenção de questionamento ou crítica e, muito menos, a possibilidade de se encon-

trarem novas formas expressivas. Não se trata, como alguns pretendem, de uma arte de contestação. É apenas um sensacionalismo a todo custo e do mais baixo nível, “*pour épater les bourgeois*”, traduzindo a expressão que se tornou famosa, “para chocar os burgueses”. Acontece, porém, que a burguesia não é mais *chocável*. Não há nada que ainda possa chocá-la. Esses vanguardistas, ousados desbravadores do futuro, chegaram atrasados. A mídia já se encarregou de liquidar com os últimos escrúpulos estéticos e éticos.

Neste rumo, só restaria a destruição física total. De fato, é o que está acontecendo. A fim de chamar a atenção, retalha-se, despedaça-se, incinera-se tudo, destruindo tanto a imagem como seu suporte. Só assim poderá alguém ser considerado moderno, ou pós-moderno, ou contemporâneo ou, melhor ainda, pós-trans-vanguarda.

Agora, o outro lado da medalha: quando se proclama que hoje não existem mais critérios artísticos, quando qualquer coisa passa, portanto, quando não se consegue mais distinguir entre arte e não-arte, então também não se consegue saber quem são os bons artistas que existem em todos os países. Raramente se encontram nas galerias do grande circuito internacional. Estas inventaram seu próprio Olimpo e realmente acham que, através de jogadas de *marketing*, adquiriram poderes supremos para “criarem artistas” e decretarem o que é arte — leia-se, a “grife”, a última moda da estação. Eu conheço alguns bons artistas. Não foram considerados bastante interessantes para o *marketing* das galerias. Mas e daí? Isto não os torna menos sérios, menos criativos, menos artistas. Penso que, nos dias de hoje, Cézanne não teria a menor chance. Ele é sério demais.



ACERVO INSIGHT-INTELIGÊNCIA

Isto é um penico

**Sebastião Comido**



# OS MECANISMOS DE MARKETING DA ARTE CONTEMPORÂNEA

**Celso Japiassu**

POETA

Uma arte visceralmente dependente da mídia vai procurar chamar a atenção da mídia, antes de qualquer outro compromisso consigo mesma ou com seus objetivos culturais, sociais ou estéticos.

O entendimento de arte como mercadoria, sujeita a oscilações de mercado e à especulação financeira em torno do valor agregado às obras pelo nome dos seus criadores, gera a necessidade de o artista chamar a atenção para si próprio, às vezes a qualquer custo. E este custo tem sido o seu comprometimento com as “griffes” criadas em torno de uma arte-espetáculo, pretensamente de vanguarda, o seu negócio e a sua técnica de vender pelo melhor preço.

Esse tipo de arte dos dias contemporâneos, em torno da qual surgem escândalos, protestos, queda de dirigentes de prestigiados museus e para a qual, contraditoriamente, são preparadas amostras e bienais, foi buscar sua existência e sua sobrevivência no marketing dos produtos de luxo. Este é o tipo de marketing voltado para os grupos organizados em torno do consumo, que é transformado em festa, autogratificação e símbolo de *status* intelectual e social.

Criam-se marcas de luxo através de uma técnica de persuasão que procura estabelecer, antes de tudo, uma imagem. Não importa o que o produto seja, em realidade. O que vai determinar a sua escolha e eleição será a percepção que dele tenha o público que se pretende influenciar. Este é o primeiro e o mais importante passo para a construção de um conceito para um produto: a identificação clara do público-alvo e a compreensão do que se chama o seu universo aspiracional. Um produto com percepção diferenciada, que não se iguale aos outros, certamente despertará a atenção do público. Feito este diagnóstico, criam-se as embalagens junto com a publicidade dessas mercadorias em veículos adequados ao consumidor que se pretende atingir.

Alguns segmentos do público jovem, intelectualizados pelo ensino burguês e pela mídia a eles direcionada, têm a percepção dessa arte como estímulo e vanguarda do que lhes parece serem novas descobertas, investigação e afirmação de uma estética contemporânea. Os jovens burgueses adultos, com renda própria e verniz intelectual são também o grupo mais sensível aos produtos lançados pelos produtores de moda e

que se expressam em etiquetas e nos *slogans* do *social display*.

Este é o roteiro que, consciente ou inconscientemente, tem sido cumprido pelos artistas e pelas instituições responsáveis por esse tipo de arte. Uma agenda de providências muito semelhante à que se pratica no *marketing mix* dos produtos postos à venda através dos canais de distribuição comercial.

O modelo de política cultural adotado em alguns países, entre os quais o Brasil, tem favorecido o charlatanismo e o embuste. O Estado lava as mãos de dar suporte à criação artística, cria incentivos de dedução no imposto de renda das empresas e com isso gera um mecenato que se denomina genericamente de *marketing cultural*. Esta expressão significa que as empresas aplicam suas deduções fiscais em projetos culturais e procuram profissionalizar esta ação, dela retirando benefícios comerciais ou institucionais. Uma providencial confusão entre o que seja ou não cultural tem incentivado esse mercado.

Há um público consumidor de arte acrítico, na expectativa do novo porque o novo em arte significa o lançamento de um produto no mercado, com seu potencial de faturamento e sucesso. Como todos os produtos de consumo, a rápida obsolescência da arte cria condições para novos lançamentos. Então é preciso desenvolver produtos que não durem demasiado, de tal forma que possam vir a impedir novos lançamentos. Assim tem sido nas fábricas e lojas que vendem mercadorias caras e também nessa arte dos dias de hoje.

Em paralelo, a mídia promove espontaneamente essas experiências porque elas trazem consigo a essência da notícia – surpreende, são inéditas, chocam e por isso interessam aos leitores.

A conseqüência é a proliferação de projetos culturais e artísticos diferenciados, à maneira dos produtos de luxo das grifes internacionais de moda e consumo dirigidos a uma classe emergente de consumidores. Chamam a atenção e impressionam pelo choque, pela surpresa, pelo ineditismo de uma exposição que exhibe, por exemplo, uma máquina de fazer fezes.

---

e - m a i l : j a p i a s s u @ i i s . c o m . b r



ACERVO INSIGHT-INTELIGÊNCIA

Cabeça a prêmio

**João Combosta Priscilla do Empombal**

## PARA QUE SERVE A ARTE?

**Joel Birman**

PSICANALISTA

O debate que foi recentemente lançado por Affonso Romano de Sant'Anna, em *O Globo*, é de fundamental importância. Digo isso por diferentes razões. O que está em causa aqui não é apenas as artes plásticas, apesar de ter sido em torno dessas que o debate foi desencadeado, mas também os demais campos da produção artística. Isso porque se foram as artes plásticas que levaram ao seu limite a proposta vanguardista, o que se realizou nestas encontrou também os seus rastros e ecos nos demais campos da criação.

Para me referir a um exemplo bastante eloquente disso, já que está francamente na moda, é preciso considerar também o que se realiza hoje no campo da poesia brasileira. Com efeito, novos poetas surgem aos borbotões a cada dia e em qualquer esquina, numa torrente infindável de saraus, dentre os quais é preciso saber o que é poesia de boa cepa e o que não é absolutamente da ordem do poético. As tribos se organizam então numa feira de vaidades, alimentando rivalidades e ressentimentos, buscando sempre o espetáculo proporcionado pelas mídias.

Porém, não é apenas isso que está em jogo aqui, evidentemente. O fato de que o debate tenha sido levantado é um ato de coragem intelectual altamente louvável, numa tradição cultural como a nossa na qual não existem praticamente mais debates. Há muito já perdemos o bom hábito de que as mais diversas produções culturais devem ser não apenas lançadas na cena pública, para o deleite do respeitável público, mas também serem objeto de leituras rigorosas, de maneira a retirarem os criadores do lugar de seres olímpicamente intangíveis e de únicos formuladores de critérios estéticos que ficam além do bem e do mal.

Quero afirmar, assim, que os enunciados sobre o que é verdadeiro, justo e belo não podem ficar apenas restritos aos segmentos intelectuais que os produzem, sejam inscritos nos discursos da ciência, da ética, da política e das artes, mas devem ser também marcados pela crítica e pela interpretação provenientes dos demais campos do social. A construção da ordem democrática, tal como a concebo, deve ser sempre permeada pela interpelação recíproca entre os diferentes grupos sociais e as diversas modalidades de discursividade.

Creio que, formulando as coisas desta maneira, toco no ponto crucial que permeia o campo das vanguardas, qual seja, a de que o artista considera que pode realizar o que quer e bem entende em nome da suposta liberdade de criação, à medida que não existem critérios absolutos sobre isso. Assim, o que os receptores das artes pensam sobre o que aqueles dizem importa muito pouco, ficando sempre aquém do gesto soberano do criador. Estes se erigem então como detentores absolutos

dos cânones da criação de forma francamente paradoxal, já que a modernidade se caracteriza justamente pela abolição destes cânones. Tudo se passa então como se as produções artísticas fossem coisas tão sublimes que apenas os iniciados pudessem disso participar, pairando aí sempre entre os artistas a ameaça latente de que se queira impor sobre eles uma camisa-de-força sobre a liberdade de criação e até mesmo que se queira exercer o patrulhamento ideológico.

É claro que o modernismo se constituiu, desde a segunda metade do século XIX, com a proposta de que o mundo poderia ser inteiramente inventado, revirado de ponta-cabeça, de maneira a colocar frontalmente em questão a unívoca estabilidade do classicismo e os cânones estéticos estabelecidos pela tradição. Da arquitetura às artes plásticas, passando pela literatura, o teatro, o cinema, a música e a dança, o que estava sempre em jogo era a invenção de novas linguagens e de outras possibilidades de leitura do mundo. A cosmologia de Einstein, que relativizou a idéia de tempo, assim como a física quântica, que sublinhou a importância fundamental do lugar do observador no campo da experiência, foram concepções teóricas que delimitaram a nova posição na cena do mundo e que tiveram efeitos cruciais na retórica da vanguarda. Da mesma forma, em *A interpretação dos sonhos*, Freud delineou também esta outra posição da subjetividade, pela qual o desejo estaria no fundamento da produção de novas linguagens e de outros mundos possíveis. Com tudo isso, nos deslocamos decididamente da perspectiva ontoteológica de Leibniz, segundo a qual Deus tinha nos oferecido o melhor dos mundos possíveis.

Assim, se a condição de possibilidade disso tudo foi a morte de Deus (Nietzsche) e o assassinato do pai (Freud), isso não quer dizer que em consequência disso tudo seja enfim possível, como nos disse Dostoiévsky, numa formulação marcada pelo franco desespero e pela melancolia. O que foi descortinado luminosamente aqui, com todas estas mortes, foi a polivalência do mundo. Descobrimos então a existência do espaço social, permeado que é pelos conflitos de interesses entre os irmãos supostos agora como iguais, no qual a liberdade como princípio é o que se apresenta como o seu maior impasse. Isso porque se esperaria que para o exercício pleno dessa, num mundo perpassado pela igualdade e a fraternidade, não mais se estabeleceriam hierarquias entre as subjetividades. Contudo, isso exigiria de nós a possibilidade de traçar devidamente a fronteira entre o *gozo próprio* e o *gozo do outro*. É na dificuldade efetiva de empreender isso que se condensa o que existe de trágico na modernidade, na qual a subjetividade não sabe o quê fazer

concretamente com a sua liberdade. Seria esta distribuição do capital do gozo o que permitiria a efetiva igualdade e fraternidade, conferindo então materialidade corpórea à liberdade.

Portanto, relançar criticamente a questão do valor artístico das obras é retirar os criadores da posição olímpica, na qual o que conta apenas é o seu gozo próprio. O que deve se impor também, aqui e agora, é a legitimidade dos receptores da arte, de forma a inscrever neste circuito o lugar fundamental do gozo do outro. Com isso, nos deslocaríamos

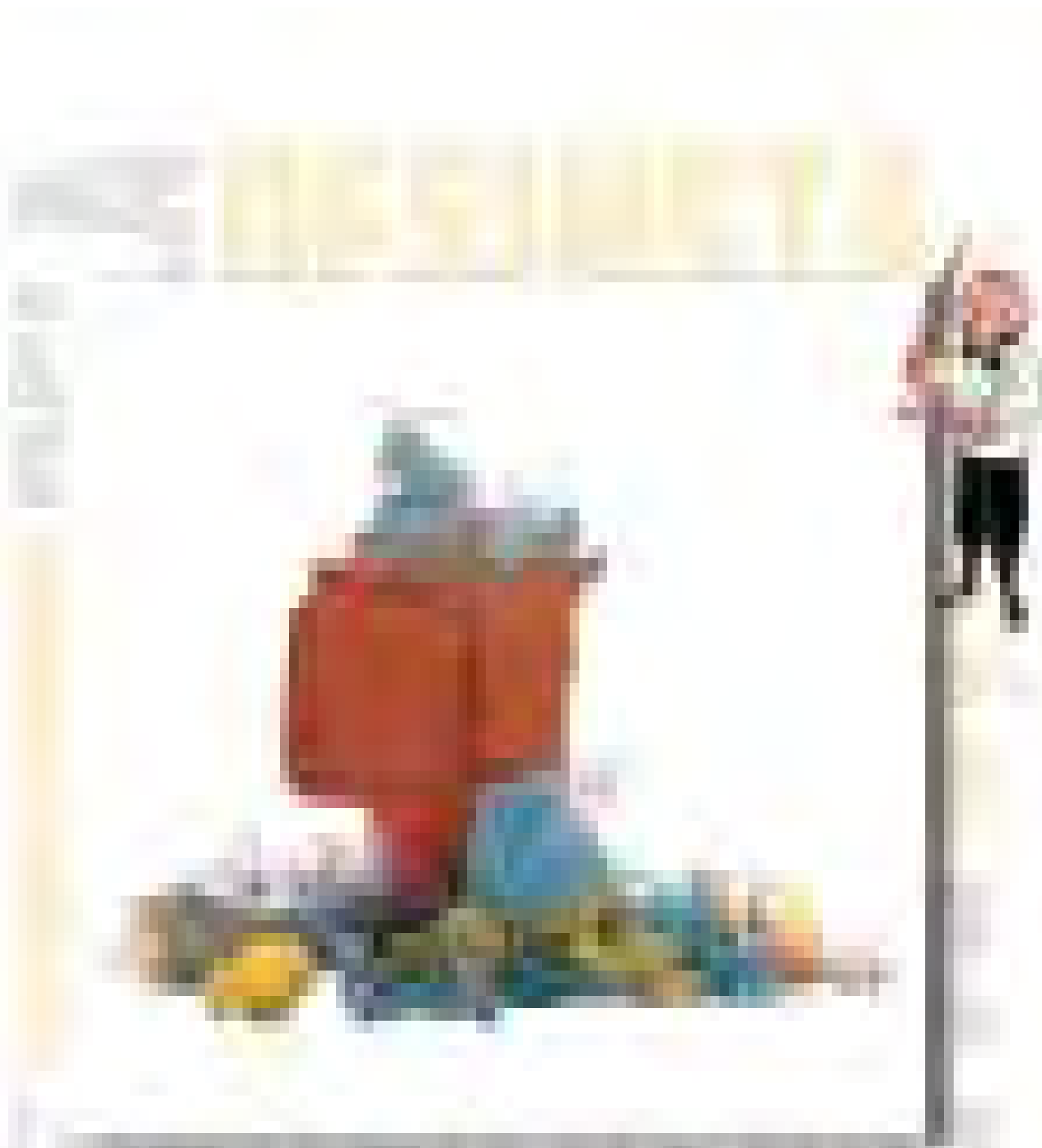
todos de uma posição servil e contemplativa das obras de arte, para nos introduzirmos nessas com as nossas pulsações desejantes, podendo devolver assim aos criadores o reconhecimento simbólico que as suas produções possam de fato merecer. Isso porque poderíamos agora dizer para que nos serve a arte, afinal das contas, à medida que estou sempre supondo aqui que essa deve servir para alguma coisa.

---

e - m a i l : l i v r a r i a m u s e u @ u o l . c o m . b r



ACERVO INSIGHT-INTELIGÊNCIA  
Crestomatia póstuma  
**Domingos Velho Jaboticaboso**



ACERVO INSIGHT-INTELIGÊNCIA

Primavera  
**Setembro Dodói**

# ALGUMAS REFLEXÕES

**Maria Luiza Leão**

PINTORA

A profissão do artista plástico se subdividiu ao longo do tempo, assim como a do médico, a do engenheiro e a de tantos outros, que passaram a comportar diferentes especializações.

Na Renascença um médico fazia de tudo: tratava de diarreias, fraturas, crises nervosas, infecções, apoplexias... Também o artista era polivalente e tendo acabado de entregar o risco para um bordado ou a moldura para um camafeu, prontificava-se a executar retratos, altares para igrejas ou túmulos para seus patronos.

A distinção entre as belas-artes e a arte aplicada já existia no início deste século, o que não impediu Dufy de projetar estamparias, nem Guignard de decorar de bom grado as portas de um armário.

Hoje o desenhista industrial ocupa seu nicho próprio, bem como o fotógrafo, o ilustrador, o cenógrafo, o artista popular, o primitivo (ou ingênuo) e aqueles que se costuma chamar de artesãos. Entretanto, devemos a todos eles obras de arte da melhor qualidade.

Já no campo em que se dividem os artistas ditos de *vanguarda* e os que trilham um caminho mais convencional, a situação é confusa e dá margem a confrontos. Os de vanguarda apresentam-se como os únicos criadores e consideram os demais ultrapassados. Estes por sua vez revidam, acusando seus opositores de incompetência ou arrogância.

Abriu-se tamanha distância entre as metas propostas pelos contendores, são tão diversas as aspirações do público que apóia este grupo ou aquele, que desconfo estarmos diante de mais uma subdivisão da arte, ainda não devidamente reconhecida.

Copiar não é criar, evidentemente. Também não o é a adaptação sem alma, preguiçosa ou oportunista de um modelo preexistente. E este modelo tanto pode ser uma gravura do século passado, quanto uma reprodução do que houve de mais revolucionário na última Bienal de São Paulo.

Em minha opinião, todo o artista que expressa sua visão particular (e única) da natureza, do homem e da vida, é um criador. Que sua contribuição seja discreta ou espetacular não importa, pois estou me referindo à própria essência da criação: a introdução em nosso mundo de algo que é significativo e que lhe faltava.

Este algo se insere nos vários níveis de nossa existência (o físico, o político, o metafísico...). E é inevitável que ele toque mais profundamente este ou aquele tipo de personalidade: o sensual, o contestador, o racional, o lírico, o contemplativo.

Os artistas de vanguarda avançam decididos rumo ao futuro, atra-

vés do emprego de novos materiais e novas formas de expressão. A sucessão dos movimentos artísticos, as teorias em que se apóiam, os problemas que levantam e as soluções propostas dão ensejo a debates e pesquisas. Aqueles que acompanham e valorizam este processo participam do desafio intelectual que ele representa. Têm a sensação de varrer o peso morto das convenções (mesmo o das que são recentes) e a cada passo desbravar territórios virgens.

Existem, porém, pessoas cujas maiores expedições são feitas sem sair de casa, sem deixar de observar através da mesma janela a copa da mesma árvore ou o perfil do mesmo telhado. Para elas o progresso não é retilíneo e, se eu tivesse de escolher a linha que o caracteriza escolheria a helicoidal, aquela que gira em torno de um único eixo, mas se eleva a cada curva. Essas pessoas chegam a suas certezas, não através de uma tese bem defendida e sim através de uma gestação. Elas não se deixam tolher por regras que perderam o sentido porque toda gestação pressupõe transformações. No entanto o novo que as emociona não é necessariamente o espantoso, o nunca visto, mas sobretudo o mágico, aquilo que se renovou por ter sido visto através de novos olhos.

Suponhamos que um artista acredite estar protestando contra a miséria na Somália ao colocar sobre um torrão de barro um rato que morreu de fome. Para mim essa intenção só se tornará clara caso sua obra seja acompanhada por explicações, tais como fotografias, objetos relacionados a ela, palavras escritas pelo autor ou pronunciadas por um guia. Já quando Munch pintou *O Grito*, seu desespero dispensou intermediários e até hoje nos atinge diretamente.

Seguindo tendência semelhante, aumentou o número de exposições em que a montagem é elemento essencial. As dimensões e a disposição das obras, a iluminação da sala e a cor de suas paredes, sensações sonoras e mesmo olfativas e táteis fornecem ao visitante uma experiência que deve muito ao teatro. Enquanto isso as pequenas naturezas-mortas de Morandi transmitem paz onde quer que estejam e a sensualidade das mulheres de Modigliani independe de um cenário.

Creio que as observações acima indicam que estamos diante de obras que diferem em seus meios de expressão e talvez até em seus propósitos. Elas não competem no mesmo plano e, por conseguinte, o mérito de umas não anula o das outras.

Muita gente confunde entender com *aceitar* ou *adotar*, atribuindo a falta de aceitação à falta de informação. Não é exato. Compreender a ascensão de Hitler numa Alemanha humilhada e espoliada pelo Trata-

do de Versailles não é o mesmo do que ser nazista. Entender que Pollock tenha incorporado às suas telas a força expressiva do gesto e as surpresas do acaso não quer dizer que se admire sua obra inteira. Sou tão capaz de avaliar os motivos que levaram um homem a cometer atos que eu não cometeria, quanto de acompanhar, de contestação em contestação, o caminho trilhado por artistas que não tocam minha sensibilidade. Talvez eu tenha perdido contato com eles por ter ficado ligada a raízes mais antigas. Talvez, por se terem desligado dessas raízes, foram eles que reduziram sua área de comunicação a uma sociedade de *iniciados* a que não pertenço.

Creio que todo artista tem o direito de escolher a linguagem em que melhor se expressa. E ao público deve ser dado o direito de optar pela linguagem que melhor reflete seus sentimentos. Já que a arte precisa de expressões diversas para se fazer ouvir plenamente, já que existe público para todas elas, não vejo por que não possa haver uma respeitosa coexistência. A única noção a ser abandonada é a da unanimidade, a do monopólio da verdade.

Na época de Tarsila e Mário de Andrade os artistas ditos acadêmicos fechavam as portas do Salão Nacional aos *modernos*. Hoje acontece justamente o contrário. Em vez de nos haveremos enriquecido conquistando um saudável acesso à variedade, estamos sendo empobre-

cidos por um novo monopólio.

Não há dúvida de que colecionadores e *marchands* defendem seus investimentos e, os decoradores, seus conselhos. Diretores de museus, secretarias e centros de cultura, curadores e críticos de arte defendem suas opiniões, sua posição e seu prestígio. A maioria deles tem acesso aos meios de comunicação, através dos quais o público é informado ou influenciado. Esses meios de comunicação estão voltados para o que se convencionou chamar de notícia: o que desperta a atenção através de um choque, ou aquilo que se alicerça em sólido patrocínio e maciça divulgação.

Ora, o que defendo aqui é a necessidade de apresentar uma visão da arte que seja de fato abrangente e não censurada seja por preconceito, seja por que interesses forem. Isto só será possível quando nossos meios de comunicação abrirem espaço para intelectuais das mais diversas tendências a fim de que, através da variedade apresentada, o público reassuma a faculdade de formar sua própria opinião e fazer suas próprias escolhas.

Quanto à maneira com que nossos artistas serão julgados pelas gerações futuras, isto só o tempo dirá.

---

e - m a i l : m l u i z a l e a o @ u o l . c o m . b r



# PÓS-PROBLEMA

**Gustavo Bernardo**

ROMANCISTA

Alguns conceitos não solucionam os problemas com que se depararam e ainda criam problemas novos. Entre eles, falemos brevemente dos conceitos de *pós-modernidade* (logo, dos conceitos de *modernidade* e *pós*) e de vanguarda (logo, do conceito de *retaguarda*).

*Pós-moderno* é, a nosso entender, uma explicação que mais complica do que explica. O problema começa no prefixo e termina na raiz. Designar algo como pós-o-que-vinha-antes indicia raciocínio fraco: não se demonstra capacidade para perceber e qualificar a diferença do tempo que se estuda e, ao mesmo tempo, não se reconhece a própria incapacidade, obrigando-se a “construir” uma designação que parece soar como sofisticada mas, à luz de um mínimo de atenção, revela-se viciosa. Dizer que algo é pós-qualquer-coisa é o mesmo que dizer que negócio é negócio, ou que pai é pai: não está errado, mas também não está certo. Deixa-se, ainda, uma armadilha para os próprios filhos e netos: que virá depois, o pós-pós-pós?

Essa armadilha, cumpre reconhecer, já se encontrava presente nos conceitos de *moderno* e *modernidade*. Por que seria absurdo uma época qualificar a si mesma de moderna? Ora, porque implica clara denegação do futuro; trata-se de tentativa meramente verbal de acabar com a História e declarar-se imortal. Se somos modernos, os que nos sucederem simplesmente não serão, isto é, não nos sucederão. É verdade que os modernismos, com maior ou menor consciência, souberam fazer ironia do absurdo, mas com o tempo a ironia se perdeu, dando margem à... pós-modernidade.

Reconhecer que esses conceitos são (muito) fracos não significa jogar na lata do lixo todos os teóricos que se chamam, ou que são chamados, de pós-modernos. O autor de *La condition postmoderne*, por exemplo, escapa das dicotomias fáceis e do vale-tudo de conceito tão abrangente ao entender como pós-moderna a incredulidade em relação aos metarrelatos, compreendo as novas narrativas do saber dentro do campo da cibernética, da hipertextualidade e dos jogos de linguagem. Há aí reflexão substantiva. Jean-François Lyotard produziu estudo sem dúvida fecundo, embora sob título problemático. Infelizmente, e como seria de se esperar, popularizou-se o pós-adjetivo e não a sua análise.

Os conceitos de *vanguarda* e *retaguarda* se inserem dentro do mesmo círculo urobórico. Têm por base o mito do progresso, calcado na suposição da linearidade da história, guardando incômodo parentesco com o jargão militar. Vanguarda supõe iniciativa e coragem, por-

que a morte é bem próxima. Retaguarda supõe proteção e medo, pela mesma razão.

Em termos estéticos, a vanguarda define-se dona da originalidade (outro conceito extremamente equívoco), lutando pela liberdade de pensar e de criar. As vanguardas que se supunham libertadoras, no entanto, transformaram-se em elitistas. Desejando se libertar das peias do mercado, tomaram conta do mercado e produziram obras que alcançaram cifras estratosféricas — o romance *La novia de Matisse*, de Manuel Vicent (Madrid: Punto de Lectura, 2001), “estuda” essa contradição de maneira especialmente aguda e sensual.

Obra de vanguarda, hoje, é sinônimo de obra inacessível, tanto em termos de compreensão quanto em termos econômicos. Vanguarda se supõe nova por definição, logo, liberadora, mas afigura-se conceito tão arrogante quanto o da pós-modernidade. As vanguardas do início e do fim do século XX embarcaram numa empresa de originalidade presa, por sua vez, à sociedade do espetáculo e, portanto, da reciclagem mais do que rápida, na qual originalidade se torna quimera tão distante que nem se a percebe como tal.

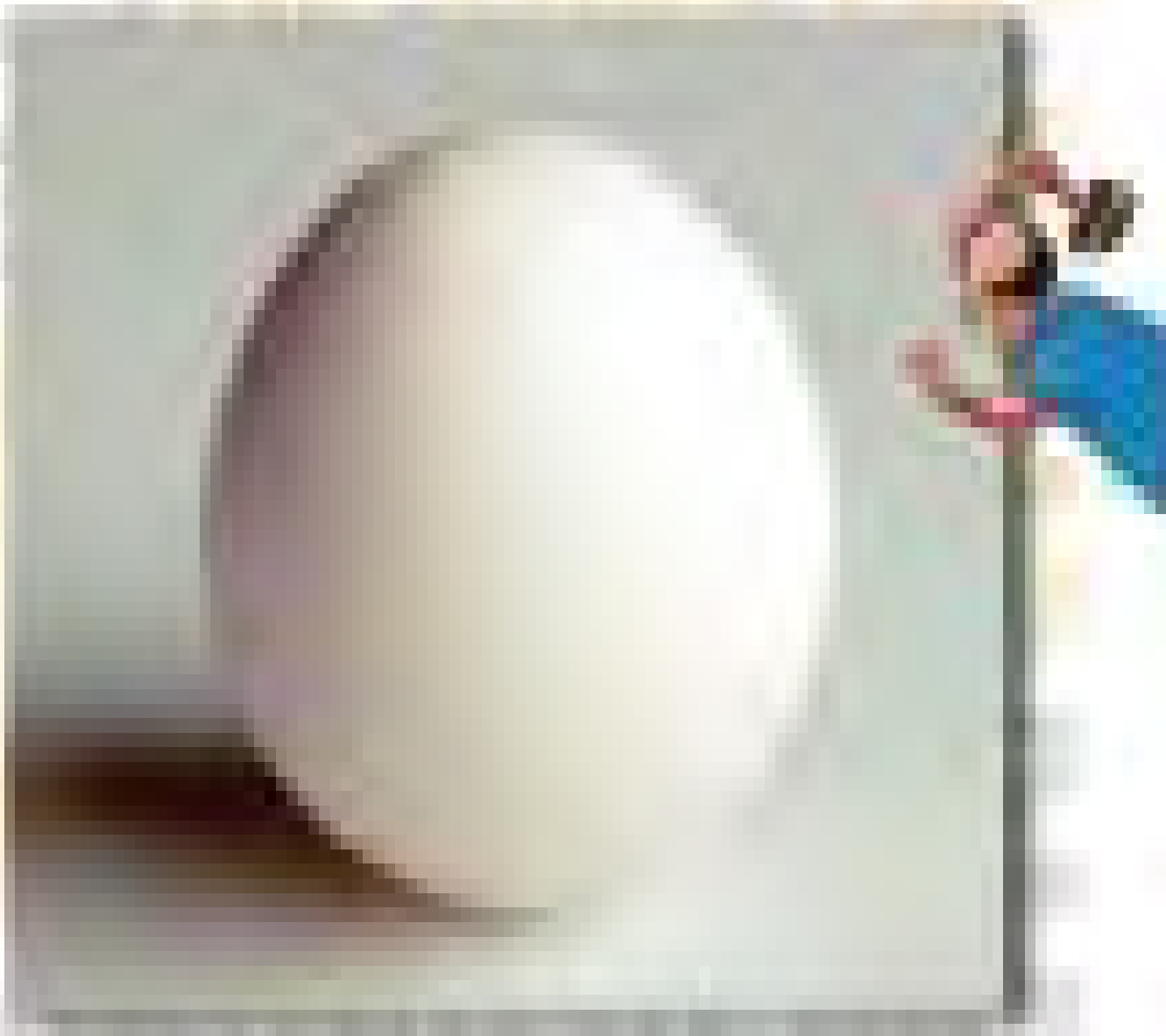
Uma das armadilhas em que os professores de literatura caem reside na necessidade de enquadrar todo autor e todo livro num “estilo de época”, a partir da falsa dicotomia razão-emoção fundada pela falsa querela entre românticos e realistas no século XIX. Ora, o artista pode se enredar numa variante da mesma armadilha, quando se rende à necessidade de enquadrar-se em um estilo ou em um grupo — por exemplo, para ganhar visibilidade nos *media*.

O processo se repete caso a caso. Não provoca certo constrangimento quando alguém se apresenta como “escritor”, “poeta”, ou “artista”? A auto-designação, muitas vezes acompanhada de pose “casual”, beira à arrogância (beira também ao ridículo). Supomos que o próprio interessado não pode decidir a respeito, mas sim os leitores, os espectadores, enfim, o tempo.

Se não é polido apresentar-nos como “artista, muito prazer”, o que não dizer de apresentar-nos como “sou da vanguarda, e a senhora?”? Como se pode saber, no próprio momento em que se faz, que o feito fez diferença e será considerado, pelos pósteros (ô palavra antiga), original? Como se pode saber, durante vida tão curta, que não se reproduziu tão-somente clichês e modelos à exaustão?

---

e-mail: [gustavobernardo@terra.com.br](mailto:gustavobernardo@terra.com.br)



ACERVO INSIGHT-INTELIGÊNCIA

## Ontológica IV

**Vaselina da Imprensa e Filhos**

# A PINTURA E O OLHO PÓS-MODERNO

**Israel Pedrosa**

PINTOR

No período atual em que a ciência e alta tecnologia instalaram definitivamente o extraordinário reino da virtualidade como universo paralelo, subvertendo progressivamente até os conceitos tradicionais de tempo e espaço, terá ainda sentido a formulação de Renoir, em epígrafe, síntese de constatações de estágios culturais precedentes?

Tudo indica que para o poeta Affonso Romano de Sant'Anna, o conteúdo dessa formulação continua plenamente válido, além disso, podendo ainda ser aprofundado por uma nova "Pedagogia do olhar". E ele não está só. Segundo seu próprio testemunho, em sua coluna semanal em *O Globo*, inúmeros artistas, inclusive o autor destas linhas, e intelectuais de diversas áreas, vêm demonstrando interesse em um debate público sobre a situação de nossas Artes Visuais, instigados por sua crônica: "Equívocos de Hockney" (15-XII-2001).

Como não poderia deixar de ser, é antiqüíssimo o interesse dos poetas pela pintura e pelas artes em geral, sendo sempre lembrado o juízo crítico de Dante sobre Cimabue e Giotto: o pioneirismo abstracionista de Goethe ao defender o círculo cromático como exemplo da mais bela harmonia de cores, as críticas de Arte de Baudelaire relativas à pintura francesa: a participação de Murilo Mendes nos Júris da Bienal de Veneza.

Vivemos hoje plenamente o que eram as previsões de Paul Valéry, em 1934, tratadas em seu ensaio "La conquête de l'ubiquité" – *Pièces sur l'Art - Oeuvres*, II, pp 1284 -1287. Gallimard, Paris, 1960:

"O espantoso crescimento de nossos instrumentos, a flexibilidade e a precisão que eles atingiram, as idéias e os hábitos que eles introduziram asseguram-nos transformações próximas e muito profundas na antiga indústria do Belo (...) Nem a matéria, nem o espaço, nem o tempo, são — há cerca de vinte anos — o que eles sempre foram. É de se esperar que novidades tão grandes transformem toda a técnica das artes, agindo assim sobre a própria invenção e indo até, talvez, a alterar maravilhosamente a própria noção de arte."

Se as vanguardas artísticas com tantas inovações expressionistas, cubistas, fauvistas, indo até o surrealismo, não modificaram ainda "a própria noção de arte" na época em que Valéry escreveu o ensaio citado, elementos de novas disciplinas científicas, desde muito começavam a fazê-lo.

A revelação científica do processo íntimo da percepção visual,

inaugurava ao mesmo tempo as premissas da integração do corpo humano como campo experimental da Arte. O que não tardou a surgir com as conquistas gestaltianas ao integrar a análise psicológica ao universo das formas. Processo que se materializaria na *Bauhaus* com o surgimento de novo ciclo da arte industrial, alterando o processo de criação e colocando em desuso a denominação de Belas Artes que, desde muito, caracterizava o amplo setor das Artes Visuais.

Com o fim da década de 30 do século passado, esgotava-se o impulso das denominadas Vanguardas, o que não impediria o surgimento de algumas notáveis personalidades artísticas, de variadas origens estéticas.

Hoje, dentro do experimentalismo que caracterizou o espírito das Vanguardas, manifestam-se alguns aspectos negativos desses movimentos, representados por setores sem princípios, limites ou fins definidos, predominados mais pela busca de notoriedade do que pelos objetivos da arte. Em roteiro decadente, de manifestações ingênuas ou grotescas, envolvem até as manifestações de pura escatologia.

## A sensibilidade instrumentada

Felizmente o universo artístico é bem mais amplo que os limites de qualquer dos movimentos artísticos tomados separadamente.

Ao lado da contribuição de outras disciplinas científicas, a Física moderna instrumenta o olhar pós-moderno com um tal arsenal de possibilidades que vai dos microscópios eletrônicos aos poderosos telescópios espaciais como o Hubble, lançado em 1990. Isto significa que a visão atual coadjuvada pelas sofisticadas câmeras fotográficas, cinematográficas e televisivas, penetra na estrutura do átomo e navega nas vastidões cósmicas, enriquecendo extraordinariamente nosso acervo de imagens visuais, hoje, monitorado pelas conquistas da computação gráfica.

De posse de todo esse aparato tecnológico de última geração, é necessário que o artista contemporâneo tenha plena consciência de que tais recursos eletrônicos não substituem o talento, nem a necessidade da especialização empírica e teórica no estudo das formas. Reino em que o artesanato se transforma em arte. Cabendo sempre novas abordagens no aprendizado do olhar, e por que não a instituição de uma Pedagogia do olhar, para a aquisição de um olho realmente pós-moderno?

Nesse universo de preocupações, cabe perfeitamente parafrasear Renoir: os meios eletrônicos para o artista não significam nada. É seu olho que continua a fazer tudo.

## Os artistas também desejam uma luz no fim do túnel

Integrados ao conjunto das transformações ocorridas na produção cultural que Lyotard denominou pós-moderna, participamos, queiramos ou não, dos benefícios e contrafações dos desmandos da indústria cultural e da cultura de massa, em um mundo cada vez mais globalizado, deixando antever um tipo de cegueira institucionalizada.

A ausência de um projeto cultural nacional atuante — do tipo do *Federal Art Project*, da mais ampla liberdade artística, instituído por Roosevelt para enfrentar o período da grande depressão — que beneficie a intelectualidade, o povo e a nação como um todo, nos deixa desarmados diante dos inconstantes modismos internacio-

nais, propiciando o surgimento de um lamentável espírito de subserviência mental frente à ação bem urdida de neocolonizadores.

Mas apesar dos entraves, os elementos saudáveis de nossa sociedade têm encontrado formas superiores de superação das dificuldades. A riqueza de nossas manifestações artísticas populares junto ao acervo cultural acumulado e o alto nível formal das modernas imagens visuais produzidas por nossas artes gráficas, publicitária e decorativa, nossa pintura, nossa fotografia, nosso cinema e por nossa vitoriosa indústria televisiva, por nossas Escolas de Samba — que se transformam, cada vez mais, em gigantescos palcos experimentais de fusão de seus elementos artísticos tradicionais com os modernos recursos tecnológicos para delírio popular — balizam o caminho do que possa ser a revitalização de nossa identidade artística, de nossos Salões e Bienais de Arte, de nossas pesquisas pós-modernas, pós-pictóricas e, sobretudo pós-coloniais.

# ARTE: INDIVIDUALISMO E MODERNIDADE

**Roberto DaMatta**

ANTROPÓLOGO

Escrevo essa nota convocado por Affonso Romano de Sant'Anna que, solitária e corajosamente, tem escrito um conjunto de observações sobre os caminhos e os descaminhos da “arte moderna”.

Numa série de mini-ensaios realizados com alta sensibilidade, descortino do campo e muita inteligência, Affonso abre um leque de questões.

Do ponto de vista da “arte” que aprendi e que me esforço por exercitar e dominar, a Antropologia Social e Cultural e, dentro dela, o estudo dos símbolos, dos rituais e dos valores, o ponto crítico da discussão diz respeito à questão do “modernismo”: aos valores que se associa e aos impulsos que desencadeou.

Se deslocarmos o eixo temporal dominante que lê o moderno somente em função do tempo — do que é atual e contemporâneo, para a noção sociológica que o moderno se define pela predominância da parte sobre o todo e/ou do indivíduo sobre a totalidade, creio que damos um passo básico para penetrarmos nas fragmentações e no mal-estar apontado por Affonso. De fato, num mundo dominado pelos valores individuais e pelo individualismo como ideologia, um mundo que nos dá a felicidade como um “direito” cívico, como estabelecer cânones de excelência do olhar e do que é olhado? Como criar redes de significado (que fatalmente remetem a uma totalidade e a normas compartilhadas) se um dos vetores sociais do mundo “moderno” é justamente o de explodir essas normas, inventando um universo no qual cada indivíduo é instado a redefinir as regras do jogo a todo momento? Sobre tudo quando se confronta (e não mais se defronta) com uma “obra” de arte? Objeto, aliás, que (não sem ambigüidades) recusa esse nome, bem como rejeita a transcendência material que era o apanágio da arte até então conhecida? O que fazer — perguntamos nós, com Romano de Sant'Anna e os curadores de museus — com objetos artísticos que trocam o bronze, o cobre, a pedra, o mármore e o ouro (esses metais da perpetuidade), por papelão, açúcar, chocolate e coco?

Ai está, no meu entender, o centro da questão. Trata-se de um deslocamento do campo artístico de uma posição fixa, marcada, entre outras coisas, pelo artista cercado de magia e mana criativo que, periodicamente doava ao público parcelas de sua genialidade, para uma posição solta, transitória e flutuante, na qual o expectador (e o artista) são situados num mesmo plano e forçados a reagir um ao outro. Coisa complexa, pois como mostra Affonso, as disponibilidades do artista (que vão da mais nua e crua picaretagem a mais nobre intenção e virtuosismo) nem sempre se sintonizam com as do público que, mes-

mo tendo feito seu dever de casa, continua no papel de “assistente”, de “convidado” e de mirador.

Na maior parte do tempo — e isso Affonso diz por todos nós — de mirador indignado e imbecilizado porque o que vê — como ocorreu recentemente comigo quando visitei a exposição do Museu Guggenheim, em Nova York, revolve sobretudo o estômago.

Inútil o pressuposto de que a platéia tem liberdade de reagir, quando se encontra numa galeria de arte ou num museu, num contexto fechado, dotado de molduras culturais claras e definitivas e protegido por todo um conjunto de imagens tradicionais. Seria o mesmo que dizer a um “pobre” brasileiro, analfabeto, negro, maltrapilho, incapaz de articular sua revolta coordenadamente, que fizesse um discurso em praça pública ou escrevesse um artigo na *Folha de São Paulo*. Affonso coloca o dedo na ferida quando pergunta: “Até que ponto somos coagidos a não dizer o que realmente pensamos e sentimos diante de certas obras para não desagradar amigos e conhecidos, ou temerosos de passar por ‘reacionários’, ‘antigos’ e ‘conservadores’?”

Acrescentaria que essa coação vem de longe, pois mesmo quando o artista solicita uma resposta, não se pode rasgar, desenhar, cuspir no quadro, ou (como senti vontade de fazer em Nova York) deixar um bilhete malcriado ou simplesmente desarrumar certas “instalações”. Não se pode pretender que visitar uma galeria ou museu seja o mesmo que ir a um comício político, a uma reunião da diretoria ou a um ritual religioso, quando certos aspectos críticos de nossas vidas estão em jogo.

De qualquer modo, Affonso aborda um ponto capital, a saber: até onde o individualismo e a liberdade artística podem se confundir com a impostura, com a picaretagem e com um besteirol estético? Sobre tudo do besteirol a serviço de uma rede malandra de vendedores de arte interessados em ganhar dinheiro?

Algumas de suas considerações me lembraram diversas lições do velho sociólogo francês Émile Durkheim quando ele adverte que a doença e o sofrimento fazem parte da vida social, com a condição de que sejam evitadas. Do mesmo modo e pela mesma lógica, Affonso questiona se todo esse individualismo não deveria ser usado e, sobretudo, visto com mais honestidade e sensatez intelectual. Não porque a pessoa é contra o abstracionismo ou a contemporaneidade gozosa e criativa da arte, mas para poder honrar (o termo é velho, mas não foi ultrapassado) a própria idéia do fazer estético.

---

e-mail: Roberto.A.DaMatta.1@nd.edu



COLEÇÃO INSIGHT-INTELIGÊNCIA

Sacco e Vanzetti no Jardim das Oliveiras

**Bocó**



# PREDADORES de corpos

**Ricardo de Oliveira Souza**  
NEUROLOGISTA

**Rogério Payzano Marrocos**  
PSIQUIATRA

**Jorge Moll**  
NEUROLOGISTA

# PREDADORES de almas

**“Que eu saiba, por mais simpático que fosse no primeiro encontro, não nutria qualquer sentimento humano, amor, amizade, ou carinho. Uma vez em Xangai, eu estava sentado a seu lado vendo a apresentação de uma criança acrobata, que de repente errou um movimento e caiu, ficando gravemente ferida. O público ficou boquiaberto, abalado pela tragédia, e a mãe estava inconsolável. Mao, no entanto, continuou a falar e a rir como se nada tivesse acontecido. [...] Sua política não tinha lugar para a moralidade. [...] Mao estava pronto a sacrificar seus próprios cidadãos para alcançar seus objetivos...”**

**A VIDA PRIVADA DO CAMARADA MAO (LI ZHISÚI, 1994)**



## Lobos em Pele de Cordeiro

O trecho de abertura deste artigo foi extraído das memórias do médico particular de Mao Tsé-Tung. Ilustra uma situação cotidiana e universal, merecedora de divulgação para que as pessoas de bem possam reconhecer e se proteger de uma das principais causas de infortúnios pessoais e calamidades sociais geradas pela ação humana.

*Tecnicamente*, os psicopatas integram de 3% a 5% da população, cuja principal característica formal é a *ausência do sentido moral*. Na prática, apresentam um distúrbio de personalidade de causas complexas, que se manifesta desde a infância e final da adolescência pela falta de compaixão pelos semelhantes, lealdade e remorso. Aliadas a esse “defeito essencial”, associam-se manifestações como loquacidade e charme superficial, sentimentos injustificados de valor e dotação pessoais, mentiras gratuitas e contraditórias, manipulação e chantagem, ausência de culpa, frieza em relação ao próximo, estilo de vida parasitário e interesseiro, irresponsabilidade, inconstância nos estudos e no trabalho, e delinqüência (frequentemente iniciada na infância e adolescência). Essas características constituem algumas das que Hare incluiu na “Lista de Verificação de Psicopatia”, utilizada rotineiramente em diversos contextos penais e cíveis do Canadá e Estados Unidos durante anos.

Salientando que o diagnóstico formal de psicopatia deve ser feito por profissional qualificado e deixando de lado as controvérsias acadêmicas que circundam o tema (terminologia, causas específicas, fronteiras entre psicopatia e personalidade normal), enfatizamos que a figura do psicopata é suficientemente estereotipada para ser informalmente reconhecida com alguma facilidade. Que o digam as expressões populares “171”, “carreirista”, “trambiqueiro”, “oportunista”, “mau-caráter”, “vigarista”, “canalha”, para citar apenas algumas. Embora o “Manual para Identificação do Psicopata Cotidiano” ainda não tenha sido escrito, gostaríamos de adiantar algumas advertências que nos têm sido úteis no dia-a-dia e que deverão constar de qualquer manual desta natureza.

### PRIMEIRO. OS PSICOPATAS ESTÃO ENTRE NÓS.

Esteréotipos do cinema — como o do Silêncio dos Inocentes ou do Cabo do Medo — representam casos extremos de uma condição que está do lado de cá da tela, andando ao nosso lado nas ruas e entrando em nossas casas de maneiras

diversas e inesperadas: envolventes para com quem lhes possam ser úteis, insensíveis, arrogantes e cruéis com aqueles em situação hierarquicamente desfavorável. Exímios leitores de almas e mentes, transpiram cultura e autoconfiança, manipulando os sentimentos alheios com desprendimento arrebatador.

### SEGUNDO. O PSICOPATA OCORRE EM QUALQUER CAMADA SOCIAL E EM ROUPAGENS VARIÁVEIS.

É dramático testemunhar a devastação causada por um filho psicopata sobre suas famílias, cujos integrantes se torturam procurando “onde foi que erraram”. Essas famílias habitam favelas ou áreas nobres. Sua condição social não prediz a ocorrência de psicopatia da maneira ideologicamente óbvia como muitos, desavisadamente, supõem. Frases como “Não acredito no Mal absoluto” traduzem uma atitude ingênua baseada em preconceitos éticos ou religiosos, pessoais e irrealistas, que facilita as investidas do psicopata, pois bosquejam de romantismo uma situação de alto risco para os ingênuos que nela se embarçam.

### TERCEIRO. NENHUM SETOR DA ATIVIDADE HUMANA ESTÁ LIVRE DAS AÇÕES E INFLUÊNCIAS DOS PSICOPATAS.

Isto inclui, evidentemente, políticos, profetas e líderes religiosos, patriotas e revolucionários, advogados e magistrados, médicos, astrólogos, professores, construtores civis, agentes financeiros, desportistas, comunicadores da imprensa escrita e falada, teatro e cinema, carcereiros e encarcerados, mediadores de contatos com extraterrestres. Embora não haja fórmulas infalíveis para detectá-los, os psicopatas tendem a vissejar em ambientes culturais desestruturados, bem como nos regimes totalitários, tanto a nível nacional como em escala pessoal, mutilando incautos e desesperados que, comumente, vão a eles por vontade própria em busca de soluções impossíveis. Muitas vezes, cartomantes, parapsicólogos e curandeiros dão-nos exemplos de psicopatas predando indivíduos fragilizados pela leucemia de um filho ou pela doença longa e incurável do cônjuge.

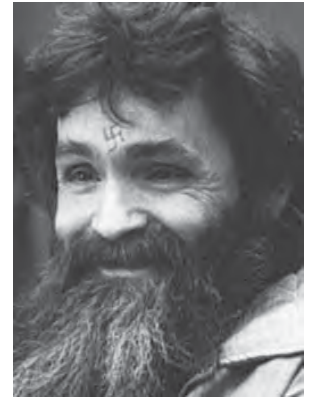
### QUARTO. NÃO EXISTE CURA. TAMPOUCO TRATAMENTO SUFICIENTEMENTE EFICAZ. PARA A PSICOPATIA.

Não adianta oferecer medicamentos, psicoterapia, “amor”, “compreensão”, “a outra face”, “mais uma chance”. Eles apenas se vão após exaurir o último recurso material ou espiri-

## Quadro 1. Elementos Essenciais para o Diagnóstico de DPAS segundo a APA

**DESCONSIDERAÇÃO POR E VIOLAÇÃO DOS DIREITOS DOS OUTROS DESDE OS 15 ANOS DE IDADE, CONFORME INDICADO POR, PELO MENOS, TRÊS DOS SEGUINTE:**

- Incapacidade de se conformar às normas sociais no que diz respeito a condutas legais, indicado pela execução repetida de atos que justifiquem detenção.
- Fraudulência, indicado por mentiras repetidas, uso de nomes falsos ou chantagem, para lucro ou benefício pessoal.
- Impulsividade ou incapacidade de planejar.
- Irritação e agressividade, conforme indicado por brigas ou assaltos.
- Desconsideração imprudente pela segurança pessoal e de terceiros.
- Irresponsabilidade consistente, indicado por incapacidade repetida de manter trabalho ou honrar obrigações financeiras.
- Ausência de remorso, indicado por indiferença ou racionalização por magoar, maltratar, ou roubar outras pessoas.

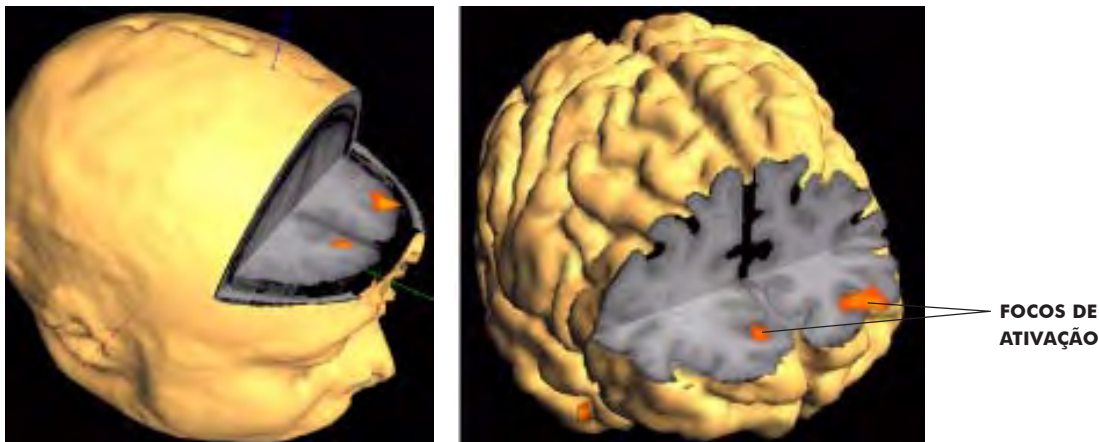


## Quadro 2. Condições clínicas que se expressam por comportamentos anti-sociais

DPAS	Distúrbio de Conduta (infância)
Psicopatia no adulto	Pseudopsicopatia
Psicopatia na infância	Sociopatia Adquirida

## Figura 1.

**Ativação cerebral detectada por RMf (Ressonância Magnética Funcional) em indivíduos normais induzida pelo julgamento de sentenças morais, do tipo "burlamos a Lei se necessário"**



ESSAS REGIÕES ENCONTRAM-SE REGULARMENTE ATINGIDAS, NO TODO OU EM PARTE, POR LESÕES QUE RESULTAM NA CONDIÇÃO DE SOCIOPATIA ADQUIRIDA.

tual de suas vítimas, muitas vezes um amigo fiel, um pai idoso, ou uma irmã conscienciosa. Simplesmente, ainda não existem respostas. Mas o reconhecimento do problema representa passo indispensável à formulação de soluções.

#### **QUINTO. A PSICOPATIA GUARDA RELAÇÕES ESTREITAS COM O ABUSO DE DROGAS ILÍCITAS.**

Em muitos casos, o abuso de drogas ilícitas na adolescência reflete o lado mais eloqüente de um distúrbio de personalidade. A primeira ação diagnóstica nesses casos — como em qualquer indivíduo trazido à avaliação por abuso de drogas ilícitas — é investigar a possibilidade de psicopatia subjacente. Este princípio tem importantes conseqüências econômicas, pois o prognóstico de recuperação da dependência química é mais sombrio quando sintoma de uma personalidade anormal. Muito se tem gasto com campanhas e tratamentos sem o cuidado de separar os indivíduos com distúrbio de personalidade como beneficiários desses programas. As verbas são em grande parte desperdiçadas pelo não-reconhecimento deste fato, além de caírem no lugar-comum “o que o drogado precisa é de estrutura familiar, amor e compreensão”.

#### **SEXTO. DESNECESSÁRIO ENFATIZAR A IMPORTÂNCIA DA APREENSÃO DOS CONCEITOS DE PSICOPATIA PELOS BRASILEIROS.**

Embora não existam estudos de larga escala entre nós, é provável que parte dos infortúnios sociais que nos aflige como nação se deva à ação predatória de psicopatas que ascenderam a cargos de decisão. Uma das conseqüências previsíveis da ocupação progressiva de cargos decisórios por psicopatas é a obstrução do acesso de indivíduos normais e a deterioração do organismo social ao longo do tempo. Esta situação pode ser vislumbrada no noticiário cotidiano. O lado patético da história é assistirmos às ações de psicopatas travestidas de debates ideológicos ou éticos pelos não anti-sociais. Um estudo interessante é a determinação das razões históricas que facultaram a ascensão vertical de psicopatas em nosso meio.

#### **SÉTIMO. CONHECER A PSICOPATIA E IDENTIFICAR “O PSICOPATA AO LADO” NÃO É UMA INDAGAÇÃO PRIMARIAMENTE ACADÊMICA OU FILOSÓFICA.**

Trata-se de uma questão de defesa pessoal e, por extensão, coletiva. O que aconteceria à humanidade se um psicopata ascendesse a cargos de poder é muito mais do que enredo de ficção: tal fato já se deu inúmeras vezes ao longo da

História, com conseqüências devastadoras para as legiões de crédulos que apenas tarde demais se tornaram incrédulos. Basta olhar os efeitos de Calígulas, Neros, Sades e Himmlers sobre os milhões cruelmente sacrificados a seus pés, freqüentemente sob a égide de preceitos éticos louváveis. Não obstante, o psicopata que nos lesará no futuro à vista decerto não está tangendo liras nem incendiando cidades: é mais provável que espreite à nossa volta, exalando sedução (um presentinho aqui, uma palavra de incentivo ali “quando mais precisamos”), à espera de uma oportunidade para “fazer um empréstimo” (por coincidência, no dia do nosso pagamento, com uma história de partir o coração).

Muitos dos que seguiram estas linhas até aqui estarão admirados em se aperceber que o cunhado, o marido, uma manchete de jornal, se enquadram no perfil acima e que, de repente, “muita coisa fez sentido”. É freqüente experimentarmos este sentimento em conversas informais com amigos e conhecidos. Quanto antes os reconhecermos, mais oportunidades teremos de neutralizar seus intentos predatórios, minimizando danos materiais, morais e, muitas vezes, (literalmente!) perdas de vidas.

### **Psicopata & Anti-sociais**

A psicopatia é um dos distúrbios de personalidade subjacentes ao Distúrbio de Personalidade Anti-Social (DPAS), categoria diagnóstica que se baseia em um elenco de *comportamentos* definidos pela Associação Psiquiátrica Americana (Quadro 1). De modo geral, todo psicopata é portador do DPAS, embora o contrário não seja necessariamente verdadeiro.

Além disso, para que o DPAS seja reconhecido, é preciso que o indivíduo tenha, pelo menos, 18 anos e que, antes dos 15 tenha preenchido os critérios para o diagnóstico de Distúrbio de Conduta, equivalente infantil do DPAS.

O termo “psicopatia” designa a faixa mais grave do espectro do DPAS porque acrescenta aos comportamentos anti-sociais uma qualidade própria de emocionalidade e interação interpessoal marcadas pela frieza e ausência de remorso. Os indivíduos adultos com DPAS que não são psicopatas causam menos mal, podendo até manifestar bons sentimentos e, dentro de certos limites, manter relacionamentos interpessoais produtivos. Como sua constituição emocional e interativa com os outros não tem o caráter insensível e superficial dos psicopatas, o estilo de conduta de muitas dessas pessoas é melhor descrito como

*parasitário* do que *predador*. Outras condições que se manifestam por distúrbio de personalidade anti-social estão listadas no Quadro 2.

Os limites nosológicos entre esses construtos, ainda controversos, têm sido alvo de intensas investigações em diversos centros de pesquisa europeus e norte-americanos. Discutir a questão foge aos propósitos deste ensaio, mas este e outros aspectos podem ser aprofundados em diversos textos recentemente publicados por autoridades na área, alguns dos quais estão citados na lista de referências.

## Considerações Neurobiológicas

O DPAS em geral, e a psicopatia em particular, encerram elementos essenciais para a compreensão da constituição psico-social do homem. Um aspecto crítico do comportamento psicopata é o fato de que esses indivíduos são capazes de *verbalizar* com exatidão princípios e regras de conduta que todos usamos de maneira implícita em nossas interações cotidianas. O desvio de comportamento fica evidente, *principalmente, em situações de conflito de interesse*. A colisão entre o que dizem e como agem em relação aos semelhantes é tipificada pelo líder político ou religioso que proclama a supremacia ideológica ou política de seus correligionários ao mesmo tempo em que tortura e assassina oponentes, dissidentes, e “hereges”. Este fenômeno permeou sistemas político-ideológicos influentes no século XX, sem predileção pela orientação de “direita” ou de “esquerda” de seus credos, como o caso da Ku-Klux-Klan, do nazismo e do stalinismo.

A dissociação entre comportamento verbal (*dizer* o que é certo) e moral (*fazer* o que é certo) demonstra que a *consciência* do Bem não garante o *exercício* do Bem. Como evidenciado no comportamento psicopata, outros fatores além desta consciência devem operar nos indivíduos normais permitindo que o conhecimento de regras e preceitos de conduta influencie e module as ações interpessoais. Diversos estudos têm indicado que este fator é representado por uma família de emoções tipicamente (mas não exclusivamente) humanas, que repousam na base dos comportamentos e ações altruístas. Estas emoções, coletivamente denominadas “empáticas” ou “pró-sociais”, favorecem comportamentos gratuitos e espontâneos em benefício de outrem, e inspiram palavras como cooperação, solidariedade, generosidade, dadasidade, prodigalismo, desprendimento, pena, remorso, arrependimento,

compartilhamento, nobreza, caridade. O comportamento moral deriva da empatia, que atua como facilitador de ações altruístas e, ao mesmo tempo, como supressor de ações egoístas. Nas pessoas normais, um delicado equilíbrio é estabelecido entre esses pólos, sensibilizando o indivíduo em um sentido ou outro na dependência de fatores inerentes a cada situação. Desprovido de empatia, o elemento lógico-verbal da moral reduz-se a um recitativo estéril de preceitos, parábolas e axiomas, insuficientes para harmonizar conflitos interpessoais. Desprovida de sua dimensão lógico-verbal, a empatia se mostra insuficiente para lidar com a complexidade das situações humanas, correndo o risco de guiar as interações pessoais por caminhos estritamente passionais e irracionais.

Um dos aspectos mais relevantes da pesquisa contemporânea sobre os psicopatas recai em investigações de seus cérebros por técnicas avançadas de neuroimagem e análise comportamental. Tais estudos têm revelado que, ao menos em parte, os psicopatas apresentam alterações de regiões cerebrais específicas que medeiam os comportamentos sociais complexos. Tais pesquisas estão centradas em duas fontes gerais de informação. A mais tradicional parte de investigações comportamentais e neurofisiológicas em psicopatas. A segunda se baseia na observação de indivíduos previamente normais transformados em anti-sociais por lesões em locais estratégicos do cérebro. Essas lesões compreendem doenças cerebrovasculares, traumatismos crânio-encefálicos, doenças degenerativas e tumores. A importância da condição, mais conhecida como “sociopatia adquirida”, reside no fato de que a conduta anti-social emerge como mudança de personalidade em indivíduos até então normais e produtivos.

Estudos de neuroimagem funcional em indivíduos normais engajados na efetuação de julgamentos morais revelam a ativação das mesmas áreas cerebrais que, quando lesadas, dão origem à condição de sociopatia adquirida. Essas áreas compreendem o pólo e a base dos lobos frontais e a parte mais anterior dos lobos temporais, principalmente o direito (ver Figura 1).

A figura da esquerda mostra a orientação do cérebro em relação ao crânio. À direita, as áreas de ativação são melhor evidenciadas. Os focos de ativação, representados em vermelho, envolvem o pólo frontal esquerdo, a face interna do lobo frontal direito e o terço anterior do lobo temporal direito. Essas regiões encontram-se regularmente atingidas, no todo ou em

parte, por lesões que resultam na condição de sociopatia adquirida.

Esses resultados, embora preliminares, revelaram, pela primeira vez, a existência no cérebro humano de redes neurais diretamente envolvidas com o julgamento moral, descrevendo novos horizontes para a investigação empírica dos comportamentos anti-sociais. Investigações futuras deverão verificar se — e em que — o cérebro dos psicopatas difere do cérebro das pessoas normais quando processam estímulos sociais ou julgam situações morais. Essas investigações tam-

bém deverão considerar as características neurológicas que distinguem os não-psicopatas com DPAS dos psicopatas, propriamente ditos. Talvez o mais importante é que hoje dispomos, pela primeira vez, de instrumentos capacitados a testar hipóteses relativas a problemas seculares que jamais saíram do campo das opiniões acaloradas por falta de uma metodologia à altura da complexidade do objeto de investigação — a mente de Satanás.

e - m a i l : m a r r o c o s 5 6 @ h o t m a i l . c o m

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS E SUGESTÕES DE LEITURA ADICIONAL

Adolphs R. Social cognition and the human brain. *Trends Cogn Sci* 1999;3:469-479.

American Psychiatric Association. *Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders, Fourth Edition, Text Revision (DSM-IV-TR)*. Washington, DC: American Psychiatric Association, 2000.

Blair RJR. A cognitive developmental approach to morality. Investigating the psychopath. *Cognition* 1995;57:1-29.

Damasio A. *Descartes' Error. Emotion, Reason, and the Human Brain*. New York: Avon Books, 1994.

Eslinger PJ. Neurological and neuropsychological bases of empathy. *Eur Neurol* 1998;39:193-199.

Eslinger PJ, Moll J, Oliveira-Souza R. Emotional and cognitive processing in empathy and moral behavior. *Behavioral and Brain Sciences* 2002 (in press).

Hare RD. *Without Conscience. The Disturbing World of the Psychopaths Among Us*. New York: Pocket Books 1993.

Lilienfeld SO. Methodological advances and developments in the assessment of psychopathy. *Behav Res Ther* 1998;36:99-125.

Miller BL, Hou C, Goldberg M, Mena I. Anterior temporal lobes: social brain. In: *The Human Frontal Lobes. Functions and Disorders*. BL Mi-

ller & JL Cummings, eds. New York: The Guilford Press, 1999.

Moll J, Eslinger PJ, Oliveira-Souza R. Frontopolar and anterior temporal cortex activation in a moral judgment task. *Arq Neuropsiquiatr* 2001;59:657-664.

Moll J, Oliveira-Souza R, Eslinger PJ, Bramati IE, Miranda JM, Andreiuolo PA, Pessoa L. The neural correlates of moral sensitivity: a functional MRI investigation of basic and moral emotions. *J Neurosci* 2002 (in press).

Oliveira-Souza R, Moll J. The moral brain: Functional MRI correlates of moral judgment in normal adults. *Neurology* 2000;54 (suppl. 3):252.

Raine A, Lencz T, Bihrlle S, LaCasse L, Colletti P. Reduced prefrontal gray matter volume and reduced autonomic activity in antisocial personality disorder. *Arch Gen Psychiatry* 2000;57:119-127.

Rozin P, Lowery L, Imada S, Haidt J. The CAD triad hypothesis: A mapping between three moral emotions (contempt, anger, disgust) and three moral codes (community, autonomy, divinity). *J Pers Soc Psychol* 1999;76:574-586.

Tranel D. "Acquired sociopathy": the development of sociopathic behavior following focal brain damage. *Prog Exp Pers Psychopathol Res* 1994;3:285-311.





# **ASSASSINATOS REAIS DE MITOS ERRANTES (I)**

FRANS MOONEN  
Antropólogo

**DE**

**MITOS  
ERRANTES  
(I)**





# O PORAIMOS (HOLOCAUSTO) CIGANO

O mais selvagem e bárbaro genocídio de que se tem notícia, em toda a história da humanidade, ocorreu não em séculos passados, entre povos então ditos “primitivos” ou “selvagens”, ou no Brasil, mas em pleno século XX, na Alemanha, país (pelo menos até então) considerado “civilizado”. As únicas vítimas do terror nazista que costumam ser lembradas, no entanto, são apenas os judeus, e quase nunca os ciganos. Enquanto hoje a bibliografia sobre o holocausto judeu é imensa, não faltando inclusive museus e memoriais especialmente construídos para lembrar este triste genocídio, o holocausto cigano sempre foi considerado um fato de menor importância. Os documentos históricos provam que não foi bem assim e que, lamentavelmente, ao lado de cerca de seis milhões de judeus, nos mesmos campos de concentração, nas mesmas câmaras de gás, nos mesmos crematórios, ou então fora deles num lugar qualquer da Europa, foram massacrados também cerca de 250 a 500 mil ciganos. Só recentemente começaram a ser publicados ensaios, inclusive por autores alemães da geração pós-guerra, sobre este “holocausto esquecido”, o holocausto cigano, que os intelectuais ciganos de hoje preferem chamar de ‘poraimos’, para diferenciá-lo do holocausto judeu.<sup>1</sup>

Gilsenbach cita três fatores que facilitaram a perseguição aos ciganos na Alemanha antes e durante a Segunda Guerra Mundial: (1) o já tradicional ódio dos alemães e de outros europeus aos ciganos, existente já desde o século XV; (2) os arquivos desde o final do século XIX existentes sobre ciganos na polícia criminal e (3) as teorias de antropólogos, psiquiatras e médicos sobre “higiene racial” e “biologia criminal”. Os dois últimos fatores precisam de alguns comentários.<sup>2</sup>

No início do século XX, as políticas (anti) ciganas alemãs não foram idênticas em todo o país, mas cada estado ou província [*Land*] inventava as suas. Em Munique, na



Bavária, já em 1899 criou-se um Serviço de Informação Cigana que registrava todos os ciganos do estado. Em 1905 o seu diretor, Alfred Dillmann, publicou os primeiros resultados no *Zigeunerbuch*. [O Livro Cigano, também vendido nas livrarias] que continha o registro, com uma dezena de dados pessoais, de 3.350 ciganos e que se destinava a ajudar a polícia na ‘erradicação da praga cigana’.

Em 1925/26 a Bavária editou uma lei que tornou obrigatória a vida sedentária e condenou a dois anos de trabalhos forçados ciganos não regularmente empregados, lei que em 1929 passou a ser válida na Alemanha toda. Mas já em 1927, todos os ciganos alemães foram obrigados a andarem sempre com um documento de identidade, com retrato, impressões digitais e outros dados pessoais.<sup>3</sup> Alguns anos depois foi criado o Serviço Central de Combate à Praga Cigana, órgão nacional que incorporou o Serviço de Munique e outros semelhantes então existentes, e passou a ser dirigido pelo mesmo Dillmann, que em pouco tempo reuniu informações sobre mais de trinta mil ciganos alemães. Este serviço anti-cigano foi extinto em 1947, mas recriado em 1953, embora com outro nome; definitivamente extinto foi somente em 1970, vinte e cinco anos após o término da Segunda Guerra Mundial!<sup>4</sup>

O serviço alemão de Combate à Praga Cigana, sem dúvida alguma, foi o mais eficiente do mundo e poucos ciganos devem ter escapado de seus registros. No entanto, também em outros países foram realizados recenseamentos ciganos, criados cadastros permanentes da população cigana e leis para evitar ou, pelo menos, controlar a sua presença no país. Até a famosa Interpol (na época chamada Comissão Internacional de Polícia Criminal) criou em 1936, em Viena, um Centro Internacional para a Luta Contra a Praga Cigana, cujos arquivos foram destruídos em 1945.<sup>5</sup> Ou seja, quando em 1933 os nazistas chegaram

ao poder, tanto na Alemanha quanto em vários países vizinhos (p.ex. França e Holanda) que depois seriam ocupados, a maioria dos ciganos já estava devidamente registrada e identificada, e já existiam políticas anticiganas.

A diferença era que agora os ciganos passaram a ser perseguidos — e depois exterminados — também por motivos raciais, e não apenas por serem considerados associais ou criminosos natos. Embora os alemães tenham negado isto após a Segunda Guerra Mundial, quando foram obrigados a pagar indenizações às vítimas perseguidas por motivos raciais (admitindo-se como caso único os judeus), e embora tenham sempre afirmado que os ciganos foram perseguidos por serem “associais”, e não por serem de uma raça diferente, não resta a menor dúvida que ambos os fatores pesaram na perseguição. Muitos documentos e ensaios “científicos” da época comprovam, sem sombra de dúvida, que não somente os judeus, mas também os ciganos eram considerados membros de “raças” diferentes consideradas perigosas, porque poderiam contaminar a pureza racial ‘ariana’. Para esta justificativa “racial”, a Alemanha pôde contar com vários médicos, biólogos e antropólogos.<sup>6</sup>

Já em 1904 o antropólogo Alfred Ploetz fundou o “Arquivo para Raciologia e Biologia Social”, que no ano seguinte virou “Sociedade para Higiene Racial”. Anos depois, os antropólogos Bauer, Fischer e Lenz publicaram um manual sobre Genética Humana e Higiene Racial, que foi lido por Hitler quando, prisioneiro em 1924, escreveu *Mein Kampf*, a futura bíblia nazista.<sup>7</sup> Não pretendemos citar aqui todos os institutos alemães na época considerados ‘científicos’, ou todos os biólogos, antropólogos e outros cientistas que na época se dedicaram a pesquisas raciais, eugenéticas e ciganas, porque estes dados encheriam algumas dezenas de páginas. Dois nomes, no entanto, merecem destaque, porque são citados por praticamente todos os autores que tratam desta época: o médico psiquiatra Robert Ritter e sua assistente, a enfermeira Eva Dustin, entre os ciganos Sinti mais conhecida como Lolitschai, “a moça ruiva”.<sup>8</sup>

Em 1937 Ritter se tornou diretor do Centro de Pesquisa para Higiene Racial e Biologia Populacional, com sede em Berlim, onde se dedicou intensivamente às pesquisas ciganas. Somente o nome deste centro já é suficiente para provar que os ciganos eram considerados uma “raça” dife-

rente. Neste centro, entre outras coisas, Ritter investigava uma suposta relação entre hereditariedade e criminalidade, elaborando complicadas árvores genealógicas de ciganos para medir o grau de ‘mistura racial’, para o que utilizava inclusive os dados do já citado Serviço de Informação Cigana de Munique, que foram transferidos para Berlim.

Ritter e os membros de sua equipe eram defensores da “eugenética”, ou “higiene racial”, segundo a qual devia ser evitada a procriação de elementos nocivos à sociedade. Entre as pessoas nocivas estavam não apenas os deficientes físicos e mentais, mas também os “associais hereditários” (mendigos, vagabundos, prostitutas, alcoólatras, homossexuais, desempregados crônicos, e.o., como se estas características fossem transmissíveis hereditariamente!), e as minorias raciais nocivas, como os ciganos e os judeus. Para “limpar” a raça humana, Ritter e outros tantos “eugenéticos” da época inicialmente propunham a esterilização destas pessoas (a total eliminação física só seria proposta alguns anos depois). Estima-se que na Alemanha nazista cerca de 400.000 pessoas foram esterilizadas, entre as quais muitos ciganos.

O mesmo aconteceu, por sinal, também em outros países, inclusive nos Estados Unidos, onde até 1939 comprovadamente cerca de 30.000 pessoas “indesejáveis” foram contra a sua vontade esterilizadas.<sup>9</sup> Mas estes tristes episódios, como também os vergonhosos campos de concentração para japoneses e seus descendentes nos Estados Unidos, durante a Segunda Guerra Mundial, os historiadores americanos preferem ‘esquecer’, principalmente nos livros didáticos e, oficialmente, ‘nunca aconteceram’.

Foi nesta época que os biólogos alemães tentaram desesperadamente descobrir, para fins práticos, quais eram as características “raciais” ciganas, já que na maioria dos casos era impossível distinguir os ciganos do resto da população alemã através de características físicas específicas. Mas mesmo Ritter e seus colegas nunca foram capazes de descrever estas características. Daí porque, na Alemanha daquele tempo, era classificado como “Z” (de “Zigeuner”), ou seja “cigano puro” todo indivíduo com quatro ou três avós “verdadeiros ciganos”; como “ZM+” ou mestiço em primeiro grau era classificado quem tinha menos do que três avós “verdadeiros ciganos”; “ZM-” era o mestiço em segundo grau que tinha pelo menos dois avós “ciga-

nos-mestiços”; avô ou avó “verdadeiro cigano” era aquele que sempre tinha sido reconhecido, pela opinião pública, como “cigano”. No final das contas tratava-se de critérios subjetivos, e não científicos. Ritter chegou a classificar “racialmente” cerca de 25 a 30 mil ciganos alemães, mas a quase totalidade era, segundo ele, formada por mestiços, ou seja, eram candidatos à esterilização, confinamento em campos de concentração e, finalmente, extermínio.

No início dos anos 40 alguns nazistas intencionavam ainda conservar para a posterioridade uma “amostra” de Sinti “puros”, melhor dito, oito famílias Sinti e uma família Lalleri, que seriam confinadas numa espécie de “reserva cigana” a ser criada na Hungria e administrada pelo Instituto do Patrimônio Histórico. Esta “reserva cigana” nunca chegou a se tornar realida-

de; no final, também estes ciganos “puros” terminaram nos campos de concentração ou de extermínio.<sup>10</sup> Em 1940, Ritter escreveu num relatório:

“Fomos capazes de provar que mais do que 90% dos assim chamados ciganos nativos são mestiços... Outros resultados de nossas investigações permitem-nos caracterizar os ciganos como um povo de origens etnológicas totalmente primiti-

vas, cujo atraso mental os torna incapazes de uma real adaptação social... A questão cigana só pode ser resolvida reunindo o grosso dos mestiços ciganos associáveis e imprestáveis em grandes campos de trabalho e mantendo-os trabalhando, e parando para sempre a futura procriação desta população mestiça”.<sup>11</sup>

Para cada cigano, Ritter emitia então um “Certificado”, assinado por ele pessoalmente ou por sua assistente Eva Justin, no qual constavam além do nome e dados pessoais, o grau de ciganidade. Quase sempre o diagnóstico era: “mestiço cigano”, o que na prática correspondia a uma condenação à esterilização ou à deportação e internação (e posterior extermínio) em campos de concentração.

Eva Justin, na época, era apenas uma simples enfermeira, sem qualquer formação acadêmica, mas que, apesar disto, sonhava com o título de doutor, e para obtê-lo escreveu uma ‘tese’ sobre a suposta inadaptabilidade so-

cial de crianças ciganas, estudando durante apenas seis semanas um grupo de crianças ciganas internadas numa espécie de orfanato, sem contato com seus pais ou outros ciganos adultos. Obviamente chegou à conclusão que a boa educação recebida neste internato de nada adiantou e que as crianças continuaram tão associáveis como antes; para ela, crianças ciganas eram simplesmente incorrigíveis, associáveis e criminosos natos.

A “tese” foi defendida em 1943, na Universidade de Berlim. Poucos dias após a obtenção do diploma, as 39 crianças ciganas do orfanato, as cobaias de sua pesquisa e que até então tinham sido poupadas, foram deportadas para Auschwitz; somente quatro sobreviveram.<sup>12</sup>

A partir de 1942 os métodos eugenéticos (esterilização e confinamento) foram substituídos por ou-

tro, considerado mais eficiente: o genocídio, ou seja a eliminação física destas pessoas, nos campos de concentração e fora deles. Em dezembro de 1942, Himmler ordena enviar todos os ciganos alemães para Auschwitz-Birkenau, então dirigida por Josef Mengele, onde foi instalada uma seção com 40 barracas só para ciganos, ordem depois repetida nos territórios ocupados. Dos 23.000 ci-

ganos internados no campo de extermínio de Auschwitz, cerca de 20.000 morreram e uns 3.000 foram transferidos para outros campos. Os últimos ciganos de Auschwitz, conforme a metódica contabilidade alemã exatamente 2.897, foram todos enviados para as câmaras de gás na noite de 2 de agosto de 1944.<sup>13</sup>

Também outros campos de concentração receberam ciganos, embora em número menor do que Auschwitz. Bernadac publica quase três centenas de páginas com testemunhos de ciganos internados em vários destes campos de concentração.<sup>14</sup> Nem todos eram campos de extermínio e possuíam câmaras de gás e crematórios, mas nem por isso eram menos desumanos. Em Bergen-Belsen, por exemplo, os internos, entre os quais muitos ciganos, eram lentamente assassinados por inanição, sendo os mortos enterrados em enormes valas perto do campo. Quando Bergen-Belsen foi tomado pelos ingleses, em 1945, encontra-



ram cerca de 10.000 corpos ainda insepultos, e cerca de 40.000 pessoas ainda vivas, das quais pouco depois ainda morreram umas 13.000, em parte por causa dos maus-tratos e doenças anteriores (em especial o tifo), em parte também por causa da superalimentação logo dada pelos bem-intencionados ingleses, mas que muitos dos subnutridos já não conseguiram mais digerir.<sup>15</sup> Fatos semelhantes foram registrados também em outros campos de concentração. Exércitos não costumam levar também nutricionistas, e por isso, na época, ainda não se sabia — ou pelo menos os soldados e oficiais ainda não sabiam — que pessoas altamente subnutridas também podem morrer por causa de repentina superalimentação.

Na França existiam até campos de concentração somente para ciganos, administrados pelas próprias autoridades francesas. Não se tratava de campos de extermínio, mas quase sempre de campos de trabalhos forçados e por serem campos em geral pequenos, para uma centena até alguns poucos milhares de pessoas, as condições de vida eram, em geral, melhores do que nos campos administrados pelos alemães. Bernadac chama estes campos, apropriadamente, “as antecâmaras francesas de Auschwitz”, porque principalmente no final da guerra, muitos dos 30 mil ciganos internados nestes campos franceses foram deportados para os campos de extermínio existentes na Alemanha, na Polônia e em outros países.<sup>16</sup>

O tratamento desumano, as terríveis experiências médicas, as câmaras de gás e os crematórios, e outros tantos horrores cometidos pelos alemães nestes campos de concentração, supomos suficientemente conhecidos por todos. Estima-se que 250 a 500 mil ciganos foram assassinados pelos nazistas. Os números exatos nunca serão conhecidos, mas todos os documentos provam que os judeus não foram as únicas vítimas da perseguição racista pelos nazistas. A única diferença é que o holocausto judeu, e com justa razão, até hoje sempre costuma ser lembrado e não faltam memórias para lembrar isto, inclusive em Auschwitz. O holocausto cigano, no entanto, costuma ser varrido para debaixo do tapete, costuma ser simplesmente ignorado ou esquecido, como algo de menor importância, ou pior ainda como algo que nunca aconteceu, e praticamente não exis-

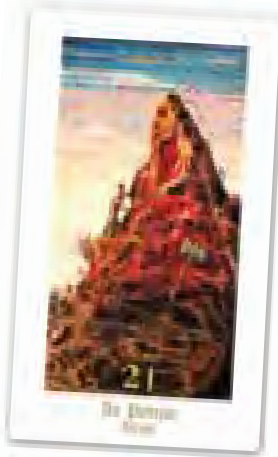
tem monumentos que lembrem o holocausto cigano.

A Segunda Guerra Mundial terminou há pouco mais de meio século. Centenas de milhares de judeus receberam indenizações do governo alemão, e o povo judeu recebeu uma pátria nova (Israel 1948). Os ciganos nunca foram indenizados e nunca receberam nada, sob a alegação de que foram perseguidos e exterminados não por motivos “raciais”, mas por serem associativos e criminosos comuns; outros tiveram seus pedidos de indenização negados porque não conseguiram apresentar os testemunhos necessários.

Todas as pesquisas de Ritter e outros sobre as características raciais dos ciganos, suas medições físicas, suas amostras de sangue, as cruéis experiências biológicas de Mengele com ciganos em Auschwitz, foram de repente esquecidas. Preferiu-se esquecer ainda circulares oficiais como uma já de 1938, sobre “O combate à praga cigana”, que afirmava: “A experiência até agora acumulada no combate à praga cigana e os resultados da pesquisa biológica-racial mostram que é recomendável abordar a regulamentação da questão cigana do ponto de vista racial”, como de fato aconteceu depois.<sup>17</sup>

O famoso Tribunal de Nuremberg, instituído pelos ‘aliados’ logo após a Segunda Guerra Mundial para condenar europeus que cometeram crimes contra a humanidade, concentrou suas atividades em crimes contra judeus, mas não há registro de criminosos de guerra condenados por crimes cometidos contra ciganos. Inúmeros judeus — e com toda a razão — tiveram oportunidade para apresentar seus depoimentos e suas denúncias, mas nenhum cigano foi convocado ou aceito para depor ou para denunciar.

Antes, pelo contrário, alguns conhecidos e comprovados criminosos anticiganos (mas não antijudeus!) foram até promovidos: Robert Ritter e Eva Justin, por exemplo, foram considerados inocentes e após a guerra viveram ainda um bom tempo exercendo tranquilamente a profissão! Em sua defesa foi alegado que os dois nunca mataram pessoalmente um cigano! Que comprovadamente mandaram dezenas de milhares de ciganos para a morte com seus pseudocientíficos “Certificados de Ciganidade”, não foi levado em consideração. Em 1947 a prefeitura de Frankfurt contratou



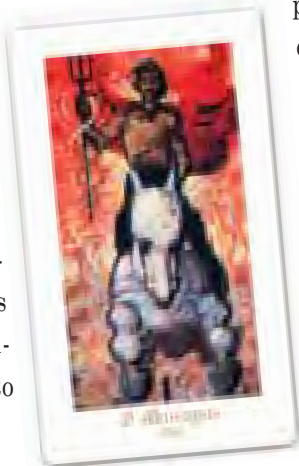
Ritter como psiquiatra infantil, e no ano seguinte Eva Justin foi contratada como psicóloga criminal e infantil, para cuidar — imaginem só! — da reeducação de crianças associadas e desajustadas, muitas das quais certamente vítimas da guerra.<sup>18</sup>

Ainda hoje o holocausto cigano é pouco conhecido do grande público.<sup>19</sup> Também em documentários e em comemorações das vítimas do holocausto nazista, ou em monumentos construídos em sua homenagem, sempre são lembrados apenas os judeus, e nunca os ciganos. Atualmente, no entanto, em livros e revistas que tratam do holocausto, está se tornando ‘politicamente correto’ falar não apenas dos judeus, mas também dos ciganos, enquanto também o número de livros e artigos que tratam do assunto está aumentando sempre mais.<sup>20</sup>

Mesmo depois da guerra, os ciganos continuaram sendo discriminados da mesma forma, ou talvez até pior do que antes. Principalmente nos círculos policiais, todas as antigas ideologias e imagens anticiganas continuaram existindo, pelo que nada mudou também nas atitudes anticiganas, excluindo-se apenas o genocídio. Os ciganos continuaram pessoas indesejadas e odiadas em toda a Alemanha.<sup>21</sup> Até vários dos assim chamados ‘ciganólogos’ alemães continuaram publicando ensaios nitidamente anticiganos.<sup>22</sup>

Ainda hoje, mais de cinquenta anos depois da Segunda Guerra Mundial, pouca coisa mudou. Na década de 90, após a reunificação das duas Alemanhas (Ocidental e Oriental) e o fim da União Soviética, a Alemanha se tornou o país preferido por dezenas de milhares de refugiados e migrantes do Leste, entre os quais muitos ciganos, principalmente da Romênia e da ex-Iugoslávia. Jansen informa que: “de 1989 a 1990, o número de refugiados vindos da Romênia cresceu mais de dez vezes, de cerca de 3.000 para 35.000. Dois terços deles são Rom [ciganos]. Somente no mês de outubro de 1992, foram registrados na Alemanha 15.000 refugiados da Romênia”.<sup>23</sup> Em 1992/93 o governo alemão pagou ao governo romeno mais de 25 milhões de marcos para receber de volta cerca de 50.000 cidadãos romenos, a maioria dos quais Rom. Ninguém perguntou aos Rom se eles realmente queriam voltar, e a sua ‘repatriação’ foi compulsória.

Diga-se de passagem que esta repatriação teve a aprovação também de muitos Sinti, ciganos com nacionalidade alemã e há muito tempo residindo no país e quase todos bem integrados na sociedade nacional, porque temeram que a população os identificasse com os Rom do Leste, segundo eles responsáveis por todos os estereótipos e preconceitos anticiganos. Também na Holanda os ciganos holandeses tradicionais (com nacionalidade holandesa) não gostaram nada da repentina imigração de Rom do Leste, pelo que inclusive ajudaram o governo a contrabandear ilegalmente muitos destes ciganos “estrangeiros” de volta para algum país vizinho. Comprovadamente, pelo menos na Europa, os ciganos não somente são odiados pelos não-ciganos, mas — e o que é bem mais grave — se odeiam mutuamente.



Inclusive na Europa do Leste. Segundo Gozdziaik, após 1989 muitos Rom romenos migraram também para a Polônia, um país no qual também, há muito tempo, existe uma forte discriminação anticigana, apesar da qual muitos antigos ciganos poloneses conseguiram integrar-se no país. Para estes tradicionais ciganos poloneses, a chegada de milhares de ciganos romenos apenas piorou ainda mais a situação: “Os Rom poloneses não se relacionam com os ciganos romenos... ‘Eles não são meus irmãos’, diz um Rom polonês, ‘...nós somos muito diferentes deles, nós não pedimos esmolas nas ruas. Nós não somos dependentes de ninguém, Nós conquistamos aqui nosso espaço. Nossas mulheres são limpas, e as crianças tomam banho. Nós construímos casas e não dormimos no chão. Os ciganos romenos nos envergonham”.<sup>24</sup> O fato de este Rom identificar os ciganos poloneses como ‘Rom’, e os ciganos romenos — sem dúvida alguma Rom — apenas como ‘ciganos’, é apenas mais uma manifestação de discriminação cigana anticigana, e que, lamentavelmente, existe e foi registrada em praticamente todos os países.

Vergonha: talvez seja esta a palavra-chave que explica o anticiganismo dos próprios ciganos em países nos quais há séculos residem e que, bem ou mal, já conseguiram integrar-se na sociedade nacional, que são sedentários, exercem alguma profissão perfeitamente legal, cujos filhos estudam, e que não são identificados ou identificáveis como ‘ciganos’, e

por isso também não são perseguidos e discriminados.

Entende-se que a chegada repentina de centenas ou milhares de Rom orientais maltrapilhos, famintos, imundos, analfabetos e que, para sobreviver, vivem mendigando, enganando ou furtando, ou até envolvendo-se em atividades ilegais como contrabando e o tráfico de drogas, é um pesadelo e uma ameaça para os tradicionais ciganos não somente na Europa Ocidental, mas também em alguns países da Europa Oriental, como a Polônia.

Se até os próprios Rom pensam assim sobre os imigrantes e refugiados Rom romenos, (ex) iugoslavos, (ex) tchecoslovacos, albaneses ou outros, não se pode estranhar opiniões e atitudes ainda piores entre a população não-cigana. Numa pesquisa de opinião pública realizada na Alemanha em 1992, os ciganos obtiveram o mais alto índice de rejeição: 64%. A rejeição de outras conhecidas minorias era: muçulmanos 17%, indianos 14% e judeus 7%.<sup>25</sup>

Grande também é o número de imigrantes e refugiados da ex-Iugoslávia. Milhares de ciganos iugoslavos, que desde 1989 tentaram em vão obter asilo na Alemanha, foram depois compulsoriamente “repatriados” — eufemismo para “deportados”.<sup>26</sup>

É compreensível que estas massas de refugiados não sejam bem-vindas na Alemanha, como aliás em nenhum outro país europeu. Afinal de contas, por causa de tratados internacionais, todos eles devem receber alimentação, hospedagem, assistência social, assistência médica etc., ou seja,

devem ser mantidos às custas dos contribuintes não-ciganos. E tudo isto justamente numa época em que também a quase totalidade dos países europeus passa por profundas crises econômicas e têm altos índices de desemprego.

Além disto, por causa dos preconceitos já existentes, os ciganos migrantes ou refugiados do Leste quase nunca recebem a devida assistência, e por isso são obrigados a mendigar, furtar, vender drogas etc. pelo que os preconceitos aumentam mais ainda. Porque, obviamente, muitos deles são presos e terminam nas páginas policiais dos jornais, nas quais costumam ser identificados como ‘ciganos’, embora os jornalistas não costumem informar nada sobre a nacionalidade ou identidade étnica dos outros milhares de criminosos presos por causa de ‘crimes’ idênticos ou semelhantes.

Daí porque a imprensa não se cansa de noticiar incêndios de residências ciganas e outras violências contra ciganos e contra outras minorias étnicas na Alemanha (e em vários outros países europeus), cometidas por neonazistas, skinheads e outros grupos ultradireitistas, ou a repatriação forçada, pelo Governo, de dezenas de milhares de ciganos para seus países de origem. Na Alemanha de hoje, apesar das belas recomendações pró-ciganas da União Européia, da qual o país faz parte, a vida dos ciganos ainda é difícil, e os tradicionais preconceitos e as centenas de discriminações continuam existindo, como antes.

e - m a i l : m o o n e n @ u o l . c o m . b r

## NOTAS

1. Sobre o *poraimos* cigano, veja, entre outros: Reemtsma, K., *Sinti und Roma: Geschichte, Kultur, Gegenwart*, Muenchen, Beck, 1996; Ayass, W. et alii, *Feinderklaerung und Praevention: Kriminalbiologie, Zigeunerforschung und Asozialenpolitik*, Berlin, Rotbuch Verlag, 1988, pp. 16 e segs.; Schenk, M., *Rassismus gegen Sinti und Roma*, Frankfurt am Main, Peter Lang, 1994; Wippermann, W., *Wie die Zigeuner: Antisemitismus und Anticiganismus im Vergleich*, Berlin., Elefant Press, 1997.

2. Gilsenbach, R., “Die Verfolgung der Sinti – ein weg der nach Auschwitz fürte”, IN: Ayass, W. et alii, *Feinderklaerung und Praevention: Kriminalbiologie, Zigeunerforschung und Asozialenpolitik*, Berlin, Rotbuch Verlag, 1988, pp. 16 e segs.

3. Gilsenbach 1988, p. 20

4. Winter, M., “Kontinuitaeten in der deutschen Zigeunerforschung und Zigeunerpolitik”, IN: Ayass et alii, 1988, p. 145

5. Kenrick, D. e Puxon, G., *The destiny of Europe's gypsies*, London, Sussex University Press, 1972, p. 70

6. Lembramos que na Alemanha de então, como muitas vezes ainda

hoje, o termo ‘antropólogo’ significava ‘antropólogo físico’, e não antropólogo cultural ou social, então chamado ‘etnógrafo’ ou ‘etnólogo’.

7. Gilsenbach 1988, p. 21

8. Para maiores informações sobre Robert Ritter, veja Schenk 1994, pp. 39-62; Willems, W., *Op zoek naar de ware zigeuner: zigeuners als studieobject tijdens de Verlichting, de Romantiek en het Nazisme*, Utrecht, Van Arkel, 1995, pp. 191-285. Sobre Eva Justin, veja Schenk 1994, pp. 77-84, Willems 1995, passim e Gilsenbach, R., “Wie Lolitschai zur Doktorwurde kam”, IN: Ayass et alii 1988, pp. 101-134. Sobre as pesquisas ‘raciais’ em geral na Alemanha nazista, veja Schenk 1994, p. 37-106.

9. Willems 1995, p. 214

10. Gilsenbach 1988, pp. 32 e segs.

11. Fraser, A., *The Gypsies*, Oxford, Blackwell Publishers, 1992, p. 260

12. Gilsenbach 1988, pp. 112-118

13. Fraser 1992, p. 266; vários outros autores já citados neste ensaio também tratam do assunto.

14. Bernadac, C., *L'Holocauste oublié: le massacre des tsiganes*, Paris, France Empire, 1979, pp. 145-410
15. Gunther, W., *Sinti und Roma im KZ Bergen-Belsen*, Hannover, SOAK, 1990, p. 112
16. Bernadac 1979, passim. Um destes campos especialmente para ciganos, o de Montreuil-Bellay, foi amplamente descrito por Sigot, J., *Un camp pour les tsiganes... et les autres*, Bordeaux, Wallada, 1983. Um livro mais recente, mas que ainda não tivemos oportunidade de consultar, é Lévy, P., *Un camp de concentration français: Poitiers 1939-45*, SEDES, 1995, trata de um campo misto, uma parte para judeus, outra para ciganos. A revista *Études Tsiganes*, 1995, no. 2, é dedicado ao tema: "1939-1946 en France: l'internement des Tsiganes", com artigos principalmente de J. Sigot.
17. Liégeois, J.P., *Gypsies and travellers*, Strasbourg, Council of Europe, 1987, p. 96
18. Gilsenbach 1988, p. 118
19. Para uma bibliografia complementar (em língua inglesa) sobre o holocausto cigano, veja também Milton, S., "Nazi policies toward Roma and Sinti, 1933-1945", *Journal of the Gypsy Lore Society*, Vol. 2, no. 1, 1992, pp. 1-18; Klamper, E., "Persecution and annihilation of Roma and Sinti in Austria, 1938-1945", *Journal of the Gypsy Lore Society*, Vol. 3, no. 2, 1993, pp. 55-65.
20. Veja Supple, C., *From prejudice to genocide: learning about the Holocaust*, Staffordshire, Trentham Books, 1993, que inclui um capítulo sobre os ciganos, e Asseo, H., "Countre-point: la question tsigane dans les camps allemands", *Annales: Économies, Sociétés, Civilisations*, no. 3, 1993, pp. 567-587, um artigo publicado num número especial dedicado aos judeus durante a Segunda Guerra Mundial.
21. Reemtsma 1996, pp. 124 e segs.
22. Schenk 1994, pp.173-220; Wippermann 1996, pp. 195 e segs.
23. Jansen, M., "Sinti und Roma: an ethnic minority in Germany", IN: Packer, J. & Myntii, K. (eds.), *The protection of ethnic and linguistic minorities in Europe*, Abo/Turku, Abo Akademi University, 1995, p. 177
24. Gozdziaik, E., "Needy guest, reluctant hosts: the plight of Rumanians in Poland", *The Patrín Web Journal – Romani Rights* [original em *Anthropology of East Europe Review*, Vol. 13, no. 1, 1995]
25. Margalit, G., "Antigypsyism in the Political Culture of the Federal Republic of Germany", *The Patrín Web Journal – Romani Rights*, 1996 [original em *ACTA*, no. 9, 1996]
26. Jansen 1995, p. 168.





# PARTIDO É PARTIDO

A democracia na América Latina sofreu, recentemente, um forte abalo. A instabilidade política e as manifestações de rua em países como Equador, Venezuela, Paraguai, Peru e Argentina evidenciaram os graves problemas sociais e econômicos no continente, alterando o clima de aparente consolidação democrática vigente até o final da década de 90. Seria essa crise, que assola nossos vizinhos, conjuntural ou poderia ter sido previamente anunciada com base na falta de coerência dos partidos políticos latino-americanos com relação às políticas públicas? Na verdade, existem bases para se afirmar que essa crise decorreu de um sério problema de *accountability* existente na América Latina. Os governantes de vários desses países contrariam, sistematicamente, as expectativas neles depositadas no momento eleitoral. Para entender o argumento, vale a pena um breve resumo da economia política nos últimos 20 anos.

## POVO SÃO MENOS

# 500

**CRISTIANE  
BATISTA**  
Cientista Política

A década de 80 foi marcada por uma grande crise mundial cujas consequências em termos de desequilíbrios macroeconômicos, financeiros e de produtividade atingiram a economia internacional. Em resposta a essa crise, um intenso processo de internacionalização dos mercados, dos sistemas produtivos e da tendência à unificação monetária, cujo resultado foi uma perda considerável da autonomia dos Estados Nacionais. O avanço do capitalismo vai quebrando as fronteiras econômicas, homogeneizando os padrões de produção e consumo, e impondo, internacionalmente, a implantação de políticas neoliberais.

Voltando à América Latina, os efeitos da crise financeira, somados à explosão da crise da dívida externa nos anos 80, levaram a um reforço do modelo que vinha sendo aplicado em alguns países desde meados da década anterior pelo Banco Mundial, o FMI e o governo americano, no chamado “Consenso de Washington”. Nesse modelo está a proposta de ajuste estrutural, segundo a qual as mudanças nesses países deveriam ocorrer através de políticas liberalizantes, privatizantes e de mercado, ou seja, centradas na desregulamentação dos mercados, na abertura comercial e financeira, na privatização do setor público e na redução do Estado. No curto prazo, a proposta consistia em diminuir o déficit fiscal através da redução do gasto público. Em suma: as políticas de ajuste ocorridas na década de 80 fizeram parte de um movimento de ajuste global caracterizado por uma postura hierárquica das relações econômicas e políticas internacionais.

Os efeitos da globalização na política interna das democracias avançadas e, mais especificamente, nas recentes democracias latino-americanas, vêm dividindo as opiniões de analistas políticos e econômicos. Nesse contexto de ajuste cujas propostas são impostas de “cima para baixo”, cabe indagar sobre o papel das instituições políticas nacionais, no caso, dos partidos políticos na vida social. Os partidos fazem diferença na arena governativa? São os partidos responsáveis pelo direcionamento das políticas públicas? A posição ideológica dos partidos como de direita, centro ou esquerda é importante para a compreensão da organização da agenda governamental?

Teoricamente, partidos de esquerda buscariam um perfil mais universalista e redistributivo para suas políticas, ou seja, idealizariam um Estado capaz de fornecer saúde, educação,

habitação e seguridade social para todos os cidadãos. Além disso, seriam mais comprometidos com a redução do desemprego e com a distribuição de renda. Por outro lado, os partidos à direita do espectro ideológico estariam mais preocupados com a estabilidade econômica via redução da inflação.

Afinal, são os partidos políticos responsáveis pelo direcionamento dado às políticas públicas, mais especificamente, às políticas sociais na América Latina? Partidos de esquerda investem mais em políticas sociais do que partidos de direita nessa região? Em caso negativo, seria a globalização responsável pela prática de mandatos “não-responsivos” na América Latina, ou seja, candidatos que, uma vez no poder, não seguem a linha programática de seus partidos em obediência a uma política ortodoxa? Uma primeira aproximação do problema pode ser obtida a partir da observação do Quadro 1.

De um modo geral, o quadro permite afirmar que existe grande heterogeneidade nos países quanto ao volume de recursos destinados aos setores sociais, observando-se que as prioridades em política social, especialmente saúde e educação, variam de forma significativa de país para país. O exame dos dados da segunda coluna mostra que o país com o maior gasto em política social é Costa Rica, com 17.6% do PIB, país cuja tradição de esquerda é relativamente pequena. Durante o período em pauta, teve apenas um mandato de governo de esquerda (1982 a 1986). Por outro lado, o país com menor gasto destinado a este mesmo setor é o Peru, com 3.5% do PIB, país que foi governado pela esquerda de 1986 a 1990.

Com relação à terceira e à quarta colunas, o país com maior percentual de gasto destinado à educação é o Panamá, com 5.1%, sendo que o Paraguai aparece como o que menos gasta nesta mesma área, apenas 1.6%. A média dos gastos públicos em educação é, portanto, 3.2% com desvio padrão de 1.1%. No que diz respeito a gastos com saúde, o Panamá continua sendo o país que mais investe na área, 6.4% do PIB, e o Paraguai aparece novamente como o que menos investe, somente 0.7%. A média dos gastos públicos em saúde é 2.6% com desvio padrão de 1.8%. A importância de desagregar os dados é que, desta forma, podemos observar a variação nas prioridades de políticas públicas adotadas por cada país.

O Quadro 2 apresenta a variação do gasto social nos diferentes mandatos presidenciais. Nele estão separados os paí-

**QUADRO 1**

Gasto Social Total, em Educação e em Saúde como porcentagem do PIB em 18 países da América Latina: 1980-1995

Países	GPS (PIB) %	GPE (PIB) %	GPSa (PIB) %
Argentina	16.4	3.4	4.4
Bolívia	4.4	2.9	-
Brasil	15.7	3.6	2.5
Chile	16.6	2.6	2.5
Colômbia	9.0	2.9	1.5
Costa Rica	17.6	4.6	5.9
El Salvador	6.8	1.7	1.7
Equador	10.0	4.1	1.9
Guatemala	4.6	1.7	1.0
Honduras	7.5	4.4	2.4
México	9.1	3.1	-
Nicarágua	10.5	4.6	4.3
Panamá	17.5	5.1	6.4
Paraguai	3.8	1.6	0.7
Peru	3.5	2.4	0.9
República Dominicana	5.4	1.9	1.1
Uruguai	17.3	2.9	2.8
Venezuela	9.7	4.3	1.6
<b>Média</b>	<b>10,3</b>	<b>3,2</b>	<b>2,6</b>
<b>Desvio Padrão</b>	<b>5,2</b>	<b>1,1</b>	<b>1,8</b>

Fonte: Cuadernos de la Cepal n° 80, 1998.

**QUADRO 2**

Relação entre Gasto Social e Ideologia de Governo: 1980-95

	Período de Mandato Presidencial	Gasto Social (%)	Ideologia
PAÍSES COM GASTO SOCIAL ACIMA DA MÉDIA:			
<b>Argentina</b>	83 → 89	15,7	Centro
	90 → 95	17,7	Direita
<b>Brasil</b>	90 → 92	11,1	Direita
	93 → 94	11,9	Centro
<b>Costa Rica</b>	82 → 86	14,6	Esquerda
	87 → 90	20,7	Centro
	91 → 94	19,6	Direita
<b>Equador</b>	81 → 84	11,2	Esquerda
	85 → 88	10,4	Direita
<b>Uruguai</b>	85 → 90	17,1	Centro
	91 → 95	21,6	Direita
<b>Venezuela</b>	80 → 84	10,8	Direita
PAÍSES COM GASTO SOCIAL ABAIXO DA MÉDIA			
<b>Bolívia</b>	82 → 85	3,7	Esquerda
	86 → 89	3,5	Direita
	90 → 93	5,0	Direita
	94 →	6,3	Direita
<b>Brasil</b>	85 → 89	9,8	Centro
<b>Colômbia</b>	82 → 86	9,0	Direita
	87 → 90	8,4	Centro
	91 → 94	9,2	Centro
<b>El Salvador</b>	84 → 89	6,2	Centro
	90 → 94	5,7	Direita
<b>Equador</b>	89 → 92	8,0	Esquerda
	93 → 95	10,1	Direita
<b>Guatemala</b>	86 → 90	4,6	Centro
	91 → 93	3,8	Direita
	94 → 95	3,7	Centro
<b>Honduras</b>	82 → 86	7,3	Centro
	87 → 90	7,9	Centro
	91 → 94	7,8	Direita
	95 →	7,9	Centro
<b>Peru</b>	80 → 85	4,1	Direita
	86 → 90	3,1	Esquerda
<b>República Dominicana</b>	82 → 86	4,9	Esquerda
	87 → 90	6,1	Direita
<b>Venezuela</b>	85 → 89	9,0	Esquerda
	90 →	8,5	Esquerda

Fonte: Cuadernos de la Cepal n° 80, 1998

ses da América Latina cujos gastos sociais se encontram acima da média (10,3%) daqueles que estão abaixo da média (primeira coluna). Neste quadro, é importante chamar a atenção para o reduzido número de casos de governos de esquerda na América Latina no período em análise. A maioria dos países foi governada por partidos de centro e direita e, mesmo estes, encontram-se, em sua maior parte, abaixo da média do gasto em política social. Dos 37 mandatos analisados, 25 encontram-se nesta situação.

A segunda coluna apresenta o período do mandato presidencial de cada país, entre 1980 e 1995. A terceira coluna mostra a média do gasto social do período de governo. A última coluna revela a ideologia dos governos no poder naquele período.

**D**entre os países com gastos sociais acima da média, observamos apenas dois mandatos de governo de esquerda, Costa Rica, de 1982 a 1986 (14,6), e Equador, de 1981 a 1984 (11,2). Este foi o único mandato no Equador cujo valor do gasto social ultrapassou a média. A média de gasto social mais alta foi a do Uruguai, de 1991 a 1995 (20,7), período no qual o país foi governado por partido de direita. Os países com maior tradição em governos de esquerda estão situados abaixo da média do gasto social, é o caso da Bolívia (1 mandato de esquerda), Equador (1 mandato) Peru (1 mandato), República Dominicana (1 mandato) e Venezuela (2 mandatos). Neste grupo de países, a média de gasto social mais elevada pertence ao Equador, de 1993 a 1995 (10,1), período de governo de esquerda, e o período de média mais baixa é do Peru, de 1986 a 1990 (3,1).

Para que a análise do quadro anterior seja mais consistente com a proposta do texto, é importante observarmos as mudanças ocorridas dentro de um mesmo país, ou seja, verificarmos a evolução do gasto social dos países que vivenciaram mudanças mais radicais de governo. O Equador, de governo de esquerda em 1994 passou para governo de direita em 1995 e o gasto diminuiu 0.8%. O mesmo aconteceu com a Bolívia na transmissão do governo de 1985 (esquerda) para o governo de 1986 (direita). Neste caso, o gasto social diminuiu

em 0.2% de um mandato para outro. Casos contrários aconteceram nas trocas de mandatos do Equador de 1992 para 1993 e no Peru de 1985 para 1996. No primeiro país, de governo de esquerda passou para governo de direita e o gasto aumentou 2.1%. No segundo, de governo de direita passou para governo de esquerda e o gasto diminuiu 1%. Como podemos ver, não há coerência entre os gastos sociais e a vertente ideológica dos governos nos países da América Latina.

Os dados observados no quadro II revelam que a realidade da América Latina não confirma a suposição do senso comum segundo a qual partidos de esquerda investem mais em políticas sociais do que partidos de direita. Como pudemos notar, falta coerência na relação entre gastos sociais e partidos no governo. Cada país se comporta de maneira específica, aumentando ou diminuindo seus gastos independente da vertente ideológica a qual pertence o governo. Seria a globalização responsável pela prática de mandatos cujos candidatos, uma vez no poder, não seguem a linha programática de seus partidos em obediência a uma política ortodoxa?

Apesar de não se ter apresentado teste conclusivo, é possível afirmar que os partidos de esquerda do continente têm encontrado dificuldades em ampliar parcelas dos recursos públicos destinadas à área social. Isso justamente em uma época de crise fiscal e alinhamento às políticas recomendadas por organismos financeiros internacionais como o FMI. De toda forma, o que acontece na América Latina se contrapõe à experiência de países desenvolvidos. Vários estudos indicam que, nos Estados Unidos, o gasto social tende a aumentar quando o Congresso é majoritariamente democrata relativamente a períodos de maioria republicana. De forma semelhante, já foi mostrado que, na Europa, os países com tradição em governos social-democratas conta com um sistema de *welfare* bem mais desenvolvido e complexo do que países sem essa tradição. Fortes são os indícios, portanto, de que, de fato, existe uma tensão entre economia globalizada e as exigências de uma democracia política, sendo a América Latina vítima dessa tensão.

e-mail: [cris.santos@openlink.com.br](mailto:cris.santos@openlink.com.br)

# EM BUSCA DO orçamento

# perdido III

Fernando Limongi e Argelina Figueiredo  
Cientistas Políticos

## ÚLTIMAS MORDIDAS

**Este é artigo conclusivo da série sobre o orçamento. Já discutimos os aspectos institucionais, privilegiando os marcos legais que regulam a elaboração e execução do orçamento, enquanto o segundo artigo concentrou-se na distribuição interna dos recursos por meio de emendas propostas por parlamentares. Avaliou-se a execução destas emendas, discutindo a relação entre liberação de verbas e apoio ao Executivo. Aqui, acentua-se a distinção das agendas do Executivo e do Legislativo nos gastos definidos pela peça orçamentária anual. A análise estará restrita aos gastos destinados a investimentos.**

**N**osso objetivo central é mostrar como o processo orçamentário não pode ser interpretado com base em premissas que definem os Poderes Legislativo e Executivo como antagonísticos. Na verdade, ocorre o contrário, Legislativo e Executivo atuam de forma complementar, por meio de uma divisão de trabalho que atende aos interesses da maioria que controla o Legislativo e apóia as iniciativas do Executivo. Em uma palavra: o processo orçamentário pode ser interpretado como clara manifestação do presidencialismo de coalizão que caracteriza o país.

A prerrogativa legislativa de emendar o orçamento, garantida pela Constituição de 1988, não retirou do Executivo o controle sobre o processo orçamentário. A Constituição de 1946 não impunha qualquer restrição à participação dos legisladores na elaboração do orçamento. Para muitos, esta ausência de impedimentos legais era um convite à irresponsabilidade. O Legislativo poderia criar gastos sem se preocupar com as receitas para arcar com estes mesmos gastos. Esta “liberalidade” começou a ser sanada antes mesmo do golpe de 1964. A Lei nº 4.320/64, introduzida nos anos cinquenta por um parlamentar, promulgada às vésperas do golpe, estabeleceu restrições ao Poder Legislativo de emendar o orçamento. Por exemplo: esta lei, ainda hoje em vigor, veda a apresentação de emendas que cancelem gastos com custeio<sup>1</sup>.

Ao longo do regime militar, a possibilidade de o Legislativo emendar o orçamento foi suprimida. Cabia ao Executivo, unilateralmente, definir o orçamento. Já a Constituição de 1988 permite ao Congresso emendar o orçamento, cuja elaboração e proposição fica a cargo do Executivo. As emendas legislativas, no entanto, devem se restringir a gastos específicos, definidos no próprio texto Constitucional, sendo contra elas protegidos os gastos com pessoal, serviço da dívida e transferências constitucionais. Assim, legisladores não podem usar receitas comprometidas com gastos fixos e inadiáveis para financiar os programas que julguem merecer sua atenção. Em última análise, os gastos abertos à intervenção legislativa estão restritos, praticamente, a uma parcela dos gastos com investimento.

Ademais, legisladores não podem criar novas despesas, cabendo ao Executivo estimar as receitas. Sendo assim, as emendas legislativas devem se ater ao remanejamento dos gastos previamente estabelecidos pela proposta enviada pelo

Executivo. Em tese, 100% das receitas não-comprometidas com os gastos arrolados acima poderiam ser remanejadas pelo Legislativo. Isto significa que todo o orçamento de investimentos, salvo restrições a determinados programas, poderia ser emendado pelo Legislativo.

Políticos, como todo e qualquer cidadão, têm interesses próprios e é de esperar que ajam para promovê-los. A promoção de seus interesses passa pela perpetuação de suas carreiras, isto é, depende da obtenção e renovação dos mandatos populares que recebem nas eleições. De onde se segue a consequência óbvia: as decisões tomadas pelos políticos tenderão a beneficiar seus eleitores. Em matéria orçamentária, seria de se esperar que políticos, dada a possibilidade que a Constituição lhes oferece, procurassem redirecionar a maior parcela possível de recursos para atender os interesses de suas clientelas eleitorais.

Se nos concentrarmos na relação entre o Executivo e Legislativo com base neste argumento, a expectativa seria a de que este último adotasse uma estratégia predatória em relação ao projeto enviado pelo primeiro. O Legislativo não teria por que pensar no interesse coletivo e geral. Parlamentares são eleitos com apoio de votos de grupos específicos, limitados. O Executivo, de outra parte, seria o único ator que teria a referência do interesse geral. Desta forma, somente por puro e rematado idealismo poder-se-ia supor que os gastos aprovados viriam a atender os interesses gerais e do bem público. O orçamento de investimento aprovado, portanto, seguindo este raciocínio, deveria carecer de qualquer coerência interna. A prerrogativa concedida ao Legislativo de emendar o orçamento retiraria do Executivo a capacidade de planejar e de atuar com vistas ao longo prazo. Mesmo que o Executivo quisesse, estando comprometido com o interesse geral, a necessidade de obter votos dos parlamentares para aprovar as medidas que julgue apropriadas tornariam vãs as suas aspirações.

Mas não é necessário compartilhar da visão negativa e folclórica a respeito de nossos políticos e de suas carências para chegar a cenários negativos. O Congresso Nacional é um corpo coletivo. Mesmo que ele fosse composto por 594 políticos virtuosos (513 deputados e 81 senadores), não haveria garantias de que estes cidadãos viessem a aprovar um orçamento consistente e voltado para o interesse público.

Todo corpo coletivo precisa estabelecer um método decisório, isto é, precisa recorrer a um formato institucional que

possibilite agregar preferências individuais, processando-as de algum modo para obter uma decisão coletiva única. Estas instituições não são neutras e por isso são tão importantes.

A apresentação de emendas é um processo descentralizado. Cada parlamentar ou grupo de parlamentares submete suas emendas sem saber quais as emendas que seus pares estão defendendo. A coordenação entre estas ações e decisões tomadas isoladamente não se dá naturalmente. Suponha que todos os parlamentares concordem que saneamento deveria ser a prioridade do governo e que todos apresentem emendas para resolver o problema no município mais carente do país. Obviamente, este município receberá mais recursos que o necessário. Ou seja, os parlamentares precisam coordenar suas ações para evitar decisões sub-ótimas. Digamos que este papel de coordenador caiba a um parlamentar, por exemplo, o relator geral do orçamento. Neste caso, o Legislativo precisa encontrar meios para regular o acesso ao cargo, assim como definir suas prerrogativas, de forma a circunscrever suas funções à solução dos problemas identificados.

Conflitos de interesse dividem os parlamentares ainda quando todos são igualmente informados e dotados de espírito público. Recursos são escassos e não é fácil saber qual a melhor regra para alocá-los. Duas pessoas razoáveis e bem informadas podem discordar sobre prioridades. Logo, a ação do Relator Geral não vai se limitar à mera coordenação das propostas. Sua decisão quanto a que emendas acatar e quais deixar de lado em seu relatório corresponderá mais aos interesses e preferências de um ou outro grupo de parlamentares. Concluindo: não é possível saber qual o resultado final do processo sem olhar para as regras internas que regulam a participação dos parlamentares neste mesmo processo. Considerar apenas os interesses de obter mandatos beneficiando clientelas eleitorais é simplificar demasiadamente o problema. Parlamentares se elegem e se reelegem com base em diferentes estratégias eleitorais.

**A** participação do Legislativo no processo orçamentário é regulada por resoluções do próprio Congresso Nacional, a mais importante delas sendo a Resolução nº 2/95-CN, uma consequência direta da CPI do Orçamento. Ou seja, esta resolução visou reorganizar a participação do Legislativo no processo orçamentário, disciplinando o papel do Relator Geral e a demanda dos próprios legisladores pela definição de gastos buscando corrigir as dis-

torções identificadas pela CPI. Esta resolução foi alterada por resoluções posteriores em um processo incremental de adaptação e aprimoramento que culminou, recentemente, na aprovação de uma nova resolução, a Resolução nº 2/2001. As alterações de fundo resultante desta experiência, no entanto, são pequenas, sobretudo se comparadas com a “revolução” promovida pela Resolução nº 2/95-CN.



**CONFLITOS DE INTERESSE DIVIDEM  
OS PARLAMENTARES AINDA QUANDO  
TODOS SÃO IGUALMENTE  
INFORMADOS E DOTADOS DE  
ESPÍRITO PÚBLICO**

Um dos aspectos mais importantes destas resoluções diz respeito à regulamentação dada à apresentação e aprovação de emendas. Em primeiro lugar, optou-se por privilegiar as emendas coletivas. Emendas coletivas são aquelas apresentadas por bancadas estaduais ou regionais e por comissões permanentes da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal. As emendas coletivas são responsáveis pela maior parcela dos investimentos definidos pelo Congresso Nacional. Os requisitos para o acolhimento destas emendas são consideráveis. Para os orçamentos dos anos de 1996 ao de 2000, exigiam o apoio unânime da bancada estadual de senadores. Em geral, elas se destinam a garantir gastos que as bancadas estaduais consideram prioritárias. No caso das emendas aprovadas apresentadas por bancadas estaduais, estas se destinaram, em geral, para o programa de recuperação e construção de rodovias federais.

Além disso, as regras vigentes estabelecem uma distribuição uniforme de recursos para as emendas individuais. Cada parlamentar pode apresentar 20 emendas e ele tem garantida a aprovação de emendas que totalizem um certo teto. No período para o qual dispomos de dados, este teto foi de R\$ 1.500.000,00. A partir de 2000, este teto passou a ser de R\$ 2.000.000,00. Assim, nenhum parlamentar recebe tratamento diferenciado dos demais. Em outras palavras, o mandato parlamentar assegura ao seu detentor a definição de uma parcela dos gastos públicos.

Cabe ao Relator Geral e aos Relatores Parciais analisar as emendas apresentadas — tanto as coletivas como as individuais — e decidir quais passam a integrar o projeto a ser



votado. Os parâmetros atuais, privilégio às emendas coletivas e distribuição uniforme das emendas individuais, limitam os graus de liberdade para a ação dos Relatores.

Comparado ao período em que a Comissão Mista do Orçamento (CMO) foi controlada pelo chamados “anões do orçamento”, os relatores atuais têm poderes bastante limitados. Ainda assim, este poder continua a ser grande. Muitas das modificações introduzidas à Resolução nº 2/95 tiveram por objetivo definir os parâmetros que regulam a ação do Relator Geral e dos Parciais, assim como da relação entre eles. O certo é que os Relatores são peças essenciais do processo. Não por acaso, a nomeação do Relator Geral passou a ser crucial para o governo. Da mesma forma, o seu trabalho e o dos relatores parciais são acompanhados de perto por representantes dos líderes partidários, uma espécie de colégio de líderes que atua exclusivamente na CMO.

O Relator Geral desempenha papel central no início da tramitação legislativa da lei orçamentária anual. Cabe a ele elaborar o *Parecer Preliminar* em que são definidos os parâmetros específicos a balizar a tramitação do projeto enviado naquele ano. Um dos mais importantes deles é a constituição da chamada “*bolsa de emendas*”, a saber, a definição do montante e origem dos recursos destinados a atender os pleitos do Legislativo.

A definição da bolsa de emendas define a participação do Congresso na divisão do bolo orçamentário. Sendo mais direto, define a porcentagem dos recursos passíveis de remanejamento que serão, de fato, remanejados. Determina também a origem destes recursos, isto é, define os programas e projetos previstos na programação original do Executivo que serão cortados para acomodar as emendas legislativas.



**NÃO É DE SE ESPERAR QUE O RELATOR GERAL, SENDO MEMBRO DE UM PARTIDO QUE APÓIA O PRESIDENTE, VENHA A CORTAR PROGRAMAS TIDOS POR PRIORITÁRIOS PELO GOVERNO**

Ou seja, cabe ao Relator Geral e aos Relatores Parciais o papel de coordenadores da ação legislativa. Os cortes na proposta enviada são definidos centralizadamente. O mesmo se dá com as emendas incorporadas à peça final. Cabe aos relatores definir quais as emendas dos parlamentares que passarão a integrar a proposta de orçamento.

A forma como se dá o cancelamento de despesas é fundamental para o resultado final. A Constituição estabelece que as emendas ao orçamento devem identificar a receita correspondente. Na prática, como cabe ao Executivo elaborar e apresentar a proposta orçamentária, este preceito constitucional implica em estabelecer que emendas só serão aprovadas mediante o cancelamento de despesas previstas pelo Executivo. Caberia ao proponente identificar uma dotação, digamos um gasto que o Executivo destinara a um programa educacional, para redirecioná-lo a um novo objetivo, digamos à construção de um hospital. Se, de fato, as coisas se passassem assim, não haveria qualquer garantia de que a peça orçamentária aprovada viesse a ser dotada dos graus mínimos de coerência e consistência. O resultado final seria uma verdadeira colcha de retalhos.

No entanto, como cabe ao Relator Geral fazer os cortes, a coerência da proposta não é, necessariamente, comprometida. Com isto, está claro que o Relator Geral passa a ocupar um papel essencial para as relações Executivo-Legislativo.

**V**ale observar que as regras para apresentação e acolhimento de emendas, as individuais e as coletivas, desconsideram e, na realidade, neutralizam a ação dos partidos. As emendas coletivas pedem, necessariamente, uma vez que nenhum partido controla tantas cadeiras em qualquer dos Estados, apoio de uma coalizão de partidos estaduais. As emendas individuais, por seu turno, são distribuídas de maneira uniforme, independente da filiação partidária do parlamentar; cada um leva o mesmo tanto, esteja na situação, oposição ou venha de um partido grande ou pequeno.

Os partidos, no entanto, não estão ausentes do processo. O relator geral atua como um agente da maioria. Cabe a ele “negociar” com o Executivo os cortes e remanejamentos da proposta enviada. Não é de se esperar que o relator geral, sendo membro de um partido que apóia o presidente, venha a cortar programas tidos por prioritários pelo governo. Por isto a “bolsa de emendas” é tão importante.

Os partidos contam, também, no final do processo. O orçamento é autorizativo. A execução orçamentária feita ao longo do ano segue linhas partidárias. A taxa de execução das emendas apresentadas por legisladores filiados aos partidos que dão sustentação política ao governo são superiores às registradas para os partidos de oposição. A esquerda

**TABELA 1**

DESPESAS DE INVESTIMENTO POR ANO – 1996-1999  
(EM R\$ DE 2001)

Ano	Despesas Previstas na Lei Orçamentária Anual (LOA)	Despesas Autorizadas	Despesas Liquidadas
1996	5.473.615.848	6.557.791.215	3.532.117.187
1997	6.643.731.808	7.615.835.470	5.056.575.693
1998	6.894.508.000	10.027.262.607	6.246.536.714
1999	8.478.768.475	7.938.789.518	6.036.566.072
Total	27.490.624.749	32.139.679.539	20.871.796.112

**TABELA 2**

DESPESAS DE INVESTIMENTO ALOCADAS PELO LEGISLATIVO – 1996-1999  
(EM R\$ DE 2001)

Ano	Lei Orçamentária Anual (LOA)	Despesas Liquidadas	Taxa de Execução
1996	1.557.929.611	778.620.521	50,0%
1997	2.279.588.340	1.547.162.890	67,9%
1998	2.799.617.776	1.652.348.784	59,0%
1999	3.110.207.778	2.132.490.550	68,6%
Total	9.747.344.053	6.110.622.745	62,7%

perde na execução. Os partidos de centro-direita ganham.

O orçamento efetivamente executado, portanto, é o ponto final de um longo processo. Para fins de análise, podemos distinguir três fases neste processo. A primeira delas corresponde à elaboração da proposta pelo Executivo. Sua segunda fase se dá no interior do Congresso Nacional, quando é modificado pela apresentação e aprovação de emendas. A fase final corresponde à programação e à execução da lei aprovada. Nesta fase, dotações são contingenciadas ou remanejadas por meio dos chamados decretos de programação orçamentária. Suplementações dependem da aprovação de leis de crédito.

**O**s dados sobre execução orçamentária, tratados rubrica a rubrica, podem ser relacionados ao momento de sua inclusão no orçamento, o que nos permite calcular taxas de execução para cada um destes três momentos. Na maioria dos casos, este cálculo é feito diretamente já que uma rubrica tende a ser contemplada em um e apenas um destes momentos. Nos casos em que recursos são incorporados aos valores autorizados para gastos em mais de um destes momentos, é preciso estabelecer regras operacionais para evitar dupla contagem. Na organização de nossos dados, optamos por favorecer a execução das emendas legislativas, depois a proposta do executivo e, por último as suplementações. Isto é, os valores liquidados são primeiro computados como execução de emendas até a execução total. Somente quando se ultrapassa este teto é que passamos à liquidação dos valores contidos na proposta do Executivo. Assim, suplementações só são computadas quando executadas quando de fato se liquidou todos os valores contidos na LOA. Vale observar que estes cálculos são feitos rubrica a rubrica.

Com base nestas distinções, podemos definir a agenda dos gastos orçados e liquidados do Legislativo, do Executivo e das suplementações. Os valores apresentados foram convertidos a valores de janeiro de 2002 de acordo com os deflatores fornecidos pelo IPEA.

Antes de iniciar a apresentação dos dados, alguns esclarecimentos adicionais se fazem necessários. Talvez não seja totalmente correto falar em agendas do Executivo e do Legislativo. Ou melhor, estas agendas não devem ser entendidas como autônomas. Elas se desenvolvem conjuntamente e são interdependentes. Legisladores podem influenciar a elaboração da proposta enviada pelo Executivo de duas formas. A influência pode ser direta, o que ocorreria quando parlamentares levam

seus pleitos aos ministérios e demais órgãos do Executivo responsáveis pela elaboração do projeto de lei orçamentária. A proposta viria “carimbada”, contendo propostas dos parlamentares que atuariam nos ministérios. Agindo desta forma, um parlamentar pode ser equiparado a um “lobbista”. A influência também pode ser indireta: neste caso o Executivo direcionaria gastos para determinados programas esperando, desta forma, obter apoio dos legisladores. Digamos, sabendo que parlamentares querem mais obras rodoviárias, o Executivo daria maior peso a estes gastos do que faria se não considerasse as demandas dos parlamentares e decidisse sozinho.

Se uma destas duas formas de influência ocorrer, segue também que a demanda expressa pelo Legislativo ao emendar o orçamento não expressa a sua verdadeira agenda. Seguindo com o exemplo dado acima, o Legislativo redirecionaria parcela dos gastos para sua segunda prioridade, digamos, infra-estrutura urbana, uma vez que o Executivo já teria se encarregado das obras rodoviárias. Em realidade, qualquer sobreposição de preferências entre o Executivo e o Legislativo faz com que as demandas reveladas nos dados que apresentamos a seguir, não possam ser interpretadas como as verdadeiras agendas destes poderes.

Os exemplos dados indicam que ambos os atores agem de maneira estratégica, antecipando as ações e reações do outro. Deve-se ainda considerar que se trata de um processo que se repete todo ano. Preferências vão se tornando mais conhecidas por ambas as partes, permitindo que ambos os atores desenvolvam estratégias mais elaboradas para obter ganhos.

O Executivo, por meio do controle que detém sobre a fase inicial e final do processo — elaboração da proposta e execução — encontra-se em uma posição privilegiada para conformar a ação do Legislativo aos seus interesses. Um exemplo pode ilustrar o ponto. Imaginemos que as verbas destinadas por parlamentares para gastos com educação são sistematicamente contingenciadas, enquanto os gastos com saúde são executados. Por certo, parlamentares aprenderão rapidamente a trilhar o “caminho das pedras”: mesmo aqueles que preferem gastos com educação a gastos com saúde, se preferem emendas executadas a não-executadas, preferirão apresentar emendas que privilegiam programas controlados pelo Ministério da Saúde.

Logo, os dados que apresentamos a seguir precisam ser interpretados com cautela. Eles expressam o ponto para o qual este complexo emaranhado de decisões estratégicas convergiu no período. Consideradas estas limitações, passemos aos dados.

Começamos por analisar o comportamento dos recursos destinados a investimento no orçamento como um todo. Como mostramos no artigo anterior, os gastos com investimento representaram 4,6% do total dos recursos aprovados no orçamento de 1996. Proporção esta que se manteve razoavelmente constante nos dois anos seguintes (4,8 e 4,7% respectivamente), para cair para 3,2% em 1999. A participação relativa do investimento no total do orçamento não é muito grande, mas face aos montantes mobilizados não podem ser tomados como desprezíveis ou de menor importância. A Tabela 1 traz os valores de referência do orçamento de investimentos, devidamente convertidos a valores de 2002. A primeira coluna traz os valores que constam da lei orçamentária, a segunda incorpora as transformações operadas pelas leis de crédito suplementar, enquanto a terceira traz os valores liquidados.

Tomando por base a lei aprovada, o Legislativo foi responsável pela definição de 28,5% destes investimentos em 1996, sendo que esta participação subiu para 34,3% no ano seguinte, sofreu pequena queda em 1997, quando ficou em 33,2% e voltou a subir no último ano da série, quando chegou a 45,1% do total dos gastos com investimentos. Dada a flutuação nos valores do orçamento destinado a investimentos, esta variação na participação relativa acaba por reverter um crescimento significativo dos valores definidos pelas emendas congressuais. Em valores de 2002, o Congresso destinou 1,5 bilhão de reais para investimentos em 1996. Este valor cresceu ao longo dos anos, chegando a 3,1 bilhões em 1999. A tabela 2 traz os valores de referência básicos.

**E**stas informações são suficientes para estabelecer que o Legislativo tem um papel decisivo na definição dos gastos destinados a investimentos. Mais do que isto, mostram que estes recursos são vultuosos. Consulta às tabelas 1 e 2 mostra que, conquanto os valores executados sejam sempre inferiores aos orçados, tal diferença não é suficiente para alterar o quadro geral descrito acima: os gastos efetivamente feitos com investimentos, sejam eles introduzidos no orçamento pelas emendas legislativas ou não, são significativos. A comparação das duas últimas colunas da tabela 2 revela que os gastos definidos na proposta do Executivo tendem a ter taxas de execução mais altas. Ainda assim, há um ano em que a taxa de execução favorece o Legislativo e a diferença em favor do Executivo não é assim tão alta.

Cruzando as informações acerca da importância relativa

de cada órgão para as dotações definidas por cada um dos Poderes com a importância relativa de cada poder para os gastos de cada órgão, chegamos à seguinte caracterização. De um lado, temos os órgãos para os quais as dotações provêm inteiramente do orçamento definido pela proposta do Executivo e que não recebem muitos aportes do Legislativo. Este é o caso dos órgãos ligados ao Poder Judiciário que, em realidade, são responsáveis pela definição de seu próprio orçamento e que, portanto, não deveriam ser computados como fazendo parte das prioridades de investimento do Executivo. O mesmo se aplica aos investimentos destinados ao Poder Legislativo. Tanto em um caso como outro, não se registra uma participação relativa de peso sobre o total dos investimentos.



**EM VALORES DE 2002, O CONGRESSO DESTINOU R\$ 1,5 BILHÃO PARA INVESTIMENTOS EM 1996. ESTE VALOR CRESCEU AO LONGO DOS ANOS, CHEGANDO A R\$ 3,1 BILHÕES EM 1999**

Desconsiderados estes órgãos, restam ainda alguns ministérios com pequenas dotações e altamente dependentes dos aportes definidos na proposta do Executivo. Este é o caso dos ministérios da Fazenda, Justiça, Trabalho e Emprego, Comunicações, ministério da Administração Federal e Reforma do Estado, ministério das Relações Exteriores. Destes, somente o primeiro deles em 1996, tem uma participação relativa no total dos gastos com investimento que exceda 5%. Para estes mesmos ministérios, o Legislativo nunca foi responsável por aportes consideráveis, sejam eles considerados em relação ao total das emendas, seja para o total do ministério. Estes são, portanto, ministérios de pouca importância no que concerne aos investimentos e cujos gastos desta natureza estão totalmente a cargo do Executivo. O Legislativo não participa dos gastos dos ministérios cujas atividades estão mais diretamente ligadas à administração e economia.

Mas há um segundo grupo de ministérios totalmente a cargo do Executivo em que o Legislativo pouco ou nada contribui, mas cuja participação no gasto total é significativa. Em realidade, estes se restringem aos quatro ministérios militares (ministério do Exército, da Marinha, da Aeronáutica e da Defesa). Em geral, estes ministérios recebem algo como 15% dos investimentos definidos pelo Executivo. São ainda beneficiados com suplementações e taxas de execução acima

da média. A participação do Legislativo na definição dos gastos destes ministérios, como já foi dito, é mínima.

Um terceiro grupo de ministérios tem seus gastos definidos por ambos os Poderes de forma concorrente sem que a contribuição deles seja significativa no interior dos gastos definidos pelos dois Poderes. São eles os ministérios do Desenvolvimento Indústria e Comércio, Cultura e Minas e Energia. Este último, teve seus recursos inteiramente definidos pelo Executivo em 1996 e 1997. Já em 1998 e 1999, cada Poder contribuiu com metade dos recursos deste ministério.

O último grupo de ministérios, a saber, ministério da Agricultura, Educação, Saúde, Previdência e Assistência, Meio Ambiente e Ministério do Orçamento (Presidência da República em 1999) recebe aportes significativos e eles vêm de ambos os Poderes<sup>2</sup>. No restante deste artigo, a análise se restringirá a este último grupo de ministérios, onde se estabelece divisão de trabalho entre os dois Poderes. No entanto, em lugar de examinar os aportes e gastos por ministérios, organizamos os dados por programas.

Antes de passarmos a este ponto, cabe frisar que a divisão de recursos por órgãos se caracteriza antes pela estabilidade que instabilidade tanto no que se refere à sua participação relativa no total, seja no que se refere à divisão dos aportes oriundos dos diferentes Poderes. As diferenças significativas registradas se devem à reorganização administrativa mais do que à instabilidade de prioridades. O caso mais conspicuo neste particular ocorreu com os programas controlados pelo Ministério da Gestão e Orçamento que passaram ao ser dirigidos pela Presidência da República em 1999.

A Tabela 3 lista os 10 principais programas em termos de desembolso efetivo de recursos para o período como um todo. Os valores contidos nas leis orçamentárias anuais são distinguidos conforme a sua origem. A terceira coluna, valores autorizados é resultado da soma dos valores dos três momentos identificados acima. Ou seja, compreende os valores alocados pelo Legislativo e o Executivo na LOA e os recursos suplementares. A quarta coluna traz os valores executados e a quinta traz a participação relativa de cada programa sobre o total de valores executados. Vê-se que estes programas foram responsáveis por pouco mais de 80% dos recursos liquidados com investimentos.

A Tabela 4 traz informações suplementares que serão utilizadas na análise que segue, como a participação relativa de cada programa sobre a dotação inicial do programa (LOA) e nas

despesas executadas no total de recursos alocados via emendas legislativas e a participação relativa do Legislativo sobre o total da lei orçamentária e o total das despesas liquidadas.

Comparando as Tabelas 3 e 4, veremos que as prioridades do Legislativo não foram alteradas na execução orçamentária. Em realidade, a proporção de valores executados se encontra muito próxima das porcentagens destes programas sobre o total de investimentos definidos exclusivamente pelo Legislativo. Isto é, o processo final, a execução, não esteve em franco desacordo com as prioridades do Legislativo. Nota-se ainda que a participação do Legislativo nos gastos definidos nestes programas pela Lei Orçamentária gira, na maioria dos casos, entre 40 e 60%. Ou seja, estes são programas prioritários tanto para o Executivo como para o Legislativo.

**C**abe ressaltar a importância do Ministério dos Transportes e do programa Transportes Rodoviários. No total dos gastos liquidados em investimento, este ministério considerando-se todo o período, ameaçou nada mais nada menos que 20,2% dos gastos. Neste Ministério, não há distinções significativas entre os investimentos definidos pelo Executivo e pelo Legislativo. O Programa Transporte Rodoviário inclui subprogramas como construção, restauração e conservação de rodovias federais. Maior desagregação destas entradas revela apenas o nome da rodovia e o local em que verbas foram aplicadas.

O Legislativo regula a apresentação de emendas em programas de transporte. Procura-se evitar que parlamentares carreguem recursos apenas para iniciar obras e, desta forma, comprometam o executivo a continuá-las no ano seguinte. Por isso, emendas no setor precisam mobilizar recursos mais vultuosos. Com isto, as emendas para rodovias se resumem, praticamente, às emendas das bancadas e às de relatores. Ainda que localizados geograficamente e passíveis de gerar dividendos eleitorais, as obras financiadas pelo Ministério dos Transportes não podem ser caracterizadas como servindo para a constituição de laços pessoais entre representantes e representados. Como são emendas coletivas, todos os parlamentares do Estado podem reivindicar ter contribuído para a obtenção daquele bem. Não é demais lembrar também que estradas são exemplos típicos de bens públicos.

O Programa Recursos Hídricos é o segundo programa em importância na execução orçamentária do período, com uma participação relativa de 7,8% do total dos valores executados.

**TABELA 3**

DESPESAS DE INVESTIMENTO EM PROGRAMAS PRIORITÁRIOS – 1996-1999  
(EM R\$ DE 2001)

Programa	Lei Orçamentária Anual (LOA)		Despesas Autorizadas	Despesas Liquidadas	% de Despesas Liquidadas
	Legislativo	Executivo			
Transporte rodoviário	2.081.472.737	3.173.333.732	6.513.655.633	4.223.827.072	20,2%
Saneamento	1.351.221.826	848.287.357	2.221.076.400	1.423.156.603	6,8%
Recursos hídricos	1.066.401.331	1.050.035.312	2.244.396.516	1.636.263.248	7,8%
Saúde	758.246.806	1.330.187.997	2.407.769.575	1.507.848.759	7,2%
Programas integrados	757.686.579	643.939.232	1.846.616.507	1.218.326.985	5,8%
Habitação	613.604.606	479.161.812	1.086.232.455	620.626.493	3,0%
Proteção ao meio ambiente	390.589.531	55.880.791	470.917.933	274.152.383	1,3%
Transporte hidroviário	342.661.904	322.904.094	611.154.256	486.047.693	2,3%
Urbanismo	304.854.692	25.834.265	326.540.812	228.823.095	1,1%
Transporte urbano	259.688.904	963.828.579	1.333.432.016	915.260.225	4,4%
Outros	1.820.915.137	8.849.887.523	13.077.887.436	8.337.463.556	40%
Total	9.747.344.053	17.743.280.694	32.139.679.539	20.871.796.112	100%

**TABELA 4**

PARTICIPAÇÃO DO LEGISLATIVO NAS DESPESAS DE INVESTIMENTO POR PROGRAMAS PRIORITÁRIOS – 1996-1999

Programa	Distribuição das Despesas alocadas pelo Legislativo		Participação do Legislativo no total de despesas	
	Lei Orçamentária Anual	Despesas Liquidadas	Lei Orçamentária Anual	Despesas Liquidadas
	Transporte rodoviário	21,4%	21,7%	39,6%
Saneamento	13,9%	10,4%	61,4%	38,7%
Recursos hídricos	10,9%	7,6%	50,4%	31,0%
Saúde	7,8%	15,3%	36,3%	65,7%
Programas integrados	7,8%	7,2%	54,1%	36,1%
Habitação	6,3%	1,0%	56,2%	6,3%
Proteção ao meio ambiente	4,0%	3,1%	87,5%	20,9%
Transporte hidroviário	3,5%	1,2%	51,5%	8,8%
Urbanismo	3,1%	0,0%	92,2%	0,2%
Transporte urbano	2,7%	6,8%	21,2%	66,8%
Total	81,3%	74,3%	35,5%	29,3%

O Legislativo privilegia um pouco mais este programa, já que ele contribui para 10,9% do valor das emendas. Em contraste com as verbas controladas pelo Ministério dos Transportes, neste programa, as emendas individuais são as mais importantes. Análise mais desagregada revela que estes recursos se voltam, principalmente, para gastos com irrigação, obras contra a seca e regularização de cursos de água. Quanto à execução destes gastos, não há viés em favor de qualquer dos dois Poderes. O Ministério do Meio Ambiente e o do Orçamento e Gestão, nesta ordem, controlam os recursos deste programa.

Quanto aos recursos destinados ao Programa Saúde, terceiro maior beneficiário das execuções orçamentárias, estes se destinam fundamentalmente à infra-estrutura, operacionalização e manutenção do SUS. Os recursos são controlados pelo Ministério da Saúde. No que se refere ao Legislativo, assim como no programa anterior, registra-se uma participação significativa de emendas individuais, o que, implica na definição do município beneficiado. Este programa se destaca dos demais por ser brindado com taxas mais altas de suplementação que os demais.

O quadro para o Programa Saneamento não é muito diverso. Há uma participação equilibrada dos dois poderes na definição dos recursos e não há discriminação na execução em favor de qualquer um deles. As entradas mais desagregadas revelam apenas que se trata de gastos com saneamento geral e básico que se distribuem pelos municípios brasileiros. As emendas individuais são responsáveis, uma vez mais, pela destinação dos recursos que se destinam aos pequenos e médios municípios. O Ministério do Orçamento e o da Saúde controlam estes recursos.

Para encerrar esta análise por programas, uma palavra sobre o enigmático Programas Integrados. Como poderia se esperar, abriga-se sobre este programa uma miríade de subprogramas e Projetos Atividade. O destaque, em termos de recursos, fica para o Subprograma Apoio ao Desenvolvimento Regional Integrado e Sustentável que se traduz, na maior parte das vezes, em Atividades de Apoio a Infra-Estrutura Urbana em um determinado município. Estes recursos ficam

sob o controle do Ministério da Gestão e Orçamento. Estão abrigados neste programa, os recursos destinados ao PRO-NAF e também os recursos para Apoio a Programas de Desenvolvimento Rural. Nestes casos, o Ministério da Agricultura e o do Orçamento e Gestão controlam os recursos.

Não é o caso de prosseguir com esta análise programa a programa. Acreditamos ter mostrado que, do ponto de vista dos ministérios e dos programas, não há muito que distinga os dois poderes. Suas prioridades não são muito diversas. Da mesma forma, não parece haver um viés pronunciado na alocação de recursos. O destaque do Ministério dos Transportes se deve, em grande medida, à natureza de suas atividades e gastos que recaem fortemente sobre investimentos. Os demais gastos identificados por ministérios e programas mostram que gastos sociais não deixam de ser privilegiados. As emendas individuais tendem a se abrigar em programas sociais, como saneamento, saúde, recursos hídricos etc. O que caracteriza este tipo de emenda é a definição precisa do local de sua aplicação: um município. Muito provavelmente, parlamentares estão destinando estes recursos para seus redutos eleitorais. O critério utilizado seria, portanto, eleitoral e não o de carência e real necessidade.

Ou seja, um planejador onisciente, provavelmente, distribuiria estes mesmos recursos de outra forma. Comparado ao ideal, o critério eleitoral utilizado é ineficiente. Recursos são repassados para onde há votos, não carências. No entanto, não se segue que esta divergência seja absoluta. Devem ocorrer áreas de intersecção, onde votos e real carência e necessidade se sobrepõem. Porque o método utilizado não é o ideal, não se deve concluir que seja péssimo. Deve-se reconhecer que políticos podem ter boas informações sobre onde estão os verdadeiramente necessitados. Ou melhor, na ausência de um planejador onisciente, a quem recorrer? Até prova em contrário, o sistema representativo, com todas as distorções que contém, é o melhor método inventado.

e - m a i l : f d m p l i m o @ p o p . u s p . b r  
e - m a i l : a r g e l i n a @ u o l . c o m . b r

#### NOTAS

1. Agradecemos ao leitor Agostinho Couto que muito gentilmente nos apontou o erro que cometemos no artigo anterior, quando atribuímos, por puro preconceito, esta lei aos militares. O erro mostra, uma vez mais, quão equivocadas são opiniões baseadas em estereótipos
2. O Ministério Especial dos Esportes (Ministério do Esporte e Turismo em 1999) é um caso à parte. Suas dotações se devem, sobretudo, às emendas legislativas mas sua participação relativa nos gastos definidos pelo Legislativo é pequena.